

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO

FRANCISCO XAVIER DOS SANTOS

**O VALOR DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DO
JOVEM ATLETA PARA O FUTEBOL PROFISSIONAL
EM RECIFE**

RECIFE
2010

FRANCISCO XAVIER DOS SANTOS

O VALOR DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DO JOVEM ATLETA PARA O FUTEBOL PROFISSIONAL EM RECIFE

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação para obtenção do título de Mestre em Educação

Área de Concentração: Teoria e História da Educação

Orientador: Prof. Dr. José Luís Simões

RECIFE
2010

Santos, Francisco Xavier dos

O valor da educação na formação do jovem atleta para o futebol profissional em Recife / Francisco Xavier dos Santos. _ Recife: O Autor, 2010.

200 f. ; quad.

Orientador: Prof. Dr. José Luís Simões

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CE. Mestrado em Educação, 2010.

Inclui bibliografia, apêndices e anexos.

1. Futebol - aspectos sociais 2. Futebol - Pernambuco 3. Jogadores de futebol 4. Atletas I. Título.

**37
796.334**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
CE2010-054**

Nome: SANTOS, Francisco Xavier dos.

Título: O valor da educação na formação do jovem atleta para o futebol profissional em Recife

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação para obtenção do título de Mestre em Educação

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. José Luis Simões

Instituição: UFPE

Assinatura: _____

Prof. Dr. Antônio Geraldo M. G. Pires

Instituição: UEL

Assinatura: _____

Prof. Dr. Edilson Fernandes de Souza

Instituição: UFPE

Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Dedicar um trabalho não é tarefa fácil, principalmente quando dele somos devedores a tantos, os quais diante da simplicidade, não atribuem a si o florescimento da árvore que nasce. Simplesmente plantam sem nada esperar. São a essas pessoas grandes e que nem sabem que são, pois se soubessem se assustariam; a quem dedico esta singela contribuição em prol da educação.

AGRADECIMENTOS

Gratidão...

Agradeço a Deus, pois, não há nada que possua que não tenha antes Dele recebido.

Venho de muito distante, e não posso esquecer àqueles que me oportunizaram estudar: especialmente à Dra.Necy (*In memoriam*).

Agradeço as minhas professoras que me alfabetizaram.

Agradeço ao professor, amigo e eterno incentivador Cleto Bezerra de França.

Agradeço ao Dr. José Renato Bahia e sua esposa Ligia Gayão, pela influência intelectual.

Agradeço a minha professora de graduação Delny Seixas (*In memoriam*), quem enxergou em mim um potencial e me despertou para o mundo da pesquisa.

Agradeço ao professor Dr. Antônio Carlos Gomes (UEL), que reacendeu a chama.

Agradeço ao professor Dr. Flávio Resende, quem me abriu a porta no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPE, possibilitando-me adentrar por este mundo.

Agradeço ao PPGS-UFPE, lá aprendi muita coisa do que fazer e não fazer na vida acadêmica.

Agradeço ao PPGE-UFPE, na pessoa dos docentes, coordenadores e a secretaria do programa, pela atenção a nós dispensada.

Agradeço aos colegas da turma 26 com os quais tive à oportunidade de percorrer esta etapa da vida.

Agradeço as experiências obtidas no futebol, com os profissionais que convivi e com os garotos com os quais joguei e trabalhei, os tais oportunizara-me as reflexões acadêmicas que aqui se fez e outras que espero ainda travar.

Agradeço a Escola do Recife pelo espaço de estudo, lugar onde também tive boas amizades para além da sala de aula.

Agradeço aos amigos novos e antigos: Rui, Girão, Marcelo, Regis e aos amigos de pelada e do meu bairro: o Poço da Panela.

Agradeço ao meu grupo de estudo e mais que amigos: irmãos, que mesmo em algumas situações um ou outro se ausentando, eles foram à porta de diálogos os quais nos ajudaram a pensar a pesquisa; obrigado: Davi, Daniela e Wellington, a quem também devo inúmeros momentos tomados de suas preciosas horas e com os quais muito aprendi.

Agradeço ao Prof. Dr. Ademir Gebara, pela co-orientação, sugestões de leituras e pela simplicidade. Precisamos cruzar mais vezes com gente deste naipe.

Agradeço ao Prof. Dr. Ricardo Lucena de Figueiredo, por ter estado em nossa qualificação e dado uma enorme contribuição.

Agradeço ao Prof. Dr. Paulo César Montagner, pela gentileza de ter nos enviado sua dissertação e que muito nos auxiliou.

Agradeço ao Excelentíssimo Deputado estadual por São Paulo, Raul Marcelo, o qual através de sua assessoria nos enviou seu Projeto de Lei.

Agradeço ao Prof. Dr. Edilson Fernandes de Souza, por ter aceitado o convite para compor a banca de minha defesa e pelas idéias trocadas.

Agradeço ao Prof. Dr. Antônio Geraldo Magalhães Gomes Pires, pela gentileza de aceitar o convite para fazer parte desta defesa.

Agradeço ao Prof. Dr. José Luis Simões, orientador deste trabalho, pelo incentivo, respeito, paciência e contribuições junto a nossa pesquisa e acima de tudo por ter nos aberto as portas no PPGE/UFPE.

Agradeço de modo especial aos clubes de futebol pesquisados, aos informantes e àqueles que nos clubes nos autorizaram a realizar o estudo.

Finalmente, agradeço a uma mulher especial: minha mãe, Maria do Carmo dos Santos.

RESUMO

SANTOS, F. X. dos. **O valor da educação na formação do jovem atleta para o futebol profissional em Recife**. 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

RESUMO: Este trabalho aborda o futebol profissional no contexto da formação dos jovens futebolistas nos clubes Clube Náutico Capibaribe e Sport Club do Recife, ambos da cidade de Recife. Trata-se de uma dissertação no campo da educação que analisa relação entre a educação e futebol; mais especificamente, o processo educativo dos jovens futebolistas das categorias de base destes clubes. Nosso interesse é explicitar como acontece o processo de formação para o futebol dos jovens atletas no âmbito local, no sentido de revelar a complexa dimensão que envolve a vida destes aspirantes ao futebol profissional; e também mostrar a visão estreita desse processo formador limitado tão somente às dimensões dos gramados. Buscou-se investigar o valor da educação na formação dos atletas da categoria juvenil nos principais clubes de futebol profissional na cidade de Recife. De modo mais específico, primeiramente, levantou informações sobre a educação escolar dos juvenis; em seguida caracterizou e avaliou a mesma; por fim, analisou-a na perspectiva das implicações e consequências resultantes da maneira como acontece nos clubes de futebol da cidade. O estudo se desenvolveu através de coleta de informações através de entrevistas semi-estruturadas gravadas em mp3, e de anotações registradas em nosso “caderno de campo” com base nas observações realizadas em nosso convívio nos respectivos clubes. A pesquisa em sua totalidade abrangeu o universo dos atletas, seus pais, os técnicos, preparadores físicos, supervisores e diretores, todos envolvidos com as categorias de base dos dois clubes de futebol profissional. Conclui-se que a educação, na formação dos jovens atletas, é um aspecto pouco valorizado por parte da direção dos clubes investigados.

Palavras-chave: Educação; Futebol; Formação educacional; Jovens atletas.

ABSTRACT

SANTOS, F. X. dos. **The value of the education in the formation of the young athlete for the professional soccer in Recife.** 2010. 197 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

This work approaches the professional soccer in the context of the formation of the young soccer players in the Clube Náutico Capibaribe e Sport Club do Recife, both of the city of Recife. Treats-itself of a dissertation in the field of the education that analyzes relation between the education and soccer; more specifically, the educational trial of the young soccer players of the categories of base of these clubs. Our interest is going to set out as the trial of formation happens for the soccer of the young athletes in the local scope, in the sense of reveal to complex dimension that involves the life of these aspiring to the professional soccer; and also show the narrow vision of that creating trial limited so only to the dimensions of the lawns. It sought be investigated the value of the education in the formation of the athletes of the youthful category in the main clubs of professional soccer in the city of Recife. Of first, more specific way, raised information about the school education of the youthful; right away characterized and evaluated to same; finally, analyzed it in the perspective of the implications and resultant consequences of the way as happens us clubs of soccer of the city. The study was developed through collection of informations through semi-structured interviews carved in mp3, and of annotations registered in our “ exercise book of field ” on basis of the observations carried out in our familiarity in the respective clubs. The inquiry in its entirety included the universe of the athletes, his parents, the technicians, physical preparators, supervisors and directors, all wrapped with the categories of base of two clubs of professional football. It is ended that the education, in the formation of the young athletes, is an aspect little valued by part of the direction of the investigated clubs.

Keywords: Education; Soccer; Educational formation; Young athletes.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Panorama das entrevistas	123
Quadro 2 – A capacitação educacional no discurso clubístico e não-clubístico	125
Quadro 3 – Profissionais formadores dos dois clubes de futebol de Recife	126
Quadro 4 - Os jogadores do Clube Náutico Capibaribe	127
Quadro 5 – Os jogadores do Sport Club do Recife	127
Quadro 6 – Perfil social dos atletas	129

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 Campo temático, objeto de estudo e finalidade da pesquisa	11
1.2 Problemática e questão relevante	14
1.3 O modo de investigação e de exposição	17
2. CAPÍTULO I – PENSAR A EDUCAÇÃO NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO JOVEM ATLETA PARA O FUTEBOL PROFISSIONAL: POR QUÊ? PARA QUÊ?	21
2.1 Por quê?	23
2.1.1 Profissão sem futuro ou futuro sem profissão?	23
2.1.2 Para além do futebol	29
2.2 Para quê?	38
2.2.1 A educação para o exercício da cidadania	38
2.2.2 A educação como elemento de proteção social	54
2.2.3 A educação no contexto da legislação esportiva brasileira	60
2.2.3.1 A Lei nº 10.672/2003 - “Lei Gilmar Machado”	61
2.2.3.2 A Lei nº 13.748/2009 - “Lei Raul Marcelo”	63
3. CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO DO JOGADOR PARA O FUTEBOL PROFISSIONAL NO BRASIL	66
3.1 Considerações	67
3.2 A categoria juvenil e suas peculiaridades formativas	80
4. CAPÍTULO III - DESVELANDO O VALOR DA EDUCAÇÃO	91
4.1 Entrando em campo	91
• O Sport Club do Recife	91
• O Clube Náutico Capibaribe	94
4.2 Jogando o jogo	98
• O ambiente de formação dos jogadores juvenis: uma breve incursão	98
• O Clube Náutico Capibaribe	100
• O Sport Club do Recife	111
4.3 A realidade do possível	121
5. CONCLUSÕES	153
APÊNDICES	161
ANEXOS	175
REFERÊNCIAS	192
FONTES DIVERSAS	199

1. INTRODUÇÃO

*Quem não sonhou ser um
jogador de futebol?*

“É uma partida de futebol”

Samuel Rosa e Nando Reis

1.1 Campo temático, objeto de estudo e finalidade da pesquisa

Uma produção acadêmica é algo que, guardadas as proporções, têm suas pretensões. No nosso caso, não haveria de ser diferente. Porém, entre tantos anseios, já nos contentaríamos se este trabalho auxiliar e despertar outros pesquisadores da educação a refletir sobre um campo¹ admirado por muitos, mas ao mesmo tempo não explorado devidamente por aqueles que investigam a educação no Brasil.

De nossa parte, não deixamos de respeitar as inúmeras contribuições dadas pela educação nas mais diversas esferas sociais e com enfoques diversos; tão pouco, desconsideramos o que tem sido apresentado de modo específico sobre o tema futebol por outras áreas do saber. Vimos nesta dissertação um momento oportuno de chamar a atenção para questão pouco discutida no âmbito da educação: a relação desta com o contexto do futebol; mais especificamente, o processo educativo dos jovens futebolistas das categorias de base dos clubes.

Quando da elaboração de um estudo acadêmico, o fim é a interlocução com outros pares para participar e ampliar a discussão; também oportunizar a apreciação de outrem

¹ Campo no sentido proposto por Bourdieu (1979): um espaço simbólico, no qual as lutas dos agentes determinam, validam, legitimam representações.

quanto aos resultados de um trabalho realizado sob o rigor da ciência e com vistas ao seu desenvolvimento.

Nesta trajetória as ambigüidades se manifestaram. Por um lado, muitos foram os receios que nos cercaram nessa árdua e longa tarefa de redigir a pesquisa. Em outro, pairou sobre nós a sensação de coragem por termos ousado contribuir com um tema de poucas referências como ponto de partida.

Mas, assim como no futebol, onde jogo somente se inicia quando da ação de um indivíduo qualquer que faz a bola rolar; no mundo acadêmico algumas situações são de caráter similar. Por isso, vale lembrar, não como escusa: em “campo” que se joga pouco, é comum aos iniciantes encontrar bem mais dificuldades, na tentativa de construir um jogo agradável, claro e compreensível. Destarte, vimos nesta dissertação um compromisso de pôr a bola em movimento, dando início a um jogo que comporta um elemento novo.

É impossível estarmos alheios à dimensão que o futebol tem ocupado em nossa sociedade. Dormimos e acordamos ouvindo menção sobre ele, seja por admiradores e aficionados, seja por quem não nutre qualquer paixão por ele. Rezer e Saad (2005) dizem que o futebol se popularizou e se tornou um fenômeno presente em nosso cotidiano, com o qual nos deparamos todos os dias como espectadores, praticantes, estudiosos, professores e/ou leigos, produzindo e reproduzindo cultura.

A relação entre o esporte e a educação, tem caracterizado um cenário de inúmeras riquezas e complexidades da qual o futebol tem participado abarca, estabelecendo-se cada vez mais como um campo no qual a pesquisa acadêmica tem se debruçado.

Como diz Rodrigues (2003, p. 28) “O espaço de discussão do fenômeno esportivo se alarga a cada ano na universidade brasileira”. Mas, pensamos, ainda há muito por ser estudado. Principalmente no que diz respeito ao fenômeno futebol e sua relação com a educação.

Portanto, é necessário refletir sobre este fenômeno de massa² no Brasil, perspectivando-o pela dimensão do processo da formação em conjunto com a parte destinada à educação dos jovens atletas que participam das oportunidades deste esporte.

Dentre as razões que justificam esta dissertação, consideramos essencial o fato dela abordar o tema do futebol por um viés diferente daqueles estudos com os quais pudemos dialogar e que também abordam a temática do futebol vis-à-vis a educação: todos eles de algum modo falam de formação. No entanto, sob a perspectiva da pedagogia do esporte. E aqui podemos citar trabalhos como o de (DAMO, 2002; 2005), (RODRIGUES, 2003), (SOUZA, Júlio, 2001), (WILPERT, 2005), entre outros.

Do ponto de vista prático, a pesquisa decorre de nossa experiência com a questão da formação profissional dos atletas das categorias de base do clube de futebol profissional. Vivenciamos como atleta dessas categorias, uma prática relativa ao desenvolvimento de um processo formativo, quer em clubes no nordeste do país, quer no sudeste/sul. Além disso, tivemos uma atuação pedagógica tanto no universo escolar, como em clube de futebol, que possibilitou a seguinte percepção: da enorme quantidade de garotos que ingressam no futebol, um número mínimo que se torna jogador de futebol profissional. Isto nos faz pensar sobre o futuro daqueles excluídos do processo de profissionalização no futebol enquanto cidadãos desprovidos de alguma capacitação educacional.³ Damo (2005) faz referência a essa condição ao relacionar a formação de jogadores no Brasil e na França.

Desse modo, então, este estudo investigou o lugar da educação na formação dos atletas da categoria juvenil nos principais clubes de futebol profissional na cidade de Recife. De modo mais específico, primeiramente, levantou informações sobre a educação escolar

² Ver Rezer e Saad (2005).

³ Acumulamos algumas experiências quer como atleta, quer como preparador físico das categorias de base em alguns clubes de futebol no nordeste, sudeste e sul do país, entre os anos de 1987 a 2006 (p. ex., dentre outros: Clube Náutico Capibaribe, em Recife; Ceará Sporting Clube, em Fortaleza; Sociedade Esportiva Palmeiras, em São Paulo; Paraná Esporte Clube, em Curitiba).

dos juvenis; em seguida caracterizou e avaliou a mesma; por fim, analisou-a na perspectiva das implicações e conseqüências resultantes da maneira como acontece nos clubes de futebol da cidade.

1.2 Problemática e questão relevante

Na sociedade brasileira, o “jogo da pelota” possui uma inegável importância. Giulianotti (2002, p. 45) afirma que “(...) o futebol é inegavelmente o principal esporte do mundo”. Daí ser bem maior a sua prática em comparação aos outros esportes e em nosso caso, especificamente, esse jogo se tornou parte do cotidiano brasileiro; quer seja na periferia ou no centro das grandes ou pequenas cidades; nos centros de ensino (escolinhas de futebol, escolas, clubes) ou nas áreas rurais; com pessoas de todas as idades e níveis de formação escolar envolvidas de algum modo com o futebol. Nunca esquecendo sua grande popularização, bem como das razões e implicações envolvidas nesse processo.

O futebol atual, assim como outras práticas sociais, reflete as múltiplas transformações pelas quais o mesmo tem passado, e nos remete à compreensão que, cada vez mais, este esporte ganha novas feições; um caráter de espetacularidade e mercadorização, amparado pela possibilidade de sua transformação num grande negócio, e as possíveis conseqüências que possam vir a ocorrer e vêm ocorrendo causadas por estas alterações. Entre várias, poderíamos destacar aquelas encontradas e desenvolvidas no processo de ensino do futebol nas categorias de formação dos futuros atletas. Estes, desde cedo, são submetidos à lógica do futebol moderno que têm como foco a especialização precoce.

Os exemplos destas transformações ficam por conta do avanço científico na área das novas “legalidades” do futebol, principalmente pela transformação dos clubes em empresa⁴, e do jogo num produto de consumo.

No mundo dos negócios, o futebol está “naturalmente” inserido num contexto capitalista, em que a estrutura deste sistema esta amparada na mercadoria, seu produto básico. Este esporte transformou-se em mercadoria, um reflexo que se estende também aos próprios jogadores de futebol.⁵ Neste contexto (mercadológico), algumas exigências tornam-se fundamentais; uma delas é que seus produtos sigam a ordem colocada, ou seja, correspondam aos investimentos feitos. Para isto, torna-se necessário “preparar” esta mercadoria, direcionando-a a suprir as expectativas nela depositada.

O trajeto percorrido pelo jogador de futebol, atualmente, passa quase que na sua totalidade (alguns casos ainda são exceções) pelas categorias de base dos clubes profissionais, em cujos objetivos destacam-se: permitir a possibilidade de correção técnica e tática do jovem jogador, incutir neste a predisposição para o trabalho físico, adequar o jogador as normas do clube, requisitos básicos para preencher vaga no mercado de trabalho, (padronização, disposição, e obediência).

Como analisa Souza, Júlio (2001) há uma espécie de submissão do futebol ao modelo científico. Esse acontecimento tem seus motivos explicativos na guinada do futebol, de um jogo a “esporte espetáculo”, transformado concomitantemente com o resplandecer de um novo conceito de sociedade com base na produção, na concorrência, no mercado, nos valores e na exploração. Assim sendo, ele nos diz:

⁴ Lembramos que uma empresa tem como objetivos principais a produção, a eficiência e o lucro.

⁵ Entendemos o futebol como mercadoria, a partir da transação do espetáculo, assim como também os jogadores na forma como são negociados. O que é transacionado (comprado e vendido) transforma-se em mercadoria. (SOUZA, Júlio, 2001).

O que notamos é que existe uma tentativa de formar rapidamente o jogador para o mercado de trabalho. Isto faz com que se tente levar os jovens jogadores, que são formados nestas categorias, a atingirem precocemente o “amadurecimento” do estado atlético e da assimilação dos sistemas de jogo, para serem lançados neste mesmo mercado. Com isto, os processos de ensino vão direcionando-se cada vez mais a especializações de funções, automatização de gestos e técnicas esportivas, e incremento de cargas de treinamento físico. Cada vez mais, a metodologia científica subsidia os treinamentos e os jogos dos jovens atletas. *Os aspectos de “formação” e aprendizagem dos jovens, raras vezes são levados em consideração* (SOUZA, Júlio, 2001, p. 3 - destaque nosso).

Depreende-se do exposto que a preocupação com o atleta das categorias de base se concentra no aspecto de sua futura rentabilidade: transformá-lo em mercadoria rentável no mercado futebolístico. Esta mesma linha de raciocínio é desenvolvida por Rodrigues (2003), Damo (2005), Wilpert (2005), dentre outros.

Na maioria dos clubes de futebol do país, há uma espécie de abandono educacional, psicológico e social com relação aos meninos das categorias de base, que depositam suas esperanças ali. Os dirigentes clubísticos parecem não vislumbrarem a necessidade de que, para os que enveredam pelo mundo da bola, é um sério perigo apostarem tudo nele, abrindo mão de uma educação para além desta prática⁶.

Embora em primeiro plano apenas importe ao jogador de futebol receber a formação que a sua profissão requer, é preciso também lembrar o quanto a educação comporta um valor social entre nós.

Além do mais, estamos a tratar de um direito social que, em última instância, é um recurso que pode garantir a cidadania desses garotos. Pois, fora desse universo futebolístico, a formação educacional é uma exigência sem precedentes para a vida de fato prosseguir.

⁶ Existem exceções quanto a esse fato. Clubes como o Cruzeiro Esporte Clube (Belo Horizonte), Clube de Regatas Vasco da Gama (Rio de Janeiro), Clube Atlético Paranaense (Curitiba) são exemplos a serem seguidos: pensam a formação de seus atletas para o futebol e para a cidadania (o que denominamos “pensar para além do futebol”). Por exemplo, o Cruzeiro instalou dentro do centro de treinamento para seus atletas a “Escola Alternativa”. Desde 2001, o clube formou 46 turmas de atletas entre o ensino fundamental e o ensino médio. Cf. a reportagem de Rodrigo Cardoso: “Ensino Futebol Clube – times montam escolas para dar formação acadêmica para seus atletas” (*Isto É*, ago. 2007).

No contexto de nossa investigação, uma situação peculiar nos chamou a atenção: a profissão do jogador de futebol é bastante curta e reduzida a um tempo da vida, uma condição objetiva dada e que dificilmente será modificada ou transformada. Em contraposição, a educação é algo que se estende por toda a vida.

Assim, tanto para os que encerram a vida profissional como os que não conseguiram a façanha da profissionalização encontrar-se-iam num iminente risco de verem suas vidas estagnarem, sem terem o suporte educacional que na pior das hipóteses os auxiliariam numa retomada da vida fora dos gramados. Ainda mais se, como afirma Giglio (2007) o caminho de ingresso no futebol profissional ser, além de concorrido, incerto; com amplas possibilidades de insucesso. E, o que é pior, os não exitosos chegam ao mercado de trabalho sem uma formação escolar ou algo igual capaz de lhes ajudar.

Em consonância com toda essa argumentação, buscamos responder neste estudo, a partir do nosso lugar, a seguinte questão: *qual o valor da educação na formação do jovem atleta para o futebol profissional em Recife?*

1.3 O modo de investigação e de exposição

É possível captar a realidade do objeto de estudo desta pesquisa a partir do método qualitativo, o qual envolve, segundo Santos (2009, p. 150): entrevista, observação, levantamento bibliográfico e documental, roteiro de entrevista com perguntas abertas ou sequência de tópicos e sub-tópicos, planilha de observação, guia de termos e forma de compilação, texto narrativo, mídias audiovisuais, fichamentos bibliográfico e documental, arquivos de dados de entrevistas ou documentos, organização dos dados em temas e contextualização e interpretação do significado de imagens e sons, análise de discurso de depoimentos e análise de conteúdo de documentos.

Com base nesse padrão de conhecimento, incursionamos à semelhança do pesquisador etnográfico⁷ no Clube Náutico Capibaribe e no Sport Club do Recife.⁸ A escolha destes clubes se deu em virtude de serem os mesmos - juntamente com o Santa Cruz Futebol Clube- os principais clubes de futebol profissional da cidade de Recife, e com trabalho ativo de formação de jovens atletas em categorias de base; entre estas, a categoria juvenil. Além disso, ambos os clubes possuem estrutura física e outros aspectos que possibilitam uma formação profissional, para o futebol, de razoável para boa. (Por exemplo: departamento médico, departamento jurídico, centro de treinamento, concentração, técnico, preparador físico, etc.)

Com respeito aos sujeitos por nós pesquisados, foram eles: 03 atletas em cada clube (num total de 06) de faixa etária entre 15 e 17 anos; 02 pais de atletas; 01 técnico em cada clube; 01 supervisor de cada clube; e 01 diretor (o do clube Náutico). (No Sport houve dificuldade de encontrarmos o diretor da categoria.) No total, 13 entrevistados, todos de algum modo ligados ao processo de formação dos jovens jogadores. A escolha dos entrevistados em cada clube não foi determinada previamente, e sim pela oportunidade e indicação da parte dos clubes pesquisados, o que se coaduna à pesquisa qualitativa.

Quanto aos procedimentos adotados para coleta de dados, nos valem de entrevistas semi-estruturadas gravadas em mp3, e de anotações feitas no denominado “caderno de campo, a partir das observações durante o período de convívio com os jogadores nos clubes. Com relação à análise do material coletado, optamos por organizá-los em temas e categorias

⁷ “Apesar de ter sido desenvolvida como uma maneira de estudar sociedades de pequena escala, tradicionais e iletradas e de reconstruir suas tradições culturais, a etnografia é praticada hoje em todos os tipos de condições sociais. Em qualquer situação, *os etnógrafos se ocupam basicamente das vidas cotidianas rotineiras das pessoas que eles estudam*. Os etnógrafos coletam dados sobre as experiências humanas vividas a fim de discernir *padrões previsíveis* do que de descrever todas as instâncias imagináveis de interação ou produção. A etnografia é feita *in loco* e o etnógrafo é, na medida do possível, alguém que participa subjetivamente nas vidas daqueles que estão sendo estudados, assim como um *observador* objetivo daquelas vidas” (ANGROSINO, 2009, p. 31 – destaques do autor).

⁸ Tanto o Náutico como o Sport são clubes centenários, tradicionais no contexto do futebol brasileiro. Atualmente (2009), competem no campeonato da 1ª divisão do futebol brasileiro.

e interpretá-los, à luz dos objetivos de pesquisa e do referencial teórico da análise do discurso.

A estruturação da pesquisa delineou-se no processo de investigação, de organização e análise dos dados. O formato de exposição que ganhou maior sentido didático foi o de apresentar o estudo em cinco partes básicas.

A primeira parte, destinada à introdução, delineamos as idéias presentes no estudo de forma abrangente: tema, objeto e justificativa de estudo, finalidade da pesquisa, contextualização do problema, aspectos práticos da pesquisa, e delineamento da escrita dos argumentos da dissertação.

A segunda parte – “A educação no processo de formação do jovem atleta para o futebol profissional: por quê? para quê?” -, está dividida em dois momentos: no primeiro momento aborda a educação para além do futebol; no segundo, discutimos a relação da educação como preparo para o exercício da cidadania e, em seguida, como elemento de proteção social; por último, observamos a legislação esportiva brasileira no que concerne à questão da educação e suas determinações.

A terceira parte discute “A formação do jogador para o futebol profissional no Brasil”, descrevendo os aspectos mais gerais da formação e confluindo para as particularidades que envolvem a categoria juvenil nesse processo formativo.

Em prosseguimento, teremos a quarta parte – “Desvelando o valor da educação” - que mostrará a realidade educacional dos jogadores juvenis nos clubes de futebol profissional em Recife, na qual apresentamos os dados levantados e analisados à luz do referencial teórico no qual nos baseamos.

Por último, nas conclusões, retomamos as questões principais que nortearam a pesquisa com relevo para o cotejamento do que foi investigado e aquilo que a realidade dos clubes em Recife proporcionou.

Esperamos que esta pesquisa contribua para o esclarecimento, não somente daqueles que sonham em ser jogador de futebol, mas também, principalmente, dos que apascentam esses sonhos: familiares, diretores esportivos, gestores, técnicos, educadores, e outros. Bem assim despertar a preocupação social dos clubes de futebol brasileiro como forma de melhoria das condições de vida dos seus jovens atletas em formação.

2 CAPÍTULO I - PENSAR A EDUCAÇÃO NO PROCESSO FORMATIVO DO JOGADOR PARA O FUTEBOL PROFISSIONAL: POR QUÊ? PARA QUÊ?

Difícilmente podemos explicar e traduzir a sociedade brasileira sem associá-la ao futebol, que é eterno na preferência e vive na alma do povo (LEVER, 1983). Por ser considerado o esporte mais popular em nosso país, o futebol desperta diferentes sentimentos naqueles que o acompanham e interfere direta e indiretamente na vida de todo povo brasileiro. Essa questão, aliada à grande influência da mídia esportiva, que enfatiza principalmente o lado "positivo" da profissão, destacando o sucesso de alguns dos nossos principais jogadores, faz com que muitos jovens, seduzidos por uma vida social de status e independência financeira e incentivados por seus pais, visualizem a carreira de jogador de futebol profissional como uma das mais promissoras. Mas, será que se pode acreditar em todas as "maravilhas" relacionadas ao futebol profissional? A carreira futebolística deve realmente ser considerada tão promissora?

Recorremos a um exemplo, literário, entre vários de outros tipos que podemos aludir, como meio de exemplificar a importância do futebol na cultura de um país chamado Brasil.

Um texto de Rubem Fonseca – o conto “Abril, no Rio, em 1970”, que foi publicado no livro *Feliz Ano Novo*⁹ – apresenta um jovem que sonha tornar-se jogador de futebol profissional por influência da Seleção Brasileira a qual, em 1970, preparava-se para disputar a Copa do Mundo do México. Concomitante ao desejo de tornar-se jogador de futebol habitava o protagonista o sonho de ascender socialmente. E o futebol seria o meio de assim acontecer.

⁹ Obra que, em 1976, seria proibida pela Censura Federal e apreendida por ordem do então Ministro da Justiça, Armando Falcão. Motivo: acusação de atentado à moral e aos bons costumes. Embora Rubem Fonseca tenha entrado com uma ação contra a União logo após sofrer o veto da censura, a liberação do livro só aconteceria 10 anos mais tarde, em 1986, com a interferência de Fernando Lyra, à época Ministro da Justiça do Governo de José Sarney.

Para poder treinar num clube grande do Rio de Janeiro, aquele jovem precisa ser submetido aos testes e à longa caminhada de reconhecimento dos jogadores anônimos, até ser descoberto por algum “boleiro”, em meio ao time de várzea em que joga. Daí um dos “leit-motivs” do conto ser a frase *o Jair da Rosa Pinto já chegou?* - que se repete ao longo de toda a narrativa. O personagem (narrador) espera o tempo todo pela aparição messiânica do ex-jogador Jair da Rosa Pinto,¹⁰ que assume o status de divindade capaz de oferecer um mundo novo de glórias e realizações.

Da mesma maneira como ocorre em outros contos de Rubem Fonseca, o narrador igualmente se situa marginalizado no mundo, vítima das circunstâncias sociais e das desigualdades que se intensificam no meio urbano: “(...) eu era órfão, minha mãe morreu quando eu nasci, meu pai era pobre, morreu logo depois, me deixando na pior, só podia acabar mesmo contínuo, ignorante, pé rapado. Que que ela queria que eu fosse?” (FONSECA, 1999, p. 46).

Quando chega o dia do grande jogo de várzea, no qual o personagem deposita toda a sua esperança – aguardando a presença do Jair da Rosa Pinto –, é um dos jogadores do time adversário que chamará a atenção pelo vigor físico.

O personagem, então, deixa de manter suas projeções no futuro, pois o presente lhe parece angustiante e sem esperança, marcado pela negatividade e pelo descrédito. O final do conto atesta tudo isso de maneira fenomenal, intensificando toda a atmosfera de melancolia e desânimo num mundo sem futuro e de cujo passado se quer distanciar:

Na sombra da tarde o campo ficava ainda mais feio. Eu estava sozinho, todos tinham ido embora. Fui andando, passei por um monte de lixo, tive vontade de jogar ali a maleta com o uniforme. Mas não joguei. Apertei a maleta de encontro ao peito, senti as traves da chuteira e fui

¹⁰ Jair da Rosa Pinto foi um jogador de destaque que atuou em times cariocas e paulistas nos anos 50 e 60. No início da década de 70, conforme mostra o conto, passou a trabalhar como “olheiro”.

caminhando assim, lentamente, sem querer voltar, sem saber para onde ir (FONSECA, 1999, p. 49).

2.1 Por quê?

2.1.1 Profissão sem futuro ou futuro sem profissão?

Ao definir trabalho como um "processo do qual participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação media, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza", Negrão (1994, p. 59) entende que o trabalho do jogador é caracterizado pelo consumo de seus serviços que é alcançado no ato de sua atuação. Para a autora, a produção do trabalho do jogador de futebol equipara-se a de um ator circense. No seu entendimento, a produção e o consumo estão diretamente ligados, sendo que o resultado do serviço prestado pelo atleta é traduzido pela sua ação, não produzindo nenhum produto, nenhuma coisa efetivamente concreta. Trata-se apenas de uma ação capaz de provocar emoções naqueles que a consomem. No entanto, por contribuir diretamente para a ampliação do capital do empresário, do clube, das federações etc., é caracterizado por ser um trabalho produtivo.

Mesmo sendo um "trabalho produtivo" e apesar da destacada cobertura pela imprensa, muitas coisas relacionadas à profissão de jogador profissional não são relatadas. Ao terem como referenciais apenas jogadores famosos muitos acreditam que esta profissão, por permitir um acúmulo de dinheiro e ser caracterizada pelas facilidades nas relações de trabalho, é um "mar de rosas". Porém, para se tornar um atleta profissional assediado pela torcida e pela imprensa especializada, ganhador de títulos e de altos salários, é necessário muito empenho. Nesse sentido, Rangel (2003) afirma que a maioria dos jogadores brasileiros está longe do sucesso e da mordomia. Para ilustrar, Negrão (1994) - citando uma

reportagem de Mario Magalhães do Jornal Folha de São Paulo de 19 de janeiro de 1994 - destaca que, de acordo com registros da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) de 1993, sete em cada dez jogadores profissionais receberam entre um e dois salários mínimos por mês e apenas 3% dos jogadores receberam acima de dez salários mínimos.

Documentos do Departamento de Registros e Transferências da CBF mostram que 82,17% dos atletas nacionais receberam, em 2001, até dois salários mínimos, ou seja, 16.785 dos 20.428 jogadores registrados ganharam até R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais); 42,62% dos atletas receberam R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) e apenas 3,75% (um número inferior a 1000 atletas) receberam acima de 20 salários mínimos por mês. Para complicar, mais de 90% dos jogadores detentores do seu próprio passe receberam até dois salários mínimos, sem dizer que muitos convivem constantemente com o desemprego (RANGEL, 2003).

Associados a essa realidade, há ainda os problemas relacionados ao período de transição da carreira. Muitos jovens, acreditando que a fama durará para sempre, dedicam-se a anos de preparação, alienando-se do pensamento de uma nova atividade quando o momento de "pendurar as chuteiras" chegar. Segundo Brandão (2001) durante a vida esportiva, o atleta passa por diversas transições, todas elas com exigências de ajustamentos e características próprias, sendo a aposentadoria uma fase inevitável. Assim, a maioria dos jogadores, no desfrute dos "benefícios" da carreira, não está preocupada com o seu encerramento, ou seja, com readaptação social, que é dificultada pela abstração que estes se submetem quando ainda estão atuando. É muito comum, ao se questionar jogadores sobre seus pensamentos em relação à aposentadoria, se deparar com respostas do tipo: "como posso pensar em aposentadoria se estou começando agora?". Além disso, infelizmente, muitos acabam negligenciando ou abandonando os estudos para se dedicarem à profissão, a

qual se mostra árdua e repleta de obstáculos conforme bem coloca Moraes (1981) em seu artigo.

Para Roffe (2004) após o encerramento da carreira, a grande maioria passa por enormes dificuldades ao tentar se reintegrar à sociedade. Nessa esteira, o estudo de Pires (1994) demonstra que a alienação é uma das responsáveis por um período de transição conturbado. Em seu estudo (dissertação de mestrado em educação), dentre os 32 ex-jogadores entrevistados, nenhum vivenciou atividades culturais, artísticas e políticas, dedicando-se exclusivamente à carreira. Assim, após a fase de transição/encerramento, por não terem estudado e por terem se dedicado exclusivamente ao futebol, ex-jogadores ficam desempregados e sem perspectivas de adaptações em outros ofícios. Neste estudo também foi constatado que apenas quatro dos entrevistados ganharam o suficiente para se manterem de maneira autônoma. Porém, dois deles, pela falta de experiência, perderam quase todo o capital investido.

O entendimento de Mendelsohn (2004) é que os fatores que determinam a qualidade do período de transição estão relacionados aos motivos que levam os jogadores profissionais a abandonarem a carreira. Na maioria das vezes, os jogadores são abandonados pelos clubes de forma gradativa e até mesmo de forma abrupta, dando para contar as exceções em que eles mesmos põem fim em suas carreiras desportivas.

Brandão (2001) ao avaliar 52 ex-jogadores que atuaram em equipes de "ponta" no futebol brasileiro, constatou que 74% encerraram a carreira de forma espontânea e oportuna, relacionando as causas mais frequentes na seguinte ordem decrescente: idade, aparecimento de novos interesses, relacionamento com os líderes, mudança no estilo de vida, decréscimo de *performance*, ausência de perspectiva, lesões, condições de saúde, fadiga psicológica, problemas de relacionamento familiar e exaustão física. Brandão afirma que o avanço da

idade cronológica e a conseqüente percepção de competir no mesmo nível anterior foram os aspectos mais significativos considerados pelos jogadores para o término da carreira.

O fator "idade" como um dos motivos de uma transição traumática é apontado por Pires (1994). Os jogadores que concluem a carreira com idade aproximada de 35 anos são excluídos numa fase ainda produtiva de suas vidas e estão sujeitos, ao entrarem no mercado de trabalho, a salários bem reduzidos em relação aos que recebiam, alterando precariamente o padrão de vida com sérias repercussões familiares. Este fato também foi apontado por Brandão (2001) no qual 50% dos seus entrevistados relataram a queda da condição econômica e 44% apresentaram dificuldades na escolha de uma nova profissão, sendo que 100% dos entrevistados escolheram atividades relacionadas ao esporte. De acordo com ele, os atletas assimilam melhor o fim da carreira quando este se dá por vontade própria, sendo capazes de concluí-la após terem alcançado os seus principais objetivos e continuando envolvidos com o meio esportivo de alguma maneira.

Uma sugestão para um período de transição com um mínimo de tranquilidade é dada por Moraes (1981) ao colocar ser necessário que o atleta profissional esteja preparado pelo menos para administrar o seu próprio dinheiro, usufruindo com segurança os bens conquistados. Independentemente das causas de transição o sucesso neste período exige uma busca por uma autonomia pessoal durante a carreira, além da necessidade de se ter um conhecimento sobre as mais diversas formas de investimentos dentro e/ou fora da área esportiva.

Indo ao ponto que nos interessa no âmbito de nossa pesquisa, o aspecto a ser destacado nos estudos acima mencionados é a educação quase sempre ausente no histórico de vida da maioria dos jogadores de futebol profissional no Brasil, com nocivos reflexos para a sua vida enquanto cidadão após o encerramento da carreira futebolística ou mesmo por não lhe proporcionar meios de engajar-se em outra profissão.

Nesse sentido, se fazem oportunas as observações de Rosa:

É consenso que a miséria e a marginalidade são graves problemas estruturais da nossa sociedade. Muitas crianças e adolescentes sofrem com a pobreza e crescem sem esperança ou perspectiva de melhora. Eles sonham com a fama e com o dinheiro, e enxergam no futebol o único caminho possível para o sucesso, mas não sabem da grande dificuldade que existe no início dessa jornada, na qual uma ínfima minoria atinge a carreira profissional. Esses garotos abandonam a escola, meio certo e garantido para uma vida melhor, pela ilusão de vencer no futebol, e a esmagadora maioria sucumbe. Muitos acabam em subempregos, às margens da sociedade, ou até mesmo na criminalidade, nas drogas e em outros vícios decorrentes do fracasso, da frustração e da desilusão. E tudo porque, no auge da sua inocência e enquanto seres humanos em desenvolvimento, eles não se prepararam ou não foram devidamente orientados para buscar alternativas fora e além do futebol (ROSA, 2009, p. 1-2).

Para a autora, não está errado sonhar em ser jogador profissional, nem convergir esforços na tentativa atingir essa meta. Mas, ainda que os menores e as famílias não percebam, o Estado, os clubes e os seus dirigentes sabem das mazelas dessa busca, da dedicação quase integral, do número quase irrisório de vagas para a carreira da bola e ainda da necessidade faticamente imposta aos jovens que se vêem obrigados a deixar a escola, já que não conseguem conciliá-la com os treinos pesados. É por isso que essas instituições (Estado e clubes) têm a obrigação social e legal de proteger essas crianças e esses adolescentes, seguindo o diploma supremo do nosso sistema jurídico nacional e salvaguardando o futuro desses meninos.

Assim, a partir do momento que um clube recebe um garoto em sua “escola”, tem o dever de respeitá-lo em sua personalidade global, como ser humano em formação, com isso torna-se co-responsável, contribuindo para formar cidadãos no amplo sentido do termo. Ocorre que, na prática, isso não acontece; pelo contrário, os clubes são os primeiros a afastar ou a não contribuir para a frequência escolar dessas crianças.

O que impera, então, na relação clube *versus* jovem atleta é a lógica econômica coadunada ao “espírito do capitalismo”, que, por sua vez, é a lógica da sociedade. Nesse sentido são esclarecedoras as considerações de Comparato (2005, p. 537-538):

O capitalismo não é mero sistema econômico, mas sim uma forma global de vida em sociedade; ou, se se quiser, dando ao termo um sentido neutro, uma civilização. (...) O espírito do capitalismo é o egoísmo competitivo, excludente e dominador. (...) Nesse tipo de civilização, toda a vida social, e não apenas as relações econômicas, fundam-se na supremacia absoluta da razão de mercado. (...) O homem é reduzido à condição de simples instrumento de produção, ou ao papel de mero consumidor a serviço do capital.

Infelizmente alguns clubes enxergam os menores pela perspectiva mercadológica. O desejo do acúmulo desenfreado de dinheiro prevalece em detrimento da obrigação social que essas instituições teriam de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária. É uma visão maquiavélica de que “os fins justificam os meios” e assim, ainda que seja preciso arremessar centenas de crianças na marginalidade de uma vida sem escola e sem profissão, isso estaria plenamente justificado se dali saísse pelo menos um craque embutidos em cifras milionárias e internacionais. É assim que, “presos a uma única cultura”, a do lucro e do capital, esses clubes tornam-se “não apenas cegos à dos outros, mas míopes quando se trata” deles mesmos. Contribuindo com a evasão escolar e não com a educação, eles cooperam com a desigualdade social e fomentam a insegurança (ROSA, 2009, p. 1-2).

O futebol é o sonho de muitos jovens que se inspiram nos craques e norteiam suas vidas no sentido de imitá-los. Muitas são as famílias que entregam seus filhos para as escolinhas de futebol na esperança de transformá-los em jogadores profissionais com

excelentes salários. Se essas crianças encontrassem nesses clubes, além do esporte, a educação (formal e informal)¹¹ conciliada com valores morais e dignificantes, elas sairiam desses clubes no mínimo de duas maneiras: (a) ou como jogadores profissionais que, com a aposentadoria precoce característica da profissão, utilizariam o estudo como ponte para uma segunda carreira profissional; (b) ou como seres humanos estudados e formados, prontos para se projetar em outros trilhos do mercado de trabalho destino comum a todos.

Portanto, em consonância com esse raciocínio, pensamos que os clubes de futebol têm a responsabilidade social irrefutável de exigir dos seus atletas não só a frequência, mas o bom aproveitamento escolar. Além disso, devem deixar claro aos meninos que lhes procuram: só joga quem estuda com aproveitamento satisfatório.

2.1.2 Para além do Futebol

Embora saibamos que para jogar futebol não seja necessário aos jovens possuir o saber escolar – pois, como afirma Damo (2005) a formação dos “pés de obra” é desenvolvida nos centros clubísticos-, também sabemos que a integridade da vida das pessoas está além da vida escolar e além da vida esportiva. Ambas, às suas maneiras, compõem um processo de vida.

O futebol acena e permite possibilidade de ascensão social (aos garotos de classe popular, principalmente), entre outros aspectos, a um grande número de garotos que acorrem aos clubes. Ocorre que apenas um pequeno número deles consegue atingir à realização em virtude de altas competitividade e seletividade por critérios técnicos e tradicionais conforme

¹¹ Cf. esclarecedora argumentação sobre o assunto em Libâneo (2007, p. 86-92).

Rodrigues (2003, p. 84). O que nos leva a pensar sobre o futuro daqueles excluídos do processo de profissionalização no futebol enquanto cidadãos desprovidos do conhecimento oriundo da escola.

Nesse sentido, Damo (2005, p. 170 – destaque do autor) faz a seguinte advertência:

Há uma extensa quantidade de jovens investidos para uma profissão que não se expande e tampouco prevê reconversão, sem que paralelamente se dê a eles uma formação complementar, como exige, por exemplo, a legislação francesa. Assim sendo, os jovens brasileiros podem ser desterritorializados segundo as estratégias de clubes e agentes/empresários; submetidos a treinamentos extenuantes que os inviabilizam para outras atividades – diferentemente da produção francesa, que coloca a formação escolar e esportiva em paralelo; recrutados e dispensados dos centros de formação/produção de acordo com a conveniência destes e a tantos outros procedimentos mais ou menos naturalizados como próprios do “mundo da bola”.

Ao falarmos de educação, imediatamente pensamos aquela referente aos domínios da escola a qual as instituições educativas promovem no seio da sociedade como um direito universal e que na contemporaneidade, conforme diz Lledó¹² (1998, p.39 apud SACRISTAN, 2000, p. 39)

(...) prepara para participar do mundo na medida em que proporciona a cultura que compõe esse mundo e sua história, transformando-a em cultura subjetiva, o que dá forma de nossa presença diante dos bens culturais, uma maneira de ser alguém diante da herança recebida.

Tal legado, em sentido kantiano, é algo que faz do indivíduo herdeiro das gerações que o precederam e este, de posse do conhecimento acumulado, passa a intervir no seu universo em virtude da educação recebida.

¹² LLEDÓ, E. *Imágenes y palabras*. Madri: Taurus, 1998.

Ora, tendo em conta que no mundo contemporâneo as demandas sócio-educacionais são múltiplas e estas implicam em saberes específicos com o seu lugar próprio, a escola é uma das instituições provedora de tais conhecimentos.

A educação escolar exerce na vida humana um papel social que em certos aspectos se tornou imprescindível; incluindo-se aqui a função de ressocialização. Tanto assim que

Os saberes, construídos nos processo educativos (escolares, ou não) podem contribuir de maneira significativa para a ressocialização de adolescentes, jovens, crianças e adultos que participam de organizações sociais ou que iniciem sua escolarização ou a retomem. A ressocialização, enquanto processo de reconhecimento e reinvenção permanentes, garante a educação ao longo de toda a vida, isto é, a luta pela construção da humanidade do ser humano (SOUZA, João, 2006, p. 161).

Se, por um lado, há indivíduos que têm a escola como mais um elemento na sua formação educacional - pelo fato do ambiente familiar lhes proporcionar uma educação doméstica de qualidade -, existem aqueles cujo status social não lhes é favorecedor. Para estes, a escola representa o diferencial. Nesta gama encontram-se inseridos a maioria dos jovens futebolistas. Para tais atletas, se o sonho da bola falhar (o que acontece para maior parte), ficará o que resultar da educação escolar: “o cidadão” (CARDOSO, 2007).

Embora o espaço escolar não seja o único local onde aprendemos coisas importantes, há muita coisa desse teor que a escola revela e possibilita. No caso do Brasil é uma via concreta que se apresenta como forma de ascensão social; além, é claro, de fornecer elementos para a formação cidadã. No caso: uma educação que se baseie não na exclusão, mas sim que possibilitasse aos sujeitos humanos verem para além das coisas como estão postas, inclusive no contexto do futebol.

Nesta perspectiva, qual seria então, o sentido da educação num ambiente como o do futebol, que especificamente volta-se para formar e preencher os quadros nele existentes;

onde aparentemente os requisitos básicos são os da eficiência técnica e tática, além do preparo físico, formando uma inteligência própria do regime? (CARRAVETA, 2001).

Um olhar voltado para este contexto - para as suas características, peculiaridades e atores que buscam uma formação no sentido de ascender socialmente num universo de tamanha transitoriedade – nos leva a pensar o papel da educação numa esfera como esta, ainda mais sabendo que “ninguém escapa da educação” Brandão (2005, p.7). Ou pelo menos não deveria escapar, e neste sentido nos reportamos à escola. Vale destacar, não sermos daqueles que vêm na escola a solução de todos os males. Mas, também a vemos como um instrumento de imenso valor a depender do uso ideológico que determinadas sociedades fazem dela num sentido gramsciano.

Em nossa compreensão, a escola é algo que se estende à vida, fornecendo aos homens ferramentas que não se esgotam nem se encerram em tempo algum. Caso diferente do vivido no futebol, que se resume a uma parte bastante curta da vida,¹³ mesmo daqueles que conseguem prolongá-la um pouco mais.

Diante disso é impossível não pensarmos a importância da educação para os indivíduos, inda mais por que a vida na modernidade contemporânea vem se tornando cada vez mais complexa e exigente. Inúmeras são as demandas que atingem na atualidade a transmissão do saber. Nesta conjuntura, a educação cada vez mais tem agregado valor e isto em si diferencia os próprios sujeitos numa escala de significação social, no que se refere ao conhecimento. A escola exerce neste modelo, o lugar “legitimado” socialmente para a tarefa de ensinar a cultura letrada aos indivíduos enquanto atores sociais. Contudo, não seja este seu único papel na sociedade.

¹³ Damo (2005) denomina essa fase de Ciclos de desconversão: fim de carreira e reconversão profissional, podendo esta ser definida por limitações físicas (idade ou lesões graves) ou desemprego crônico – entre os 30 e 40 anos. Idade em que noutras tantas profissões o indivíduo se encontra em plena atividade.

Independente dos fatores que realmente colaboraram para o surgimento da escola em nossa sociedade importa-nos, aqui, apontar o valor exercido por ela ao longo de nosso processo civilizatório e o quanto ainda pode concorrer em favor da educação em um país com tantas desigualdades sociais como é o Brasil.

Em lugares dos mais diversos de nossa vida contemporânea, a educação escolar tem sua importância ainda que haja outros espaços capazes de promover educação; pois, como atesta Brandão (2005, p. 9) “Não há uma forma única nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante”.

Não obstante a existência desses outros locais e mestres cabe olhar para nós mesmo e indagar: se a escola enquanto instituição educativa trouxe a nós contribuições de caráter significativo durante a história humana, inclusive no processo de construção da identidade cidadã dos sujeitos, colaborando com o curso de socialização dos indivíduos. Pois, tal instituição “(...) ajuda a pensar os tipos de homens. Mais que isso, ela ajuda a criá-los (...)” Brandão (2005, p. 11). Caso na escola não exista o valor que pensamos ter, por que ainda nos apropriamos dela e a distinguimos conforme as classes sociais que a frequenta?

Destarte, o processo educativo que se desenvolve no interior da agência escola, tem um fim e intenções a alcançar. A existência de outras tantas instâncias formadoras, de modo algum torna o seu papel educativo menor. Inclusive dada à complexidade e as necessidades que remontam aos dias atuais - a nosso ver em muitas situações tais agências se complementam. Mesmo por que a educação se dá em todos os cantos “na escola, na rua”. Freire (2006, p. 38) faz neste sentido a seguinte ressalva: “(...) rua e escola são instituições bastante diferentes”.

Da discussão em foco podemos indagar se em determinados ambientes sociais, a educação escolar possa ser uma opção ou alternativa. Ou será que na sua ausência os sujeitos

humanos são impedidos do acesso a determinados bens culturais? Pelo menos em se tratando da sociedade moderna com suas tamanhas prescrições. Foi-se o tempo em que as relações de trabalho exigiam do artífice apenas habilidades com as mãos ou os pés (o caso do futebol). No caso do futebol europeu, pelo menos, com relação às aquisições, começam a pesar o nível escolar dos jogadores contratados (GIULIANOTTI, 2002).

Pelo exposto, indagamos: é possível separar a arte da vida? E isso inclui o futebol? Para Elias (1995) a vida pode ser inclusive compreendida através desse desporto. E no caso do futebol, não poderia se constituir num dos lugares possíveis para refletirmos sobre o educar para a vida, dada tamanhas relações, coincidências e circunstâncias expostas na atualidade?

Mas, de fato, como essa relação entre educação e futebol se processa? E na esfera clubística? Existe a preocupação com o saber escolar dos jovens atletas? Com o compromisso de formar cidadãos? De educar para a vida além dos gramados? E por que não se ater a tais questões? “Afinal, não se forjam, no Brasil, desde algumas décadas, jogadores profissionais fora desses centros” [centros clubísticos] (DAMO, 2005, p. 168 - acréscimo nosso). Pois, o clube de futebol, dada a sua condição e projeção social, pode contribuir para que a formação de seus atletas ultrapasse a dimensão do campo de jogo.

Se a educação é um bem social, um direito universal, capaz de abarcar dimensões socioculturais das mais variadas, então, conforme nos diz Imbernón (2000, p. 51) “(...) a escola deve assomar-se à vida, à sociedade, ao que a rodeia, não para substituir com os materiais que o meio proporciona sua própria missão, mas sim para projetá-la sobre todos esses materiais”.

Se por um lado, para jogar futebol não há necessidade de um diploma, este sem sombra de dúvidas adicionar-se-ia ao processo de formação esportiva. Principalmente,

quando a vida esportiva termina. Uma vez que a profissão de jogador de futebol é rápida e incerta.

No cenário futebolístico brasileiro, não é necessário muito esforço para entender o quanto e a quantos a formação oriunda dos bancos escolares fez e continua a fazer falta para muitos. É só ver o fim deplorável de muitos jogadores, até de destaque outrora, que deixa(ra)m saudades. (Pensamos, p. ex., em jogadores como Jorge Mendonça, Garrincha, Alberi, Josimar, Marinho Chagas; e tantos e tantos outros.) Sem falar nos jovens jogadores que se entregam de corpo e alma a um sonho às vezes não concretizado. Havendo ainda aqueles consagrados como “deuses”, “nadando em fortunas”, mas, como afirmou o jornalista Armando Nogueira ¹⁴, não possuem educação para saber o que fazer com essa fortuna. Para todos esses a escola se somaria à vida futebolística como um *plus*, para não vê-la parar tão cedo, dada a efemeridade dessa carreira profissional.

Em nosso mundo globalizado, os cenários nas diversas esferas da vida, têm-se alterados com extrema rapidez; as exigências também. O mundo, hoje, mais que ontem, procura sem escusa qualificação. Mesmo num amplo sentido, a mesma vale para o ambiente do futebol, sobretudo para aqueles atletas que se encontram nas categorias de base. Basta destacar que para um garoto ser aceito nos centros de treinamento, diversas etapas precisam ser superadas e muitos precisam ficar para trás (RODRIGUES, 2003).

No ambiente das categorias de base, o processo de formação deficiente dificilmente encontrará tempo e oportunidade de correção quando da chegada à categoria profissional. Nesta a lógica é estar pronto e aperfeiçoado, visto que não há tempo a perder, pois nela impera a idéia do mercado Giulianotti (2002). Na vida escolar, com raras exceções, não é

¹⁴ Essa afirmação, o autor do trabalho ouviu do jornalista Armando Nogueira, no Programa Esportivo “Apito Final”, da Rede Bandeirante de Televisão, em 1988.

diferente, o tempo perdido deixam lacunas muitas vezes irreparáveis num contexto social que revela efemeridade, jovialidade, rapidez, etc.

Nas categorias de base, os jovens aprendizes se encontram numa faixa etária que coincide o momento de aquisição dos fundamentos essenciais para a prática profissional (técnica, física e tática); com o período que diretamente envolve a educação na escola.¹⁵

Se, como dissemos anteriormente, ser a educação um processo que se desenrola a vida toda, é possível a idéia de o atleta (em nosso caso, o de futebol), se desvincular dessa formação por um tempo da vida. Ainda mais, sabendo que tal tempo envolve o período crucial de aquisição do saber escolar. Esta não formação (escolar) acarretaria algum prejuízo? Há quem possa afirmar que não. Mas, onde se encontram os tantos garotos que um dia enveredaram por esse ambiente e não foram agraciados por ele? O mundo moderno é do conhecimento. Sem ele os horizontes se estreitam consideravelmente.

Igualmente ao que acontece em países como a França conforme Damo (2005) por que no Brasil a formação para o futebol não ocorre paralelo à escolarização dos jovens atletas numa parceria com os clubes ou como uma obrigação destes? Principalmente com aqueles garotos que têm com o clube algum compromisso firmado e que ocupam a maior parte de seu tempo com as atividades do futebol. Quando isto não acontece, não estaria o clube formador negando aos jovens em formação, um direito social previsto em nossas legislações? A Constituição, a LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a “Lei Gilmar Machado”, a “Lei Raul Marcelo” etc. podem nos ajudar a refletir melhor a questão.

Houve um tempo no Brasil e no mundo que para se jogar futebol bastava possuir, nas palavras de Freyre (1957) alguns “gingados, despistamentos e floreios”. Porém, como diz Damo (2005) de lá para cá muita coisa mudou na perspectiva do esporte moderno, inclusive

¹⁵ Cf. Damo (2005).

a condição para se inserir e permanecer sem dificuldades de adaptação no futebol globalizado.

No Brasil, ainda que de forma não homogênea, há que se mencionar a iniciativa por parte de alguns clubes de futebol em participar com a formação escolar dos seus atletas das categorias de base, sinalizando não só um envolvimento e comprometimento destas instituições, mas quem sabe o desencadear de um processo configuracional no contexto do nosso futebol. (Cf. Cardoso, 2007). Isto serve para pensarmos sobre o fato de que, a integridade da vida das pessoas está além do jogo de futebol.

Numa série de reportagens do *Jornal do Comércio*, de Recife, de maio de 2007, que trata da relação do futebol profissional com a educação, é sinalizada a seguinte questão: um grande número de garotos que procuram os clubes de futebol, em busca de uma futura profissionalização, por diversos motivos deixam logo de estudar.

Mas, o clube de futebol profissional seria um lugar para se pensar a educação escolar? Ele deveria ter preocupação relativa a esse aspecto?

A revista *Isto É*, de maio de 2007, trás reportagem (“Ensino Futebol Clube – Times montam escola para dar formação acadêmica para seus atletas”) que vai de encontro com as interrogações acima. Ali é exposto que clubes como o Cruzeiro (Belo Horizonte), Vasco da Gama (Rio de Janeiro) e Atlético Paranaense (Curitiba) apresentam preocupação dessa importância com seus atletas ao estabelecerem propostas educativas para a formação dos mesmos.

Esse retrato caracteriza um setor que faz parte da estrutura dos clubes de futebol profissional; as denominadas categorias de base. Estas, como o próprio nome indica, são o local onde se encontram as equipes em formação para a profissionalização. É, também, lugar onde os jovens atletas obtêm o treinamento básico (físico, técnico, tático), para o exercício

da prática futebolística (DAMO, 2005). Acontece que no caso dos clubes brasileiros, na maior parte, a formação dos garotos finda aí.

Um fato concreto é que cada vez mais cedo (em menor idade) os garotos chegam ao clube. E nesta etapa da vida, comumente é também a de escolarização. Porém, à medida que avançam no ambiente da competição, ocorre de ter de deixar de lado outros universos como o da própria escola. Pois, “(...) somente conseguem prosseguir praticando esporte se fazem dele atividade principal de suas vidas, ou seja, sua profissão” (MANHAES, 2002, p. 32).

Mas, o modelo formador e a própria estrutura de nosso futebol deixa espaço ou mesmo contribui para que o atleta se envolva com as atividades consideradas secundárias pelos clubes, como “a educação escolar”?

2.2 Para quê?

2.2.1 A educação para o exercício da cidadania

A palavra educação deriva "do latim *educatione*, nome que os romanos davam ao processo de desenvolvimento físico, intelectual e moral do ser humano, realizado em escolas e dirigidos por pedagogos, os principais responsáveis pela formação integral dos alunos" Silva (2004, p. 281-282). Por conseguinte, podemos pensar que é a educação uma ferramenta a possibilitar a construção de uma nação justa e igualitária, efetivamente participante na democracia e na vida política, aqui se enquadra a idéia de Paidéia do homem grego.

Embora supondo que a educação não apenas integra o indivíduo ao meio social, mas também lhe proporciona uma maior capacidade de autonomia e, por isso mesmo, de interferência no meio social, é relevante mostrar que a educação sempre tem uma

importância eminentemente social, ainda que essa questão assuma conotações diferentes através da história.

As formas pelas quais a educação vem sendo abordada na sociedade brasileira têm variado historicamente, evidenciando a idéia de que a educação é um processo de socialização (que integra os indivíduos no contexto social) e, por essa razão, varia segundo o tempo e o meio e que envolve o processo histórico.

A educação é reconhecida, pela maior parte dos autores que tratam da cidadania, como um direito essencial enquanto propiciador das condições necessárias à inclusão no espaço público, ou seja, no campo da participação política. O direito ao acesso à educação para todos os cidadãos traduz a afirmação de um bem comum à comunidade política e ao compartilhamento, por parte de seus membros, do conhecimento como um valor. Porém, a inexistência da possibilidade de realização do direito à educação, ou a insuficiência de condições para o seu exercício, implica também que a igualdade de direitos e deveres de cidadania estão anulados ou prejudicados.

Homens e mulheres não nascem com o conhecimento das leis, dos direitos e dos deveres da cidadania, o que pressupõe um longo processo de socialização e de escolarização. Se esse processo não se efetiva, automaticamente, está sendo negado um dos direitos essenciais da cidadania. Portanto, a educação pública é um dever básico do Estado para com os seus concidadãos. Se o acesso igual à educação é concebido como uma das condições essenciais da cidadania, então o Estado de direito o deve instituir sob pena de não garantir a igualdade dentro do próprio corpo político (GAILLE, 1998).

O termo cidadania, para ser entendido, tem que ser pensado para além do conceito de pessoa percebida como ser natural com características próprias; o termo implica a categoria de indivíduo. Este pertence a uma sociedade historicamente determinada e só se constrói de maneira social no relacionamento com os demais seres humanos. A partir desta relação, a

ação do indivíduo perante os demais indivíduos deve acontecer de tal forma que, para preservar seus direitos, sejam preservados também os dos outros indivíduos. Agindo deste modo, o indivíduo estará levando em conta também o seu próprio dever.

Balestreri (2006) argumenta que é necessário lembrar o significado dinâmico das palavras. No passado, o termo Cidadão era sinônimo de membro respeitável da comunidade com poderes e prerrogativas especiais, isto é, com direito a participação política, a influência etc. Na contemporaneidade, a expressão cidadania “expandiu-se e passou a compreender todo o membro da comunidade humana, com direitos e deveres pessoais universais, indisponíveis, inalienáveis, naturais, (...)” (p. 9). Para o autor,

Cidadão é o sujeito da história, de sua própria história e, com outros cidadãos, da história de sua comunidade, de sua cidade, de sua nação, de seu mundo. [...] Cidadão é todo homem e toda a mulher, sem discriminação etária, racial, sexual, igualado pela condição humana, de onde emana todo o poder político, que somente no seu interesse se justifica (BALESTRERI, 2006, p. 9).

De acordo com (SOUZA, Hebert, s/d) a realidade, o efeito e o sintoma da ausência da cidadania, é a fome. Para ele, cidadania é a consciência de direitos democráticos. É, também, o exercício para construir os valores e as práticas democráticas. Cidadania, no Brasil, é essencialmente a luta contra a exclusão social, contra a miséria e mobilização concreta pela mudança das desigualdades sociais que beneficiam uns e ignoram milhões de outros. Souza Hebert (s/d) afirma, ainda, que cidadão é aquele que tem consciência de seus direitos e deveres, participando ativamente de todas as questões da sociedade.

Serrão e Baleeiro (1999) destacam a violência como um tema relacionado à questão dos direitos humanos, não apenas a que aparece sob a forma de agressão física, mas, igualmente, a privação de direitos, miséria, desqualificação social, ignorância e desemprego. Para as autoras, cidadania não se limita a uma palavra ou a uma idéia. É uma nova forma de ver, dispor e construir o mundo. Ela está na relação do homem consigo mesmo, com o outro,

e estende-se para o contexto social onde todos estão inseridos. Tem como princípios básicos a responsabilidade social, os direitos humanos e o compromisso social na concretização do destino da coletividade.

Candau (1995) assegura que é cada vez mais forte a consciência universal dos direitos humanos, mas, apesar de proclamados, são constantemente violados. A percepção que cada pessoa tem sobre os direitos humanos está bastante associada ao lugar social que ela ocupa na sociedade. Vida digna, para a grande maioria dos brasileiros, supõe lutar pela satisfação de necessidades básicas. Porém, para outros, lutar pela conquista de uma vida mais digna supõe austeridade, solidariedade e partilha.

A Constituição brasileira aprovada e promulgada, em 1988, traz uma preocupação com a cidadania em seu artigo 227, que diz:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Logo depois, em 13 de julho de 1990, foi promulgada a Lei nº 8.069, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que busca garantir os direitos básicos da criança e do jovem, no que se refere ao direito à vida, à alimentação, a um meio ambiente saudável, à participação etc.

Criados pelo ECA, os Conselhos Tutelares Municipais são formados por adultos com função social de assegurar os direitos, bem como fiscalizar a atuação das famílias e do Estado no cuidado, proteção e educação da criança e do adolescente.

Nos anos 50 e até o início da década de 60 a educação é sobretudo considerada um instrumento de mobilidade social. Neste quadro, além das funções de socialização e de formação, a educação deveria dar "status" aos indivíduos. Ela representava, para o indivíduo, a possibilidade de ascensão na hierarquia de prestígio que caracterizava a estrutura piramidal da sociedade e, para a sociedade, uma maior abertura do sistema de estratificação social.

Nesse período, o contexto mundial é caracterizado pela reestruturação social, econômica e política abalada pela Segunda Guerra Mundial, pelo fortalecimento do bloco socialista e pela reconfiguração das relações de poder internacionais em áreas definidas. Havia então uma preocupação com a legitimação da social-democracia, ameaçada pela ideologia fascista do passado e pelo socialismo soviético.

Fernandes (1977) caracteriza esse período, no Brasil, pela passagem de uma ordem social estamental para uma ordem competitiva. Além disso, é um momento em que as idéias de democracia (mais populista do que liberal no Brasil) eram enfatizadas; e através delas pretendia-se diminuir o poder das oligarquias, fortificar a burguesia nascente e dar certa participação eleitoral às massas, idéias incutidas principalmente nos governos de Vargas e de Juscelino.

Nessa sociedade mais aberta que emergia a educação continuando a ter uma função decorativa de consolidar "status" sociais - definidos por critério de origem sócio-econômica - também passa a ser requerida como um instrumento de mobilidade social ascendente, sobretudo para as classes médias.

Nesse sentido, a educação tinha um papel importante no processo de legitimação pelo grau de abertura da sociedade. Uma sociedade em processo de industrialização e de democratização deveria mostrar um sistema de estratificação social mais fluído.

Diferente é o período posterior. Durante o governo militar, em vez de uma preocupação predominante dos estudos em mostrar alterações quanto a barreiras sociais menos rígidas, típicas de uma ideologia democrática, a intenção era, sobretudo, mostrar a possibilidade de rendimentos oferecida pela educação, ou seja, evidenciar os seus aspectos econômicos, típicos de uma ideologia desenvolvimentista.

Nos meados da década de 1960-1970, há uma ênfase dos estudos econômicos da educação. A partir do trabalho de Schultz (1973) são utilizados conceitos como o de capital humano, para explicar o investimento em educação, o de produtividade, taxa de retorno, custos da educação e a concepção de educação enquanto mercadoria. Essa visão de educação repercute na sociedade em termos de crescimento econômico e nos indivíduos quanto à melhoria de renda, através de uma melhor qualificação para o mercado de trabalho.

Nesse período, mundialmente, há a consolidação do sistema capitalista monopolista em contraposição ao sistema socialista. Também esse momento é marcado pelo crescimento econômico surpreendente da Alemanha e do Japão no pós-guerra, fenômeno impossível de ser explicado pela economia clássica a partir dos três fatores de produção - terra, capital e trabalho -, exigindo um novo conceito explicativo, como o de "capital humano". Também a democracia liberal passa a ser substituída por Estados intervencionistas na esfera econômica.

No Brasil, esse período é caracterizado pela importância da intervenção do Estado na economia, visando à superação do subdesenvolvimento. Ocorreu uma industrialização progressiva e uma internacionalização da estrutura produtiva, aspectos já observados ao final da década de 1950.

A partir de 1968 começa uma nova fase de expansão que vai levar ao chamado "milagre econômico brasileiro". Neste quadro, delineia-se uma política educacional preocupada, sobretudo, com a rentabilidade dos investimentos educacionais.

Frutos dessa política são a Reforma Universitária de 1968 (Lei 4.024) e a Lei de Profissionalização do Ensino Médio de 1971 (Lei 5.692) que se baseavam na constatação da deficiência de mão-de-obra qualificada necessária ao desenvolvimento econômico do país e da discrepância entre a preparação oferecida pelo sistema educacional e as necessidades da estrutura de emprego.¹⁶

Porém, é importante destacar a política econômica e desenvolvimentista contida na Reforma Universitária, ou seja, a idéia de que a universidade revelava-se inadequada para atender às necessidades do processo de desenvolvimento e modernização que estava ocorrendo, exigindo, portanto, a racionalização das atividades universitárias a fim de lhes conferir maior eficiência e produtividade, aspecto peculiar à análise econômica da educação.

Assim, o início das atividades de pesquisa na universidade é o resultado de uma política estatal que visava à modernização do ensino superior dentro de um projeto de desenvolvimento. Essa era então a função social da universidade: qualificar recursos humanos e produzir conhecimento científico e tecnológico, no sentido de permitir a expansão industrial brasileira.

Há uma mudança na forma de legitimação possibilitada pela educação, que justifica, em parte, pensarmos na atividade esportiva como alternativa aos jovens que de alguma forma não têm acesso à educação. Se anteriormente a mobilidade social resultante do acesso à educação expressava uma sociedade mais aberta e democrática, nas décadas de 60 e 70 a legitimação tem base mais econômica, ou seja, o importante é o papel da educação no desenvolvimento. O que importa nesse período é o crescimento econômico e menos a fluidez da sociedade.

¹⁶ Vale destacar, que a finalidade das leis, no entanto, eram distintas. Uma, a 4.024, ao reformar o ensino superior, tinha como diretrizes fundantes o controle ideológico; político. A 5.692 apresentava diretrizes mais focalizadas nas questões técnicas.

No final da década de 70 a abertura política começa ao mesmo tempo em que se assiste o final do milagre econômico brasileiro. Neste período, a educação passa a ser considerada politicamente, em que se coloca, sobretudo, o seu papel na construção da cidadania.

Trata-se de um momento de crise de legitimação do Estado, em que os movimentos sociais tiveram um papel importante no sentido de retorno à democratização do país. Há um aprofundamento da discussão sobre o papel das políticas sociais, das políticas públicas na construção da democracia e cidadania, ao lado dos avanços na democratização do país.

Também no contexto mundial foi o auge do desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social, sendo que a democratização passa também a ser muito enfatizada.

Neste sentido, a democratização do acesso e da gestão da educação era fundamental, tornando então crucial a questão do ensino público em termos da gratuidade e da garantia de recursos públicos. A educação, além do seu papel na construção da cidadania, para o qual era necessária a ampliação do seu acesso, a democratização dos seus instrumentos de gestão e a sua autonomia, também lhe era requerida a função de contribuir para a autonomia do país.

Desse modo, a educação traria para o indivíduo a sua cidadania no sentido tanto do acesso ao ensino público e gratuito como da sua participação nas diferentes esferas do poder, o que significaria, para a sociedade, uma maior democratização e também uma maior autonomia (através da capacitação), ou seja, a legitimação inspirada pela educação era mais de caráter político.

Já na década de 90 a educação é considerada, sobretudo, promotora de competitividade. Essa educação que possibilita a competitividade dá ao indivíduo a condição de empregabilidade e traz para a sociedade a modernidade associada ao desenvolvimento

sustentável. (Um exemplo é o modelo de educação desenvolvido pelos países denominados tigres asiáticos.)

O novo contexto mundial é marcado pela globalização e pela menor intervenção do estado na economia. Além disso, começa a se instalar um novo paradigma produtivo cuja base técnica é a eletroeletrônica, própria do sistema industrial de automação microeletrônica e que está ancorado ademais no conhecimento e na educação.

Enquanto o fordismo caracterizava-se pela rigidez e simplificação do trabalho, pelo parcelamento de tarefas e pela especialização do conhecimento, o toyotismo (originado no Japão), paradigma vinculado à base eletroeletrônica, tem como características a maleabilidade, a conjugação de tarefas e o conhecimento mais holístico com maior potencial de criatividade. Essas novas tendências levam a pensar o conhecimento pela interdisciplinaridade, intercambialidade e experimentação (PELIANO, 1998). Nesse contexto, educação e conhecimento estão muito associados a desenvolvimento científico e tecnológico que, por sua vez, levam à competitividade.

Dessa forma os indivíduos tornam-se mais competitivos no mercado, ou seja, com maior grau de empregabilidade, assim como as empresas ficam mais competitivas no mercado internacional, contribuindo para o desenvolvimento de nossa sociedade. Percebe-se nesse contexto uma legitimação de caráter mais econômico, possibilitada pela educação.

Um dos princípios atuais do "Consenso de Washington" é de que a educação é base para o desenvolvimento, idéia já vigente na década de 70 com a economia da educação, que afirmava serem os investimentos em educação muito importantes para o crescimento econômico do país. A novidade da década de 90 é que não é apenas a educação. Educação, ciência e tecnologia estão sendo considerado um tripé para o desenvolvimento.

O retorno da racionalidade econômica, característica da abordagem econômica da educação pela teoria do capital humano Schultz (1973) é explicado, nos países

desenvolvidos, pela crise do “welfare state” e, na América Latina, pela crise do Estado desenvolvimentista Benakouche (1999). Enquanto a crise nos primeiros é verificada pelo fato de que a intervenção no Estado na área social, para atender às crescentes demandas sociais, se traduz num déficit fiscal, a crise do Estado desenvolvimentista é explicada pela maciça intervenção do Estado na economia, tornando-se onipresente nas atividades de produção de bens e serviços, levando-a a ineficiência e ineficácia. "A idéia é de eliminar o Estado-Burocrático e Patrimonialista para colocar no lugar o Estado-Empresário" (BENAKOUCHE, 1999, p. 34).

Embora a racionalidade econômica permeie a idéia de educação para a competitividade na política educacional brasileira recente, não se pode ignorar, entretanto, uma concepção social da educação, no que se refere à ampliação das oportunidades educacionais para diminuir as desigualdades sociais, concretizando-se, dessa forma, uma sociedade mais justa.

No período da redemocratização, a cidadania política foi muito reforçada; porém, atualmente, verifica-se que essa não foi suficiente para consolidar uma maior participação na sociedade, ou seja, uma maior cidadania social. Por essa razão, a educação passa a ser também considerada promotora de cidadania social.

As idéias de cidadania política e social têm suas origens no pensamento de Marshall (1979) quando o autor vincula o conceito de cidadania a partir do desenvolvimento dos direitos, iniciando com o aparecimento dos direitos civis, políticos e, finalmente, os sociais. Os direitos civis referem-se aos direitos necessários à liberdade individual, os direitos políticos compreendem a participação no exercício do poder e os direitos sociais, que surgem no século XIX, correspondem ao desenvolvimento das leis trabalhistas e à implantação da educação primária pública. São estes direitos que constituem a cidadania

social, diferentemente da cidadania política mais característica do período anterior e que se limitava principalmente à participação no poder.

Ou seja, a educação é importante para o país enquanto condição de competitividade, no sentido de permitir a entrada no novo paradigma produtivo que é baseado, sobretudo, na dominação do conhecimento. Porém, a educação também é considerada relevante no que se refere ao seu papel de diminuição das desigualdades sociais, ou seja, como promotora de cidadania social. Dessa forma, o desenvolvimento é obtido através de uma maior participação social dos cidadãos.

Isto é o que indicam as políticas mais recentes para a área educacional, que priorizam o ensino fundamental e procuram avaliar e reformar o ensino médio e superior. A nova LDB (Lei 9.096) como um todo, em face das suas indefinições e dubiedades, ao que muitos denominam flexibilidade, permite que possa ser realizada uma educação comprometida tanto com o pressuposto de “educação para a cidadania” como com o pressuposto da “educação para a competitividade”, hoje a perspectiva mais em voga, tanto na educação profissionalizante como na educação propedêutica (TEIXEIRA, 1999, p. 97).

Ao contrário do que sempre apontam os pensamentos da metafísica tradicional e a ciência moderna, todas as formas de manifestação concreta da existência humana se realizam mediante a ação real, o agir prático. Com efeito, a substância do existir é a prática. Só se é algo mediante um contínuo processo de agir, só se é algo mediante a ação. Assim, diferentemente do que pensavam os metafísicos clássicos, não é o agir que decorre do ser, mas é o modo de ser que decorre do agir. É a ação que delinea, circunscreve e determina a essência dos homens. É na e pela prática que acontecem efetivamente as coisas humanas, que a história se faz.

Este é o sentido da historicidade da existência humana, ou seja, os homens não são a mera expressão de uma essência metafísica predeterminada, nem a mera resultante de um

processo de transformações naturais que estariam em evolução. Ao contrário, naquilo em que são especificamente humanos, eles são seres em permanente processo de construção. Nunca estão prontos e acabados, nem no plano individual, nem no plano coletivo, como espécie. Sobre um lastro de natureza físico-biológica prévia, mas que é pré-humana e compartilhada com todos os demais seres vivos, eles vão se transformando e se reconstruindo como seres especificamente humanos, como seres "culturais". E isso não apenas na linha de um necessário aprimoramento, de um aperfeiçoamento contínuo ou de progresso: ao contrário, estas mudanças transformativas, decorrentes de sua prática, podem ser regressivas, nem sempre sinalizando para uma eventual direção de aprimoramento de nosso modo de ser. O que é importante observar é que os seres humanos vão sendo aquilo que se vão fazendo e este fazer-se, este constituir-se só se dá mediante a ação e não pelos seus desejos, pelos seus pensamentos e teorias.

Assim, a educação não poderá mais ser vista como processo mecânico de desenvolvimento de potencialidades. Ela será necessariamente um processo de construção, ou seja, uma prática mediante a qual os homens estão se construindo ao longo do tempo.

Entretanto, a prática produtiva dos homens não se dá como trabalho individual. Ela é, antropologicamente falando, a expressão necessária de um sujeito coletivo, ou seja, a espécie humana só é humana à medida que se efetiva em sociedade. Não se é propriamente humano fora de um tecido social, que constitui o solo de todas as relações sociais, não apenas como referência circunstancial, mas como matriz, placenta que nutre toda e qualquer atividade posta pelos sujeitos individuais. Porém, é preciso observar que essa trama de relações sociais que tece a existência real dos homens não se caracteriza apenas como coletividade gregária dos indivíduos, como ocorre nas "sociedades" animais: um elemento específico interfere aqui, mais uma vez marcando uma peculiaridade humana: a sociedade humana é atravessada e impregnada por um coeficiente de poder, ou seja, os sujeitos

individuais não se justapõem, uns ao lado dos outros, em condições de simétrica igualdade, mas se colocam hierarquicamente, uns sobre os outros, uns dominando os outros. Torna-se assim uma sociedade política, uma cidade. Este coeficiente que marca as nossas relações sociais como relações políticas e que caracteriza nossa prática social envolve os indivíduos na esfera do poder.

Deste ponto de vista, uma estrutura social na qual o poder seja mais eqüitativamente distribuído é condição básica para que os homens se humanizem. É condição mínima para que haja cidadania. É neste sentido que se implicam as situações de democracia e de cidadania. É por isso que, no sentido mais restrito, cidadania se reporta ao gozo dos direitos políticos e sociais, embora não se limitando a eles, num sentido mais amplo.

A prática política responsável pela constituição histórica do existir humano se dá mediante o exercício das relações sociais, modalidade de intercâmbio entre pessoas: mas estas relações se humanizam na relação direta da minimização da dominação e na razão inversa da maximalização da opressão de uns sobre os outros. Trata-se de garantir a participação de todos nas tomadas de decisão sobre o destino do todo social ainda que a partir de núcleos específicos em que este todo se realiza parcialmente.

Porém, se a prática econômica e política são prioritárias e fundamentais na configuração do modo de existir humano, é necessário considerar que o agir humano tem suas especificidades, não se reduzindo nem ao determinismo onto-essencialista da metafísica, nem ao mecanicismo naturalista da ciência, nem ao seu decorrente pragmatismo funcionalista.

A prática tipicamente humana, que delineia seu modo de ser, não é a prática mecânica, transitiva; ao contrário, é uma prática intencionalizada, marcada desde suas origens pela simbolização. É que, instaurando-se como prolongamento das forças

energéticas instintivas, a subjetividade constitui-se como um novo equipamento, próprio da nova espécie, transformando-se num instrumento de ação dos homens.

Vai ocorrer então que tanto a prática produtiva quanto a prática política só se tornam práticas humanas porque são atravessadas por uma terceira dimensão específica do agir humano: trata-se da simbolização, da prática simbolizadora. Com efeito, a atividade técnica de transformação da natureza só se torna viável à medida que os homens, graças a seu equipamento de subjetividade, são capazes de duplicar simbolicamente os objetos de sua experiência, lidando com eles para além de sua imediatez.

Esse contexto, como um tecido que vai se complexificando pela contínua articulação de novas experiências, já tornadas possíveis pelas experiências passadas e acumuladas, é a cultura - uma das mediações concretas da existência dos homens. E a cultura é o universo do saber. Isto é válido tanto no plano da experiência epistêmica do indivíduo trata-se sempre de uma experiência que vai se construindo, acumulando, sintetizando, reorganizando, sistematizando dados no plano da própria humanidade, tanto na perspectiva ontogenética como na perspectiva filogenética.

Pode-se então equacionar a existência humana como se dando mediada pelo tríplice universo do trabalho, da sociedade e da cultura. Como os três ângulos de um triângulo, esses três universos se complementam e se implicam mutuamente, um dependendo do outro, a partir de sua própria especificidade.

É nessa conjuntura que se pode entender as relações do conhecimento com o universo social. Com efeito, o conhecimento pressupõe um solo de relações sociais, não apenas como referência circunstancial, mas como matriz, como placenta que nutre todo seu processamento. Entretanto, essa trama de relações sociais em que se tece a existência real dos homens, como se viu antes, não se caracteriza apenas pelas relações de gregaridade dos indivíduos, tal qual ocorre nas "sociedades" animais, mas, sobretudo, por relações de

hierarquização, envolvendo o elemento específico a interferir no social humano, o poder, que torna política a sociedade.

O saber aparece, portanto, como instrumento para o fazer técnico-produtivo, como mediação do poder e como ferramenta da própria criação dos símbolos, voltando-se sobre si mesmo, ou seja, é sempre um processo de intencionalização. Assim, é graças a isso que nossa atividade técnica deixa de ser mecânica e passa a se dar em função de uma projetividade, o trabalho ganhando um sentido. Do mesmo modo, a atividade propriamente política se ideologiza e a atividade cultural transfigura a utilidade pragmática imediata de todas as coisas.

Como entender então a educação nesse contexto das mediações histórico-sociais que efetivamente manifestam e concretizam a existência humana na realidade? Ela deve ser entendida como prática simultaneamente técnica e política, atravessada por uma intencionalidade teórica, fecundada pela significação simbólica, mediando a integração dos sujeitos nesse tríplice universo das mediações existenciais: no universo do trabalho, da produção material, das relações econômicas; no universo das mediações institucionais da vida social, lugar das relações políticas, esfera do poder; no universo da cultura simbólica, lugar da experiência da identidade subjetiva, esfera das relações intencionais. A educação só se legitima quando a prática histórica dos homens é intencional.

Com efeito, se espera, acertadamente, que a educação seja de fato um processo de humanização, é preciso que ela se torne mediação que viabilize e invista na construção dessas mediações mais básicas, contribuindo para que elas se efetivem em suas condições objetivas reais. Ora, esse processo não é automático, não é decorrência mecânica da vida da espécie. É verdade que, ao superar a transividade do instinto e com ela a univocidade das respostas às situações, a espécie humana ganha em flexibilidade, mas, ao mesmo tempo, torna-se vítima fácil das forças alienantes, uma vez que todas as mediações são

ambivalentes: constituem, simultaneamente, o lugar da personalização e o lugar da desumanização, da despersonalização.

A vida individual, a vida em sociedade, o trabalho, as formas culturais e as vivências subjetivas podem estar levando não a uma forma mais adequada de existência, da perspectiva humana, mas antes a formas de despersonalização individual e coletiva, ao império da alienação. Sempre é bom não perder de vista que o trabalho pode degradar o homem, a vida social pode oprimi-lo e a cultura pode aliená-lo, ideologizando-o.

Daí se esperar da educação que ela se constitua, em sua efetividade prática, um decidido investimento na consolidação das forças construtivas dessas mediações. É por isso que, ao lado do investimento na transmissão aos educandos, dos conhecimentos científicos e técnicos, impõe-se garantir que a educação seja mediação da percepção das relações situacionais, que lhes possibilite a apreensão das intrincadas redes políticas da realidade social, pois só a partir daí eles poderão dar conta também do significado de suas atividades técnicas e culturais.

Por outro lado, cabe ainda à educação, no plano da intencionalidade da consciência, desvendar os mascaramentos ideológicos de sua própria atividade, evitando assim que se instaure como mera força de reprodução social e se torne força de transformação da sociedade, contribuindo para extirpar do tecido desta todos os focos da alienação.

O quadro da realidade social e educacional do Brasil mostra bem o quanto a existência histórica dos brasileiros está longe de atingir um patamar mínimo de qualidade. Mostra também o quanto é ainda grave o déficit educacional em termos quantitativos e qualitativos e como é ainda grande o desafio para os gestores da educação no Brasil. Exigem-se deles uma avaliação mais crítica da situação real da nossa sociedade e uma maior vigilância diante do mavioso canto das sereias do neoliberalismo.

Sem dúvida, a educação não é a alavanca da transformação social. No caso da sociedade brasileira, ainda sob o império da formação econômica capitalista, o núcleo substantivo de todas as relações sociais é a relação produtiva. Porém, a educação, como também outras formas de ação sociocultural, está diretamente relacionada com as condições da economia. É por isso que Gramsci (1976, p. 9) sempre insistiu que nenhuma reforma intelectual e moral pode estar desligada da reforma econômica.

Porém, se por um lado, a educação pode contribuir para disfarçar, legitimando-as ideologicamente, e abrandar as contradições e os conflitos reais que acontecem no processo social, por outro, pode também desmascarar e aguçar a consciência dessas contradições, contribuindo para sua superação no plano da realidade objetiva. Se a educação pode ser, como querem as teorias reprodutivistas, um elemento fundamental na reprodução de determinado sistema social, ela pode ser também elemento gerador de novas formas de concepções de mundo capazes de se contraporem à concepção de mundo dominante em determinado contexto sociocultural (SEVERINO, 1986, p. 96).

2.2.2 A Educação como elemento de proteção social

Refletir sobre a educação como um elemento de proteção social é considerá-la, antes de qualquer coisa, como um direito universal. Portanto, deve ser pensada a partir dos princípios norteadores das políticas públicas sociais, incluindo aí o esporte.

São direitos fundamentais aqueles que se mesclam e constituem a própria pessoa humana e por isso são universais, imprescritíveis, irrenunciáveis. Existem três gerações de direitos fundamentais que coexistem e se completam: os direitos de liberdade, igualdade e

fraternidade, lema da Revolução Francesa de 1789. A segunda geração corresponde aos direitos sociais, entre eles, a educação; direitos esses que exigem uma ação positiva do Estado com o fim de propiciar melhores condições de vida à pessoa humana e diminuir as desigualdades sociais. Consolidados na evolução histórica nacional e internacional, eles vão cada vez mais sendo garantidos por diplomas legais.

Rosa (2009) historiza um percurso legislativo que a educação atravessou para se inscrever como um direito na legislação mundial e específica no Brasil. Ela considera primeiro, como marco, a promulgação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembléia Geral das Nações Unidas no dia 10 de dezembro de 1948, os direitos humanos passaram a ter atenção especial. Essa Declaração proclamou que todo o homem tem direito de ser, em todos os lugares do mundo, reconhecido como pessoa humana com personalidade própria, direitos naturais e supremos, um ser digno de respeito e proteção. O acesso à educação elementar e fundamental é essencial para o desenvolvimento de uma personalidade sadia e livre, tal qual prevê a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesses termos, a Declaração dispõe:

Todo homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, esta baseada no mérito (Art. 26, 1).

Alguns anos mais tarde, em 1966, a Assembléia Geral das Nações Unidas formalizou dois pactos internacionais: o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional Sobre Direitos Econômicos Sociais e Culturais. Entre os direitos fundamentais ali previstos está o direito à educação:

Os Estados-partes no presente Pacto reconhecem o direito de toda pessoa à educação. Concordam em que a educação deverá visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e a fortalecer o respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais. Concordam ainda que a educação deverá capacitar todas as pessoas a participar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e promover as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz (Art. 13, 1).

O nosso país também é signatário da Convenção sobre os Direitos da Criança, de 20 de novembro de 1989, que, em seu art. 28, trata da educação:

Os Estados-Partes reconhecem o direito da criança à educação e, a fim de que ela possa exercer progressivamente e em igualdade de condições esse direito, deverão especialmente: a) tornar o ensino primário obrigatório e disponível gratuitamente a todos; b) estimular o desenvolvimento do ensino secundário em suas diferentes formas, inclusive o ensino geral e profissionalizante, tornando-o disponível e acessível a todas as crianças, e adotar medidas apropriadas tais como a implantação do ensino gratuito e a concessão de assistência financeira em caso de necessidade; c) tornar o ensino superior acessível a todos com base na capacidade e por todos os meios adequados; d) tornar a informação e a orientação educacionais e profissionais disponíveis e acessíveis a todas as crianças; e) adotar medidas para estimular a frequência regular às escolas e a redução do índice de evasão escolar.

No plano nacional, é na Constituição que estão inscritos e que devem ser buscados os valores essenciais do ser humano, orientados no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade e do respeito aos seus direitos e liberdades fundamentais. A Constituição do Império¹⁷ já garantia o direito à educação, assim como a Constituição de 1934,¹⁸ 1937¹⁹ e a

¹⁷ Art. 179 da CF/1824: "A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte: (...) XXXII. A Instrução primaria, e gratuita a todos os Cidadãos."

de 1946.²⁰ As Cartas de 1967²¹ e 1969²² seguem a defesa desse nobre valor social. Com mais razão, a Constituição Cidadã de 1988 resguarda no artigo 6º essa garantia e em seu artigo 227 dispõe ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente o direito à educação.

Percebemos que já faz muito tempo que as Constituições brasileiras vêm adotando, formalmente, as orientações da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, mas na prática, não foram poucas as vezes que a classe dominante optou por investir em setores da economia e da indústria, em detrimento de interesses sociais como a educação. No período da ditadura militar o slogan era “exportar é o que importa” enquanto o desenvolvimento social do ser humano passava longe da pauta de discussão. Para Castro (2009, p. 350) “o governo militar realinhou o país com os Estados Unidos da América do Norte, promovendo seu reenquadramento nos limites da guerra fria: política de interdependência.” E o mesmo autor prossegue narrando sobre as conseqüências dessa opção política enfatizando que “nos anos 80 – sobretudo a partir da segunda metade -, tanto a inflação desenfreada e a dívida externa quanto o baixo nível de educação formal e a fragilidade das instituições provocaram uma reação na sociedade civil” (CASTRO, 2009, p. 350).

¹⁸ Art. 149 da CF/1934: "A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana."

¹⁹ Arts. 128 a 134 da CF/1937.

²⁰ Art. 166 da CF/1946: "A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana. (...) 3. Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos."

²¹ Art. 6º da CF/1988: "São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição."

²² Art. 227 da CF/1988: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

É preciso enfatizar que, erigidos à condição de cláusula pétrea pelo constituinte originário de 1988, o direito à educação é tão essencial que não pode ser melindrado, nem ter o seu conteúdo diminuído na forma ou no conteúdo, nem mesmo pelo poder constituinte reformador. O direito social à educação está consagrado no preâmbulo²³ da Constituição Brasileira, que representa a carta de intenção e de compromisso do Estado soberano. Nesse diapasão, percebe-se que o direito social à educação é um direito indissociável do princípio da dignidade da pessoa humana, fundamento básico para a formação de uma pessoa, ínsito e exarado no próprio fundamento e pacto do Estado.

Segundo o ECA,²⁴ a criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, sendo dever de o Estado assegurar o ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso quando estavam na idade apropriada. O estatuto prevê

²³ Preâmbulo da CF/ 1988: "Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil."

²⁴ Art. 3º: A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Art. 53 - A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; V - acesso a escola pública e gratuita próxima de sua residência. Parágrafo Único - É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais. Art. 54 - É dever de o Estado assegurar à criança e ao adolescente: I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio; V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador; VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. § 1º - O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. § 2º - O não-oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente. § 3º - Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela freqüência à escola.

ainda, a oferta de ensino noturno adequado às condições do adolescente trabalhador, trabalho esse que só pode ser realizado na condição de aprendiz, considerando-se aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor. Nota-se ainda que essa formação técnica profissionalizante na condição de aprendiz deve garantir acesso e frequência obrigatória ao ensino regular e é nesses termos que é cogente e imperioso que os clubes não só matriculem, mas também acompanhem os menores no ensino escolar.

Ainda na perspectiva dessa discussão, vale mencionar o livro de Mônica Sifuentes, juíza federal em Brasília, “Direito Fundamental à Educação: a aplicabilidade dos dispositivos constitucionais”. Originariamente sua tese de doutorado defendida junto à Faculdade de Direito de Lisboa em 2003, é uma incursão acadêmica de fôlego por uma especialização – o Direito da Educação - que se configura a partir do aparecimento de disciplinas transversais de Direito, em que interpenetram e conjugam as disciplinas clássicas.

Em síntese, a obra dispõe sistematicamente o tema, tomando o ensino fundamental nas Constituições, caracterizando-o como um direito básico da pessoa humana, analisando a força jurídica dos preceitos constitucionais a ele inerentes, para oferecer, afinal, as suas reflexões e indicar as perspectivas norteadoras das soluções.

Nas conclusões que se alongam por dezenas de itens, retoma argumentação apresentada e se estende desde a análise dos artigos constitucionais a respeito até à correlação com os mais diversos ramos jurídicos, inclusive para os instrumentos processuais, revelando como estamos diante de um destes chamados Direitos de Terceira Geração em interface especialmente com o Direito Econômico. Indica responsabilidade para com o Ensino Fundamental, denunciando-a não somente como atribuível ao Governo, aos pais e ao

próprio cidadão adulto, mas, também, e nisto vai a corajosa posição da jurista, além de juíza, reconhecendo-a, também, ao judiciário, como parte que é do Estado.

Para o interesse deste trabalho, é relevante ressaltar a seguinte consideração da autora:

A efetividade do direito à educação implica reduzir, em um primeiro momento, as acentuadas desigualdades “no acesso”, tais como o privilégio conferido aos meios urbanos em detrimento dos meios rurais, a atuação do governo na concessão de auxílio aos carentes sob a forma de bolsas de estudo, livros, material escolar, cantinas para a merenda e condições de transporte, o que é essencial nos locais afastados dos centros urbanos. Além disso, o direito ao ensino supõe que ele seja fornecido com padrões mínimos de qualidade, garantindo a formação básica do seu titular, habilitando-o para a vida em sociedade, e, por conseguinte, a sua proteção (SIFUENTES, 2009, p. 17).

Do mesmo modo como expressa a Constituição, o ECA e outros instrumentos legais com respeito ao direito que possuem os jovens brasileiros à educação, também algumas leis voltadas para o desporto têm-se pronunciado nesse sentido - de resguardar o direito a educação dos jovens futebolistas em formação.

2.2.3 A educação no contexto da legislação esportiva brasileira

Na avaliação de Veronez (2005) o esporte no Brasil não passou alheio e tampouco ficou imune às transformações e investidas do Estado brasileiro.

Foi um setor (e assim continua em que pese à autonomia conferida pela Constituição de 1988), quando não sob intervenção, substancialmente influenciado e dependente do governo, de instituições e empresas estatais, sobretudo no que diz respeito a sua sustentabilidade financeira (VERONEZ, 2005, p. 49).

Por via de consequência, o futebol sofreu injunções que estão presentes nas legislações apresentadas a seguir de modo sucinto, porém suficiente ao nosso propósito.

Baseado na historiografia do futebol brasileiro (por exemplo, entre outros, MURRAY, 2000; MAZZONI, 1950; PEREIRA, 2000; SANTOS, 1981; PRONI, 2000), e para irmos ao ponto específico que é relevante à dissertação, destacamos a fase compreendida como de modernização do futebol brasileiro - que se estende dos anos de 1970 até ao momento presente. A mesma é caracterizada, por um lado, pela constitucionalização do esporte,²⁵ pelo crescimento de recursos financeiros no futebol, televisionamento das partidas, crescimento no nível salarial dos jogadores e de transferência crescente de jogadores para o futebol europeu, asiático, árabe, etc.; por outro lado, pela “Lei Zico”, “Lei Pelé”, o “Estatuto do Torcedor”, a “Lei Gilmar Machado”, e mais recentemente a “Lei Raul Marcelo”.

2.2.3.1 A Lei nº 10.672/2003 (“Lei Gilmar Machado”)

A Lei nº 10.672, de 15 de março de 2003, conhecida como “Lei Gilmar Machado”, originou-se da Medida Provisória nº 79 de 2002, cujo relator foi o Deputado Federal homônimo.

Sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, juntamente com o “Estatuto do Torcedor”, a “Lei Gilmar Machado” foi definida como a “Lei da Moralização do Futebol”. Especificamente, ela alterou alguns dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (“Lei Pelé”), e deu outras providências à mesma.

Segundo Gilmar Machado,

A idéia surgiu a partir das duas CPIs que tivemos aqui na Câmara e no Senado para investigar a CBF (Confederação Brasileira de Futebol). O objetivo é moralização do desporto no país, em virtude dos caixas dois que existiam e ainda funcionam em muitos clubes e que nós estamos tentando

²⁵ Conferir o art. 217 da CF/88.

eliminar agora, com o estatuto. (...) Houve muita gente trabalhando para que fossem elaboradas duas leis, uma para o futebol outra para as outras modalidades esportivas. Eu, que pessoalmente gosto e pratico esporte, que jogo futebol nos fins de semana, entendo que não podemos fazer do futebol um esporte de primeira categoria e incluir todos os outros em segunda linha. Entendo que todas as modalidades são importantes. O futebol, claro, é uma grande paixão do brasileiro, mas não podemos criar um atleta de elite, de primeira linha, que é o do futebol, e atletas de segunda categoria dos demais esportes. Quando a gente vê, por exemplo, os medalhistas de uma Olimpíada, a gente também se empolga com eles. Felizmente, o Brasil está descobrindo que tem vôlei, que tem basquete, que tem iatismo, tem remo e muitas outras modalidades que precisam ser preservadas e incentivadas. Então, temos de ter o futebol moralizado e organizado para que ele possa expandir, mas ao mesmo tempo pensando no esporte de uma forma geral (MACHADO. 2003).

Essas duas leis regulamentaram as atividades do setor esportivo, corrigindo distorções quanto à “autonomia” e à “independência” do mesmo, contidas tanto na Lei Zico²⁶ quanto na Lei Pelé,²⁷ tantas vezes interpretadas como soberania pelas entidades esportivas.

No ponto que nos interessa – a relação entre a formação escolar e a formação de atletas (para o futebol) -, vale ressaltar que a “Lei Gilmar Machado” aperfeiçoa a “Lei Pelé”; ela institui a obrigação para os clubes formadores acompanharem o rendimento escolar de cada atleta, além de precisarem obedecer a uma série de exigências relativas às condições de saúde.²⁸

²⁶ A “Lei Zico” (Lei nº 8.672/93) tinha por objetivo modificar a organização do futebol brasileiro ao instaurar: a) o fim do “passe”, proporcionando autonomia aos jogadores em forma de liberdade do contrato; b) a ruptura com o modelo intervencionista dos Estados nos clubes e federações; c) o surgimento do futebol-empresa, os clubes se tornando empresas; d) alterações no sistema eleitoral da Confederação Brasileira de Futebol. Em suma, nas palavras do próprio Zico: esse seria “o primeiro e mais prioritário passo na direção da modernização e moralização do ambiente esportivo nacional” (BRASIL, 1991, p. 7).

²⁶ A “Lei Pelé” (Lei nº 9.615/1998) revogava a Lei Zico e propunha, entre outras providências, retirar as proteções que a legislação garantia aos clubes (“Lei do Passe”) e aos atletas (15%) na transferência, e limitar em três anos a duração do contrato. O futebol passaria a ser regulado pelas leis do mercado.

²⁷ A “Lei Pelé” (Lei nº 9.615/1998) revogava a Lei Zico e propunha, entre outras providências, retirar as proteções que a legislação garantia aos clubes (“Lei do Passe”) e aos atletas (15%) na transferência, e limitar em três anos a duração do contrato. O futebol passaria a ser regulado pelas leis do mercado.

²⁸ Com relação ao teor da Lei, ver anexo nº 2, onde está disposto o conteúdo na íntegra da lei com destaque ao artigo, que se refere diretamente à discussão de nossa pesquisa.

Em síntese, podemos dizer: até bem pouco tempo, não havia em nosso país leis específicas para a questão da formação escolar dos atletas das categorias de base dos clubes. A “Lei Pelé” é a primeira a atentar para tal aspecto. Depois, a “Lei Gilmar Machado”, que alterou dispositivos da Lei Pelé e deu outras providências, tornou-se o primeiro instrumento nesse sentido com maior especificidade a respeito das obrigações dos clubes de futebol, para com a formação escolar de seus atletas.

Na verdade, a “Lei Gilmar Machado” além de uniformizar uma questão pedagógica a todos os clubes brasileiros, também parece ter motivado no contexto em foco, um novo processo configuracional dentro da relação futebol e educação.

Mais recentemente, no ano de 2009, surgiu uma lei estadual, em São Paulo, a “Lei Raul Marcelo”, que além de tratar desta relação com mais especificidade, trouxe alguma repercussão, talvez, devido a sua origem estar vinculada ao estado mais rico da nação e onde o futebol é hoje considerado hegemônico em nosso país em todos os sentidos.

2.2.3.2 A Lei nº 13.748/2009 (“Lei Raul Marcelo”)

A Lei nº 13.748,²⁹ de autoria do deputado estadual Raul Marcelo (Partido Socialista – PSOL), vinculado à Assembléia Legislativa de São Paulo, originou-se do PL 238/09. O qual foi sancionado, com veto parcial, pelo governador do estado de São Paulo, José Serra, em 08 de outubro de 2009.

Essa Lei prevê o oferecimento de educação aos jovens atletas (jogadores menores de 18 anos) por parte dos clubes oficiais de futebol do estado de São Paulo. Ou seja, esses clubes têm 30 dias, a partir de 09/10/2009, para matricular seus jogadores em formação, em instituições públicas ou particulares. Além da matrícula, as entidades terão de comprovar

²⁹ Ver o teor da Lei, na íntegra, no anexo C.

a frequência escolar dos mesmos, sob risco de receberem multa de cerca de R\$ 3.962,50 por atleta. Em caso de reincidência, serão impedidos de participar das competições organizadas pela Federação Paulista de Futebol.

Segundo Raul Marcelo, a idéia de promover tal legislação foi suscitada a partir do conhecimento de um levantamento feito por estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Os alunos detectaram que 30% dos jogadores do Campeonato Brasileiro da Série A não tinham completado sequer o ensino fundamental.

Em conversas com clubes e jovens jogadores, ele conta ter percebido que o maior fator para o abandono dos estudos é a distância da família. Como muitos atletas mudam de cidade em busca de um clube, não têm a cobrança dos parentes para que sigam na escola – para isso, contam com a falta de interesse por parte dos dirigentes esportivos de que seus atletas estudem. Em suas palavras:

A maioria dos que tentam ser um 'Ronaldo Fenômeno' não consegue. Quando chega à idade adulta e não se profissionaliza, não tendo concluído os estudos, fica sem opção alguma de trabalho. Acaba marginalizado.³⁰

E ainda:

Nós temos, infelizmente, no Brasil, a ausência de um sistema educacional que esteja integrado ao sistema esportivo. Então, temos muitos jovens que na ânsia de serem jogadores de futebol acabam abandonando os estudos. Esse projeto ataca esse problema, que hoje, na minha avaliação, é crônico na sociedade brasileira e especialmente no estado de São Paulo.³¹

³⁰ Cf. reportagem “Sancionada lei que obriga estudo para jogadores menores de 18 anos”. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/educacao/sancionada-lei-que-obriga-estudo-para-jogadores-menores-de-18-anos/view>>.

³¹ Cf. reportagem “Com lei, jovens jogadores de futebol têm educação atrelada ao esporte em SP”. Disponível em: <<http://www.raulmarcelo.com.br/porta1/2009/10/com-lei-jovens-jogadores-de-futebol-tem-educacao-atrelada-ao-esporte-em-sp>>.

Se a Lei Gilmar Machado pode ser considerada a primeira lei voltada para o desporto (no caso o futebol) a tocar numa questão de carácter pedagógico até então não discutida, a lei Raul Marcelo, em nosso entendimento, vai mais além, pois se trata de fato de um instrumento legal cujo inteiro teor está voltado não só para reflexão, mas, sobretudo para intervenção num locus e numa questão por demais urgente e essencial, qual seja: a educação escolar no processo de formação dos jovens futebolistas de São Paulo.

A julgarmos a projeção e a força do Estado de São Paulo na atual conjuntura brasileira, possivelmente essa lei trará repercussões e quem sabe se estenderá a nação como um todo repercutindo no ambiente formador dos clubes de futebol profissional. Esta pelo menos se encontra expressa nas palavras do próprio Raul Marcelo. “A intenção agora é articular com a bancada do PSOL na Câmara Federal a apresentação de um projeto nos mesmos moldes estendendo a medida para o resto do país. A proposta, já em andamento, depende apenas de adequações à legislação para que seja apresentada”.³²

3 CAPÍTULO II - A FORMAÇÃO DO JOGADOR PARA O FUTEBOL PROFISSIONAL NO BRASIL

³² Cf. em: <<http://www.raulmarcelo.com.br/porta/2009/10/com-lei-jovens-jogadores-de-futebol-tem-educacao-atrelada-ao-esporte-em-sp>>.

Este capítulo aborda o processo da formação daqueles indivíduos que se voltam para o futebol de caráter competitivo e que visam à profissionalização desenvolvida através dos clubes de futebol profissional no Brasil. Um universo diferenciado das outras lógicas futebolísticas “bricoladas” da qual nos fala Damo (2005) por adotar práticas “pedagógicas” específicas típicas do regime clubístico. Isto porque, conforme esse autor, a produção de jogadores é nesta esfera algo “bem mais complexo”, a qual ultrapassa os limites do romantismo encontrado no jogo da pelada, do futebol de várzea e mesmo da rua. Ainda que inicialmente os futuros jogadores profissionais nasçam nestes ambientes, eles “(...) são remodelados pelo longo processo de formação profissional” (p. 139).

Spaggiari (2007) define a formação de jogador, como um processo que envolve os “(...) diversos tipos de treinamento técnico e tático, encontrado nas ‘escolinhas de futebol’ e nas categorias de base de clubes” (p. 26).

E na proporção que os boleiros se aproximam da esfera profissional é quase certo se distanciarem de sua forma primeira de jogar mais lúdica, por assim dizer. Assumindo, portanto um novo “ethos” de jogar futebol. Pois, para os clubes de futebol profissional, o que importa é os jogadores assimilarem cada vez mais em seus corpos atléticos, o “(...) ritmo de jogo, rendimento e sua capacidade de suportar os esforços nos treinamentos” (RODRIGUES, 2004, p. 267).

Posto isto, nossa intenção foi primeiramente tratar como se dá a formação do jogador de futebol no Brasil de forma mais geral. Em seguida focalizamos a formação do jogador juvenil, uma vez que, como nos adverte Rodrigues (2004, p. 295) “(...) o jogador de futebol brasileiro não nasce feito, é produzido socialmente, ou seja, é formado em instituições especializadas”. (Aliás, desconhecemos que haja algum lugar no mundo que este já nasça assim).

3.1 Considerações

Se sopesarmos sobre o futebol que hoje impera enquanto espetáculo e como produto de consumo rentável, ao modo de Souza, Julio (2001) tornar-se-á cada vez mais evidente o tipo de uma configuração social existente no mundo mercantilizado a envolver o modo de formação neste esporte; e também que no trabalho diário do atleta “produzido”, “(...) algumas exigências tornaram-se fundamentais e uma delas é que (...) sigam a ordem colocada, ou seja, correspondam aos investimentos feitos, [pois] para isto torna-se necessário ‘preparar’ os jogadores” (SOUZA, Júlio, 2001, p. 3 – acréscimo nosso). Inevitavelmente consideramos que a formação do jogador será norteadada por esses interesses que transformaram este esporte num grande negócio.

Damo (2005) nos diz que há muito tempo se deixou de “produzir” jogador profissional fora dos “centros clubísticos”. O aparecimento destes centros é resultado de um fenômeno típico da sociedade contemporânea: a modernização. Esta. Baseada na ciência, procura guiar as ações humanas valendo-se do conhecimento científico como fundamento legítimo da sociedade. Mediante essa figuração social, também os clubes de futebol no Brasil adotam medidas que os insira neste contexto de mudança. Souza, Júlio (2001) com relação ao nosso futebol, assegura que a sua modernização é um “processo que vem desde o profissionalismo do jogador de futebol, mas que se acirrou mesmo com a Lei Zico e posteriormente a Lei Pelé” (SOUZA, Júlio, 2001, p. 5).

O movimento de modernização e transformações é acompanhado pelo futebol, revestindo de maior significado a formação para o futebol no Brasil principalmente pelos acontecimentos dos últimos 30 anos envolvendo sociedade e futebol. Rodrigues, com respeito a essas questões, nos diz: “A década de 80 marca importantes modificações para o futebol brasileiro, tais como o incremento da comercialização do espetáculo futebolístico, o

crescimento do nível salarial dos jogadores e o advento do televisionamento de jogos ao vivo” (RODRIGUES, 2003, p. 89).

Ainda com relação a esse aspecto, o mesmo autor coloca que nos anos 90 a modernização do futebol brasileiro esteve atrelada às mudanças ocorridas no plano da economia em escala global colocando o esporte como um produto à venda pela indústria do entretenimento.

Por seu turno, Proni (2000) informa que:

(...) a modernização do futebol brasileiro tornava-se um imperativo de concorrência capitalista; tornava-se urgente reestruturar as formas de produção do espetáculo e gestão dos clubes para garantir uma alta complexidade internacional e alavancar os negócios nesse campo de valorização em franca expansão (p. 123).

As mudanças ocorridas na esteira da modernização e que passaram a ditar o modo de produção, não foi algo que se operou na sociedade da noite para o dia, e sim resultado de um longo percurso histórico, um processo configuracional (ELIAS, 1995).

O futebol como um produto social não está, nem esteve imune de sofrer as mudanças observadas e ainda se observa na sociedade de consumo. O processo de formação do jogador, tanto para os que formam quanto para os que são formados, resulta de num longo e árduo percurso, principalmente diríamos: para os jogadores. O ofício de preparação para o mundo da bola chega a durar algo equivalente ao tempo de alguém que se submete a um curso de graduação (DAMO, 2005). A trajetória vivida, pelos atletas em suas carreiras - conforme colocam Marques e Samulski (2009) - envolve várias etapas que vai desde a iniciação até o momento da aposentadoria.

Os esportes de um modo geral e o futebol mais especificamente assumiram atualmente uma forma característica de produção do futebolista que é impossível pensar a prática profissional desenvolvida nos “centros clubísticos” sem estar acompanhada dos

recursos disponibilizados pela ciência para avanço deste; o que, no fim, “(...) servem de suporte a produção dos sujeitos” (MARQUES; SAMULSKI, 2009, p. 132).

O modo de formar boleiros teve suas ações ampliadas “pela mudança no estilo brasileiro de jogar futebol”, em decorrência das mudanças globais, e alguns clubes (p. exp., o São Paulo Futebol Clube) se organizaram estrategicamente, investindo em profissionais como: gerente de futebol (remunerado), treinador, auxiliar técnico, preparador físico, preparador de goleiros, médico, fisiologista, nutricionista, fisioterapeuta, psicólogo, olheiro, massagista, roupeiro, e outros profissionais, sem contar os outros fatores que terminaram por levar este clube a se tornar, dos meados dos anos 90 para cá, a força de nosso futebol.

Na prática o ambiente de trabalho dos clubes foi se constituindo na perspectiva de revelar talentos, como exemplifica Rodrigues:

No caso do São Paulo, o movimento de transformação do departamento de futebol em laboratório de fabricação de jogadores, data de 1986, (...). Segundo o administrador do futebol profissional do São Paulo, Marco Aurélio Cunha: “(...) daquele trabalho agregado entre o departamento médico e comissão técnica, todos agindo com um instrumental fundamental, os dados da fisiologia, ‘nasce’ entre outros meninos franzinos, craques como Cafu, Muller, Juninho (...)” (A Gazeta Esportiva, 16/11/1986; 23/01/1997 apud RODRIGUES, 2004, p. 280-281).

Neste contexto, conforme Rodrigues (2004, p. 265-266), “O treinamento esportivo é um aspecto relevante (...). As metodologias e os princípios de treinamento passaram a ser sustentados por conhecimentos científicos, positivities e dispositivos contendo elementos que buscavam então melhorar o desempenho esportivo”.

No futebol profissional e “espetacularizado” a lógica que impera é a do mundo da profissão com suas exigências peculiares. Aqui como em qualquer empresa há horários estabelecidos para os treinos, jogos e atividades recreativas. Aliás, “o jogador é força de trabalho”, uma verdadeira “máquina” e em muitas ocasiões o “espetáculo” retira-lhe a última força; a preocupação da grande parte dos clubes de futebol ao formar jogadores é tão

somente dotar estes profissionais de capacidades e fundamentos técnicos, táticos e físicos, ou seja, formá-los para o que será exigido deles enquanto for útil ao universo das transações rentáveis para alguns.

Como diz Souza, Júlio (2001) os boleiros são “pessoas” vistas apenas “como um produto” a serem oferecido num mercado: o da bola. Pouquíssimas são as experiências que demonstram ter com o jogador um cuidado que deveria ser o natural e ético, de vê-lo como um cidadão.

Na verdade o que é próprio deste local é a disciplina dos corpos produzidos por uma necessidade de atingir o ápice do desempenho - o corpo com uma utilidade, não mais um sujeito. “Não é exagero defender que o corpo do atleta é totalmente normatizado, transformado em máquina” (RODRIGUES, 2003, p. 104).

Impera um processo semelhante ao “ciborg”, uma nova feitura. Damo (2004) fala de “corpos remodelados”, corpos a bem da verdade produzidos por uma disciplina de treinos e guiados em muitos casos por manuais de conduta que visam normalizar comportamentos, para “(...) construir jogadores adequados aos novos tempos” (RODRIGUES, 2003, p. 101).

Na prática os treinos se voltam exclusivamente para o jogador, “seu ritmo de jogo, rendimento e sua capacidade de suportar esforços nos treinamentos (...) que produz o jogador moderno nos clubes” (RODRIGUES, 2004, p. 8).

As afirmações acima dão-nos conta da existência no futebol de dois modelos adotados no processo de produção do atleta. Um é o mecanicista, o qual, para este autor, tornou-se o mais comum entre os clubes brasileiros que adotam um modelo de “treinamento” de caráter mais mecânico.

Esse modelo corresponde a uma maneira tradicional de preparação onde

(...) a formação do jogador centra-se na aprendizagem e reprodução técnica, reprodução mecânica das ações táticas e nas especificidades de

cada competição. Toma como base o modelo behaviorista de estímulo-resposta. Constroem-se modelos de treinamentos que aceleram a aprendizagem, na tentativa de obter estabilidade dos elementos técnicos e táticos, buscando resultados imediatos. O atleta é estimulado a incorporar e adaptar-se no modelo construído, conforme os interesses de cada clube, treinador e a especificidade das competições (RODRIGUES, 2003, p. 76).

Segundo o mesmo autor, neste modelo prevalece a repetição pela repetição e a especialização das funções, cujo único fim é obter o resultado imediato no desporto.

Paralelo a esse esquema de trabalho utilizado na maior parte da realidade futebolística do Brasil; existe o esquema denominado globalista - adotado por alguns clubes (por exemplo, o Internacional de Porto Alegre) que lançaram mão desta proposta por optarem, conforme argumentam, em formar o atleta numa perspectiva mais ampla, inclusive com “uma preocupação cidadã”.

Nesse tipo de formação, “A dimensão teórica tem mais espaço, sendo retomada correntemente. (...) A meta é formar um jogador cidadão” (RODRIGUES, 2003, p. 76-78). Essa dimensão teórica, no entanto em nossa análise, não vai muito distante dos códigos que visam uma melhor adequação ao futebol moderno; uma teoria, portanto, circunscrita ao futebol atual e nada mais.

A formação para o futebol no Brasil é algo que guardadas as proporções, segue um padrão universal de acordo com os objetivos do futebol moderno. Em linhas gerais o que acontece habitualmente “nas linhas de Produção” dos clubes de futebol brasileiros, reflete basicamente a preocupação (há exceções é claro de clubes como o Cruzeiro, Internacional de Porto Alegre, Atlético Paranaense cuja formação dos seus juvenis aponta para outras preocupações como a educacional) de formar com fim único para exercer a profissão dos “gramados”.

A aquisição que estes jogadores ameilham durante sua trajetória profissional se resume a um conhecimento, que fora deste universo é de pouca ou quase nenhuma valia. No

interior dos clubes prevalece uma rotina diária de treinos diversificados, mas para uma única finalidade: “a maestria do jogo com os pés”. Nesse sentido, é esclarecedor a colocação de Damo:

O treinamento, em seus aspectos gerais, tornou-se uma modalidade de trabalho que compreende, entre outros aspectos: a) o aprimoramento físico, permitindo a um atleta, individualmente cobrir com mais rapidez e eficiência mais espaços e os mesmos espaços em menor tempo do que outrora; b) o recrutamento daqueles atletas com maior capacidade técnica individual, o que pressupõe a execução mais econômica dos movimentos e, por extensão, no ganho de espaço a partir do ganho de tempo; c) o aprimoramento tático, quer dizer, um esforço coletivo no sentido de realizar com maior eficiência as progressões em direção à zona de arremate e, simultaneamente, de impedir que o adversário o faça; d) a preferência por aqueles atletas que resistem com menor desgaste psíquico às adversidades, dentre elas as exigências por performances regulares em circunstâncias diversas, sobretudo quando a pressão por resultados põe em risco o êxito de um trabalho prolongado; e) a preferência por atletas que, além de disciplinados em todos os sentidos, contribuam para que o trabalho em equipe seja exitoso, o que inclui a tolerância em relação ao convívio prolongado e quase integral – “full-time” – com um grupo restrito de pessoas. Os cinco anos que compreendem as etapas juvenil e júnior poderiam ser definidos, a partir da lógica do treinamento, como os anos decisivos para a incorporação dos capitais futebolísticos (DAMO, 2005, p. 134).

Seja qual for a perspectiva teórica que os clubes adotem como referência de sua prática formativa, ao final prevalece e importa neste ambiente mercantilizado é que “Os futebolistas são fabricados e o são conforme as demandas do espetáculo” (DAMO, 2005, p. 132).

O que percebemos na produção de jogadores é a “correspondência entre as propriedades intrínsecas do jogo” e o que se pretende formar. Também vale destacar que, “Nenhum talento se converte em profissional sem ser atravessado pelos interesses de uma extensa quantidade de agentes, (...). Aqueles para quem deverá proporcionar o espetáculo” (DAMO, 2005, p. 128). Com a mudança de regime de acumulação a sociedade como um todo sofreu alterações significativas nos setores mais diversos. O futebol moderno, por exemplo, vive hoje sob a lógica do espetáculo, conduzido pelo regime capitalista da

mercantilização e do lucro. No Brasil essas transformações ganharam força dos anos 80 para cá e cada dia somente cresce, principalmente se nos basearmos na economia gerada com a comercialização do “produto” futebol.

Andreato (2009, p. 10) adverte que “segundo o Banco Central e o Ministério do Desenvolvimento, a exportação de jogadores de futebol em 2006 superou em mais de US\$ 90 milhões as marcas de campeões nacionais de exportação como a banana e o mamão”. Isto serve para demonstrar ser esse um setor econômico em franca expansão, e sem mostrar sinal de esgotamento.

No caso da formação para o futebol com o advento da Lei Zico e mais especificamente da Lei Pelé, algumas modificações ocorreram neste cenário. Uma delas diz respeito à postura adotada pelos “grandes clubes” brasileiros que sob o risco de acumularem prejuízos, buscaram, sobretudo, profissionalizar e qualificar suas gestões. Com relação ao setor das categorias de base, este se ampliou com a entrada de outros atores sociais, num ambiente que antes era de exclusividade dos clubes e agora passou a ser disputado por iniciativas empresariais que vêem a formação de jovens futebolistas um novo espaço para se investir com segurança de retorno certo, pois o mercado de exportação de jogadores se ampliou consideravelmente para outros centros além da Europa, os quais têm como rota certa de “produtores” o Brasil.

Desde então se observa mais e mais neste cenário formador que

O processo de produção de profissionais é atravessado por relações de poder, quase sempre unilaterais, no sentido de que são exercidas pela instituição sobre os indivíduos, pelos mestres sobre os aprendizes, pelos dirigentes sobre ambos e, talvez, pelo público sobre todos eles. Os jogadores ocupam quase sempre a base dessa pirâmide (DAMO, 2005, p. 132).

Como jamais visto, o interesse dos clubes de futebol se volta para pensar como produzir em tempo hábil atletas capazes de desenvolverem características próprias para o

ambiente e em sintonia com as aptidões e comportamento que se esperam deles. Os mecanismos são outros a lógica também. Observa Giulianotti (2002) que o perfil do atleta é ditado por um mercado global. Logo, a formação não se realiza mais em qualquer espaço, ela ganha lócus próprio (DAMO, 2005).

Esses lugares especializados visam, sobretudo, a eficiência do produto; pois sem nenhum exagero foi nisto que se tornou o jogador de futebol quando da espetacularização e mercantilização deste esporte.

A visão de formar para a profissão de jogador de futebol nesta perspectiva de mercado não compactua com a “liberdade de ação” é preciso moldar para natureza em questão, e esta parece ser uma das funções dos Centros de treinamento.

No Brasil, os Centros de Treinamentos fazem parte da modernização dos times de futebol iniciada na década de 80. Trata-se de uma tentativa de formar novos jogadores em alinhamento aos padrões de formação do jogador no futebol mundial, padronizando os métodos e as técnicas. (...) Pode-se pensar estes centros como verdadeiros laboratórios de formação e preparação de atletas, implementando uma nova concepção de futebol competitivo, em que a preparação física e tática ganha relevo especial (RODRIGUES, 2003, p. 98).

Sem os ajustes efetuados nestes centros, provavelmente as condições de inserção e permanência dos jovens jogadores brasileiros teriam no mercado da bola tempo reduzido. Os riscos dos clubes investidores, em vista deles não se adaptarem, seriam grandes. Hoje as exigências e critérios são maiores principalmente do mercado de maior consumo - o europeu - na hora de contratar os nossos garotos. O fato é que tais mudanças decorrem de um movimento de grandes proporções e o Brasil apenas se ajusta a um processo desenvolvido em escala global.

O futebol, diz Giulianotti (2002) se expande promovendo mudanças graduais de poder e, por conseguinte, de concepção do jogo. Isto por tabela tem repercussão no modo de produção/formação do principal elemento envolvido no processo. Numa alusão a um termo

weberiano³³ podemos arriscar dizer que há no lócus formador uma substituição de uma maneira “primitiva” de formar atletas por um modo racionalizado.

Nesta balança de poder entre tradicional e moderno, os clubes buscam ajustar-se a um padrão de formação que é solicitado dentro desta nova figuração do jogo, acrescentando aos aspectos técnicos outros princípios auxiliares na “construção” deste novo ator social.

Os Centros de Treinamento (CTs) exerceriam importantes funções nessa ambiência de mudanças. Considera esse autor que

Os CTs separam os atletas do mundo exterior. Trata-se de um regime militar adaptado ao futebol, onde o disciplinamento dá-se também através de multas para intimidar atrasos e faltas aos treinos. Alguns clubes utilizam manuais de condutas, cartilhas de comportamento, como São Paulo, Palmeiras, SC Internacional e outros clubes brasileiros (RODRIGUES, 2003, p. 99).

Com o advento desses centros, os clubes de futebol decidem pela adoção de diversas ações com vistas ao controle do seu mais significativo “patrimônio” na era globalizada que é o atleta. A formação passa a ser regulada por mecanismo que visa “proteger” os responsáveis pelo espetáculo nos gramados.

Destarte, alguns clubes no Brasil (como o São Paulo, Internacional de Porto Alegre, Palmeiras e outros) recorrem aos chamados manuais de condutas. “Clubes importantes criaram modelos para disciplinar seus atletas, buscando construir jogadores adequados aos novos tempos do futebol moderno, competitivo, profissional e disciplinar” (RODRIGUES, 2003, p. 101).

Estes ajustes no campo futebolístico não fora ao acaso. O esporte “bretão” virara um negócio de alta rentabilidade e, portanto, a iniciativa e o tamanho do investimento na

³³ Fala-se termo weberiano quando se trata de uma idéia, conceito, pensamento, do autor alemão da sociologia clássica Max Weber. Aqui nos reportamos ao conceito de racionalização que ele utilizou para explicar um fenômeno social que tomou conta da civilização ocidental.

construção de Centros de Treinamento demonstravam qual a visão específica dos clubes. O espaço de formação passa a ser também disputados pelo capital empresarial.

No Brasil aqueles que saem na frente, como o São Paulo Futebol Clube, vêm nos CTs, não só um projeto de formação de seus próprios atletas identificados com a filosofia do clube, mas também a oportunidade de fortalecimento econômico já que em hipótese, seriam as equipes em melhores condições para negociar atletas para o mercado externo que se abria.

Nas palavras de Toledo (2002, p. 136):

Os CTs consistem, portanto em laboratórios de novos projetos que atendam a uma escala mais ampliada de formação, preparação, competitividade e negociação de atletas, preferencialmente para o exterior, contemplando uma demanda internacionalizada de circulação no mercado de jogadores.

Seja para atender a exigência da demanda existente e mesmo para desmistificar uma velha crença de que o jogador brasileiro é dado ao descuido e a vida desregrada (uma característica que não cabe no novo ambiente), o fato que o futebol nacional diante das transformações impostas principalmente pelo mercado internacional, vê-se pressionado a ajustar-se um novo fenômeno social: uma concepção de um futebol profissionalizado.

A esse respeito nos assegura Rodrigues (2003) que esse modelo gerencial do futebol

(...) tinha como objetivo fabricar um novo trabalhador, enquadrar o jogador no modelo de futebol moderno, internalizar novos comportamentos, dentro de doutrinas produtivas para clube. O futebol moderno, baseado no modelo futebol-empresa almeja, em nome do profissionalismo, alcançar o controle da vida do atleta, dentro e fora dos gramados (RODRIGUES, 2003, p. 102).

Esse tipo de formação decorre unicamente das exigências feitas por uma nova atmosfera que envolve e integra o jogo na forma de espetáculo para consumo. O recinto visa principalmente o atleta e com raras exceções o sujeito humano. Estar preparado para o desempenho ótimo das funções atléticas é a essência. Ao longe passa o discurso no qual os

boleiros são vistos como atores sociais para além deste espaço e com direito ao exercício da “polis”.³⁴ Aliás, no ambiente do futebol pouco se reflete sobre esse direito ou questões próximas a ele.

No interior do futebol competitivo no processo de formação dos jogadores algumas discussões passam ao largo como a que diz respeito aos desejos destes atores da bola. Isto talvez demonstre o quanto é levado em conta a opinião destes indivíduos com relação ao árduo processo de desempenho a que são submetidos. “Os atletas em formação reclamam da ausência de vida normal, do excesso de trabalho, dos treinos de diferentes naturezas e proibições de sair à noite” (RODRIGUES, 2004, p. 5-6).

Embora no esporte de alto nível seja “comum” o desgaste físico e a saturação emocional; a questão é que não estamos falando de adultos. Mas de garotos em fase de formação e esta no sentido mais amplo do termo; não se limitando a ter acesso a uma mera formação técnica que não cabe em outro local além dos gramados.

Ainda que se negue o direito social a que tem esses garotos, não deixam de serem sujeitos humanos em busca de sua condição humana, o qual segundo Arendt (2005, p. 17) “(...) compreende algo mais que as condições nas quais a vida foi dada ao homem”.

Na dimensão da esfera clubística o interesse na maioria das vezes é formar profissionais da bola, e nada mais além. O foco é preparar “pés de obra” especializados e para fins específicos. O processo de formação em muitos casos assume uma relação meramente profissional entre clubes e garotos, na qual o primeiro entende ser sua função de apenas fornecer-lhes os meios materiais que a profissão requer; o que passa disto não é

³⁴ Na Grécia Antiga, “Os sofistas gregos (mestres da sabedoria – século V a.C.), (...) acreditavam que o indivíduo deveria ser livre para expandir suas capacidades, e, desse modo, melhor servir à democracia da *polis*” (SIFUENTES, 2009, p. 30). De posse de uma educação de caráter integral “com a instrução dos cidadãos nas diversas artes e ciências” *os indivíduos se mostrariam capazes e acima de tudo preparados para contribuir com a vida na polis e desse modo servir a democracia* (p. 30 - destaque nosso).

competência sua, nem de seu interesse promover ou participar como parte da sociedade que é.

Esta visão estreita tem levado inúmeros clubes formadores a esquecerem que lidam com garotos menores de idade e que, por isso, quando entregues aos seus cuidados, necessitam de outras provisões como, por exemplo, a orientação psicológica, a assistência social, e, sobretudo, a educacional.

Ao contrário, a ênfase neste âmbito parece recair decisivamente sobre sujeitos biológicos. Assim, é que as transformações envolvendo alguns dos principais clubes do Brasil buscaram incrementar principalmente as ações voltadas para o processo formador; recorrendo a instrumentos provenientes da ciência, como o caso do São Paulo que talvez tenha sido um dos primeiros em nosso futebol a fazer uso da medicina especializada e da fisiologia do exercício por volta de 1986.

Instaurou-se uma nova concepção de formação/produção de futebolistas. Tanto que, na década de 90 se consolida o modelo jogador máquina. Um produto do esquadramento do corpo do atleta por intermédio da ciência esportiva. “Trata-se não apenas de treinar, polir e aperfeiçoar, mas de transformar e reparar o corpo do atleta” (RODRIGUES, 2003, p. 100).

A formação tomou por base os preceitos disseminados no ambiente do futebol moderno e que visa o pleno desenvolvimento do espetáculo, requerendo, portanto um tipo de jogador “aperfeiçoado”, agregando ao “talento natural” características produzidas ao longo do percurso formador. Como fala Rodrigues (idem) verdadeiros “garotos-laboratórios”. Ou numa expressão de Bauman (2000, p. 161) “*homens modulados* disponíveis, cambiáveis e com medidas móveis”, feitos sob medida: a medida da espetacularização.

Souza, Júlio (2001) revela com base nas transformações sociais em curso e que envolve o futebol uma preocupação com relação ao novo modo de formação aí presente na

tentativa de formar o jogador em tempo mínimo, acarretando prejuízos enormes pelo menos para os jovens.

Nós concordamos com o acima referido, naquilo que ele chama atenção para as contradições presentes no modelo esportivo, algo caro ao futebol espetáculo e que atua com a perspectiva de formação para atender aos interesses do mercado da bola. Mesmo havendo defensores de que as crianças no mundo atual estejam amadurecendo mais precocemente, não deixam de serem crianças. E mais: será que temos o direito de acelerar o processo de maturação como vem acontecendo no futebol? Um processo que prevalece neste cenário.

Dentro do modelo de formação para o futebol, os jovens sempre sofrem as perdas sejam emocionais, físicas e educacionais, já que a maioria abandona os estudos para se dedicar ao futebol e nesta atmosfera a nosso ver o clube só lucra. Na pior da hipótese deixa de lucrar.

Ora, a exemplo do autor mencionado, nós também levantamos uma questão pertinente a nossa discussão: até que ponto essa “modernização” do futebol pode ser vista como algo de fato moderno, se ao menos no caso brasileiro este fato não vai além do ensino das “estratégias” para jogar futebol; isto já não se fazia, só que de outro modo? A formação dada aos jogadores deixa-os “distantes de nós” sem uma capacitação educacional que possivelmente poderá isolá-lo da vida futura, destituídos da formação cidadã como acontece em outros países como França e Itália.

Embora, do ponto de vista formal, ser a escola incumbida como a via legal de promover a educação, e o Estado, em primeiro plano, no encargo de garantir este direito social, isto não exclui de modo algum os clubes desta esfera participativa. Pois, ainda que na essência seja sua função prover os futebolistas dos requisitos que necessitam para desempenhar uma profissão, que é a de jogador de futebol, nada impede que a instituição clubística, sendo parte de nossa sociedade, e, portanto, inserida no texto constitucional que

diz ser dever da família, da sociedade e do Estado, também participe da formação educacional. Mesmo porque o jovem futebolista dedica grande parte de suas vidas a esta instituição social.

O clube de futebol é sem sombra de dúvida na sociedade atual uma das instituições de grande impacto na vida das crianças e jovens em fase de formação. E a julgar a dimensão do alcance que ele possui em nosso meio, a sua contribuição passa a ser de caráter essencial para promover educação em nosso país. E, mesmo como já afirmamos não ser a função precípua deste educar, nos afirma Brandão (1984) - nada há que escape da educação, o que inclui também o futebol.

Honestamente falando, serve ao homem contemporâneo ter controle sobre a bola fora da circunscrição do gramado? Ou mesmo ser um exímio cobrador de falta? Onde além deste ambiente usaria o jogador estes instrumentos tão específicos?

Este futebol de espetáculo, que o mundo inteiro hoje consome, cada vez mais cedo recruta garotos de talento “para serem lançados neste mercado” Souza, Júlio (2001, p. 3). Um dos segmentos em que tal fato ocorre em grande escala é a categoria juvenil dos clubes.

3.2 A categoria juvenil e suas peculiaridades formativas

Quando o assunto é a formação ocorrida nas categorias de base dos clubes de futebol, na prática se observa a perpetuação do que é feito na categoria profissional. “Percebemos que a configuração existente na categoria profissional se apresenta na íntegra nas categorias inferiores” (PEREIRA, 2008, p. 130). Isto pode ser compreendido como um reflexo das transformações ocorridas no cenário globalizado, que vieram em certos aspectos modernizar o futebol com repercussões em diversos clubes brasileiros e, de modo particular, no processo de ensino promovido com vistas à formação dos futuros jogadores profissionais, da categoria juvenil (SOUZA, Júlio, 2001).

Por formação de base no futebol entendemos de modo mais ampliado ser àquela que visa dotar os “candidatos” ao mundo da profissionalização neste esporte, de aptidões requeridas para o desempenho da profissão. Ou seja, a aquisição das condições técnica, tática e, mais do que nunca, da condição física. Sem as quais é impossível almejar o futebol profissional de hoje.

Segundo Rodrigues (2003, p. 107) as categorias de base são “(...) os locais onde se ensina a jogar futebol, de preparação e seleção de talento para o futebol profissional, de produção social do corpo dos atletas, mediante um conjunto de treinamentos”. Aliás, estes elementos, se constituem no capital social que os inúmeros garotos ao ingressarem no futebol em busca de uma formação devem construir para serem reconhecidos e incorporados ao mundo do futebol de espetáculo (BOURDIEU, 1990).

Interessa para o mundo do futebol apenas os garotos com requisitos possíveis de serem transformados em prodígios aptos para atender os desejos da sociedade consumidora deste produto. “Para uma sociedade moderna, um futebol moderno!” Souza, Júlio (2001, p. 3). Moderno ao menos em produzir cada vez mais rápido, garotos com pouca idade e maturidade para o mercado da bola. Uma produção como diria Bauman (2000) modulada, mas também automodulante

No cenário atual do futebol o foco das lentes se volta para o segmento de importância vital na reposição da espetacularização, qual seja: a categoria de base dos clubes. Mais ainda por se saber que desta surgem os novos talentos, porque, com raríssimas exceções, não se faz jogador fora dela.

Rodrigues (2003, p. 104) observa que no Brasil “por muito tempo vigorou o consenso de que o jogador brasileiro nasce feito, vêm das peladas, campinhos de periferias e várzeas”. Hoje, os códigos são outros. “(...) entramos numa fase em que o atleta que tem condições de vencer é aquele que foi fabricado”. Aliás, no futebol moderno, vencer é o que

interessa, e mais nada. Os garotos são produzidos para esta concepção, não importa o que no futuro venha acontecer com os “derrotados”.

Para suprir as demandas desta nova concepção de jogar futebol, os garotos necessitam estarem inseridos, desde cedo, no ambiente formador das categorias de base dos clubes de futebol. Pois, já “não se descobre mais jogadores prontos nas várzeas” (TOLEDO, 2002, p. 99). Na concepção atual os garotos oriundos deste local precisam passar um processo de lapidação.

Um retrato do valor que possui esta categoria no cenário do futebol atual é descrito por Carlos Alberto Parreira. Para ele, “acabou-se o futebol de rua, o jogador hoje não é mais formado na rua, ele é formado dentro do clube” (RODRIGUES, 2003 – entrevista que lhe concedeu aquele treinador em 07/12/2001).

Dentro da estrutura dos clubes de futebol profissional há um espaço destinado as categorias de base, a qual tem como meta principal a formação dos jovens jogadores. Neste universo se encontram concepções diversas de *como* e *para quem* formar; tudo isto a depender da visão e interesses dos que estejam à frente dirigindo os clubes, mas, também de quem é responsável, de modo mais direto, por esta formação (no caso, o técnico/treinador).

Em se tratando especificamente do futebol brasileiro, nosso contexto de análise, encontrar-se-á neste ambiente desde estruturas que valorizam estas categorias, investindo de modo sério na equipe de profissionais (responsáveis pela formação dos garotos); nos equipamentos (utilizados para treinos); nas acomodações destinadas aos jovens e outros aspectos, de modo que tais clubes são considerados no meio futebolístico como referências. No Brasil é o caso do Cruzeiro de Belo Horizonte, do São Paulo de São Paulo, do Atlético Paranaense de Curitiba, do Internacional de Porto Alegre, do Vitória da Bahia etc. Paralelo a estes existem aqueles clubes cujo retrato remonta o descaso, abandono e condições de

extrema precariedade e que reflete em nosso país a nossa maior realidade da formação dos jovens jogadores.

É nessa situação que se encontra a maior parte dos garotos que vêm no futebol uma oportunidade de ascensão social em um país com as dimensões geográficas a perder-se de vista e vivendo experiências às vezes sequer imaginadas.

No universo do futebol muitos aspectos não são conhecidos dos que apreciam o jogo. O debate muitas vezes não ultrapassa os limites do senso comum ou dos mitos propagados por pessoas que em muitos casos detém o poder do discurso. Mas que além de não terem a experiência prática do dito esporte, não se dão ao trabalho de aprender com o passado e com a pesquisa, daí porque falam do mesmo de modo superficial, pois lhes falta inserção. É o que acontece com grande parte de nossa mídia esportiva, hoje.

Poucas são neste círculo as discussões abalizadas, por exemplo, com relação à formação dos garotos, a vida que levam, desvelando as lacunas existentes neste processo, as condições precárias de treino e acomodações, a falta de assistência emocional a que são submetidos os inúmeros meninos desse nosso Brasil. Quando ocorre alguma intervenção são situações esparsas de um ou outro profissional deste setor da sociedade (como a reportagem do Jornal do Comércio de março de 2007 e do Correio Brasiliense de setembro de 2009), mas que não ganha dimensão, pois não interessa a lógica do mundo capitalista.

Pouco ou quase nada se fala dos garotos que não deram certo. Onde se encontram? E o que se diz das engrenagens de um sistema que atravessa os jovens talentos colocando-os na parte mais vulnerável dessa relação de poder? Na verdade, como afirma Damo (2005) estes jovens estão conectados a uma rede extensa que os atravessa, passando pelo clube, empresários, imprensa, pais e torcida, todos movidos por seus interesses próprios ficando e os jovens boleiros na ponta do iceberg, propensos a submergir.

O que interessa veicular é o glamour da profissão. Sem enfatizar o longo percurso que faz o garoto, à distância dos familiares desde muito cedo sob o pretexto de que estão em busca de um sonho, como se outras oportunidades lhes tivessem sido proporcionada.

A contar de nossa pesquisa realizada nos dois clubes de futebol profissional de Recife, podemos afirmar: quase na sua totalidade, os garotos que buscam o futebol o fazem como uma saída da condição social em que vivem e, quase sempre, embalados pelas imagens que lhes são construídas de que o futebol lhes dará a ascensão social tanto almejada. São eles em sua maioria, meninos de origem menos favorecida socialmente e portadores de pouco capital cultural. Com pouca formação educacional, uma condição que, aliás, em grande parte se estende aos pais. Estes últimos, que deveriam servir de referência e de orientação para os garotos, são quem muitas vezes obstinadamente encaminham os filhos para o futebol como para compensar uma frustração sua, e também alentado pelo que veicula o senso comum e parte da mídia sobre o encanto da profissão e da possibilidade de se tornarem ricos.

O fato é que “Os meninos em formação não são ventrílocos de quem quer que seja. São sujeitos, como outros quaisquer, empenhados na realização de seus projetos, referidos seguidamente como sonhos” (DAMO, 2005. p. 169). Mas, seja em qual for o plano que tenham na vida, a questão é que sem educação os garotos enveredam por uma estrutura que não é clara nem para eles nem para muitos.

A estrutura do futebol é bastante complexa e de difícil leitura para qualquer um despossuído de educação. No caso dos jovens boleiros, o que se tem de mais concreto é não possuírem garantias nenhuma e sem clareza de como conduzirão suas vidas se o sonho falhar. No final, serão eles e a família que hão de lidar com os danos sociais de não ter uma formação capaz de dar sentido a sua vida posterior num mundo que precisa saber para conviver. Pois os garotos “(...) em sua maioria, que ingressaram no futebol muito cedo.

Iniciaram nas categorias de base com 11-12 anos e lá permaneceram até chegar ao profissional. Portanto, somente sabem fazer uma coisa: jogar futebol” (GIGLIO, 2007, p. 114). Sem contar que muitos ficarão pelo percurso...

Uma coisa é certa: “As possibilidades de reconversão dos capitais futebolísticos são restritas, vistos que os investimentos são demasiadamente especializados para servirem ao que quer que seja para além do futebol” (DAMO, 2005, p. 176).

Quanto aos jovens que se formam para o futebol profissional, o referido autor acima não os vê como vítima, nem cúmplice deste processo de formação, mas sim como peças da engrenagem e que se movem de acordo com os instrumentos possíveis. Ressaltando-se, porém, não serem muitos os instrumentos dos quais dispõem, pois falta aos jovens jogadores uma parte essencial que compõe a formação humana, um elemento central da vida contemporânea. Algo, como diria Brandão (2005) para “ser, saber e conviver”. Sem educação os horizontes se estreitam e também as possibilidades de discernirem entre o real e o ideal, entre o concreto e o abstrato.

Embora a prática futebolística em idades tenras não ser uma exclusividade do Brasil, o fato é que dada às características sócio-econômicas e da desigualdade social que se perpetua historicamente em nosso meio, isto se acentuou de tal modo que se tornou comum neste país todo dia sair um jogador de casa.

A questão em si guarda suas peculiaridades. Por exemplo, em termos educacionais, que tipo de capital cultural possui esses mesmos garotos? É de supormos que poucos, dentro de um imenso contingente, tenham a clareza exata do que encontrarão pela frente ao fazerem à opção irrestrita pela vida futebolística. Na maioria dos casos a leitura que fazem do futebol é deveras superficial e quase sempre com base no que expõe a mídia esportiva.

Conforme Marques e Samulski (2009, p. 103) “(...) pouco se sabe sobre os instrumentos de suporte social e familiar que os jovens atletas brasileiros possuem”. E,

portanto, se terão recursos para se ajustarem no contexto social essencialmente dos que portam algum tipo de saber reconhecido.

Os garotos que em sua maioria acorrem aos clubes buscando uma chance para se profissionalizar até são possuidores de algum talento; no entanto, é preciso muito mais dispositivos do que imaginam para vir a se tornar um desses sonhados boleiros. “Para tornar-se profissional não basta dispor dos atributos específicos, é preciso saber articulá-los” (DAMO, 2005, p. 133). O meio é profundamente seletivo em nada se assemelhando com o habitat onde estes meninos dão “os primeiros” passos com a bola.

Na contemporaneidade, o ambiente formador para futebol profissional tende mais e mais a distanciar-se da esfera dos outros futebolis dos quais fala Damo (2005). Basta afirmar que na atualidade, “O jogador fabricado na várzea, oriundo das peladas, seria um atleta desatualizado. Um analfabeto no futebol, estranho, sem cultura tática nem conhecimentos de fundamentos futebolísticos, algo imprescindível ao jogador moderno” (RODRIGUES, 2003, p. 103).

A globalização como um fenômeno social provocou e continua a provocar mudanças substanciais em nosso meio. Os acontecimentos internacionais passam a interferir de modo decisivo na vida social diária. O futebol como elemento integrante dessa conjuntura de modo algum estaria isento dos reflexos decorrentes das transformações em curso.

Na esteira deste processo civilizacional, a formação também tem seus impactos realizando uma série de ajustes essenciais ao novo padrão estabelecido de admissão e permanência do jovem futebolista. Principalmente, “Com o surgimento de um mercado de transferência de jogadores, inicia-se a modernização nos mecanismos de recrutamento de atletas [que envolve o modo como estes passam a ser formados/produzidos]” (RODRIGUES, 2003, p. 124 - acréscimo nosso).

A modernização instaurada no universo dos clubes de futebol brasileiros não é algo à parte do que acontece no cenário mundial; antes, porém, uma extensão das mudanças ocorridas no contexto mais amplo deste esporte de massas.

Apesar de o futebol na sociedade moderna se apresentar sob uma configuração repleta de mudanças, elas ao menos em nossa realidade são mais substanciais no modo da produção para o desempenho atlético. Entre nós brasileiros, pelo menos no que tange a formação dos jovens boleiros, a modernização não inclui formar para ser também cidadão. Não há necessidade de incutir nos juvenis uma visão do quanto a educação é algo essencial para se viver; basta como se prolifera no senso comum “a bola no pé”.

Porém, a realidade dos fatos não é simples assim: mesmo para os “gênios da pelota”, para os “meninos prodígios”, em virtude dos pesados investimentos feitos neste ambiente, a transformação no processo de configuração dos futuros atletas ganha novos espaços e não mais se coaduna com a visão romântica do futebol (SOUZA, Júlio, 2001).

Desde então, “Afirmar que o atleta aprende a jogar futebol na escola significa também combater o discurso, consagrado no Brasil, de que o jogador nasce feito, é dotado de qualidades especiais” (RODRIGUES, 2003, p. 104).

Muitas vezes os aprendizes são levados até mesmo a “abandonar” os padrões trazidos do seu universo “primitivo”, pois tais aprendizagens não são reconhecidas nem o permitirão avançar no contexto do futebol espetáculo (DAMO, 2005).

“Entramos na fase em que o atleta que tem condições de vencer é aquele que foi fabricado. Trata-se de um processo prematuro e intenso de construção do corpo do jogador de futebol” (RODRIGUES, 2003, p. 105). O jogo “evolui” e passa a ser desenvolvido numa nova perspectiva - a formação do jogador também. O foco passa a ser a captação dos prováveis talentos, para neles forjar os elementos que o futebol “moderno” requer.

Deste modo é que as “escolas formadoras” ganham força e assumem o lugar central na era do esporte globalizado em que o dom, a habilidade não é o fator *sine qua non*. Há outros capitais incorporados ao treinamento dos jovens futebolistas como disciplinamento, aprendizagem, preparação física, técnica e tática, suprimindo as demandas de um jogo que visa primordialmente atingir as expectativas de uma sociedade embalada pelo diapasão de se consumir não apenas o jogo, mas, concomitantemente o *show*.

É preciso, portanto, formar talentos ajustados à sinfonia da espetacularização, produzir boleiros (nada mais que isso) dotados de características específicas e alocá-los no ambiente onde somente o que se espera é que sejam os mais eficientes no ofício.

Sobre isso comenta Rodrigues:

A importância da escola no ensino de futebol atualmente é indiscutível, pois o futebol brasileiro entra definitivamente numa fase na qual a escolinha se consolida como o espaço de ensino-aprendizagem de técnicas futebolísticas. (...) O futebol ganhou espaço especializado para se praticar e ensinar (RODRIGUES, 2003, p. 124).

Tudo isso, vale ressaltar, é fruto de um modelo futebolístico envolto por uma perspectiva do esporte como um produto comercializável, ou seja, algo rentável. E nesta visão de mercado, o jogador é em grande proporção uma peça de consumo a ser comercializada.

Haveria nesta dimensão um lugar para a formação no sentido lato da palavra, principalmente por serem tais indivíduos parte de uma sociedade salvaguardada pela “Declaração dos Direitos Universais”, que abrange o direito ao “sujeito humanizado”.

Um tipo de formação que, aliás, serve de proteção social antes de tudo e, sobretudo a indivíduos que a nosso ver não possuem maturidade emocional, física e psíquica, para que possam por si próprios projetar um futuro seguro. Futuro este pouco discutido ou projetado

no ambiente (do futebol) onde os mesmos “gastam” anos produtivos de suas vidas dedicadas ao próprio clube.

O universo de formação para o futebol comporta elementos “educativos” sem reconversação para outros ambientes, como atesta Damo (2005). “Talvez”, refletir sobre a educação num lugar deste, não faça falta para “alguns” que obtêm sucesso profissional e vivam daquilo que o futebol proporcionou. A questão é que estatisticamente poucos são os que chegam a este estágio é só consultar os dados recentes da CBF.

E mesmo os que ganham a vida com o futebol, e com ele fortuna, a educação parece fazer falta tanto para saber o que fazer com o dinheiro, como para saber viver sem se envolverem em situações de escândalos e drogas, como as vividas recentemente por “estrelas” como Ronaldo, Robinho, Adriano, e outros, nos levando a conclusão de que se por um lado sobra dinheiro; por outro lhes falta algo essencial, a saber: a educação que lhes seriam de grande ajuda em outras esferas da vida.

Assim, com relação ao locus de produção para a profissão da bola,

(...) pode-se frisar que a expansão da comercialização do futebol e a valorização social da escolinha significam a aceitação de um padrão universal de aprendizagem de futebol a partir de um aparato técnico e científico, algo mais formal. (...) onde se aprende futebol por meio de procedimentos que capacitam e fabricam atletas de alto nível (RODRIGUES, 2003, p. 109).

O caso de clubes formadores que vão além desse modelo e preocupam-se com a educação de seus atletas é coisa realizada por poucos (ao menos no que conhecemos no Brasil). De um modo geral, os futebolistas seguem uma lógica de produção.

A depender da organização de cada clube, normalmente as categorias de base iniciam nas escolinhas (que são pagas mensalmente, por quem deseja nelas ingressar), e terminam na categoria júnior (em nosso país é a categoria que antecede a equipe profissional e aquela

almejada por todos que fazem parte da base). “Ascender à equipe principal (...) é um desejo de todos os garotos das categorias de base do clube” (DAMO, 2005).

Este segmento obedece em princípio uma divisão por faixa etária, mostradas por Rodrigues (2003). Porém, há casos de atletas, que em virtude de se destacarem tecnicamente, serem promovidos para outras categorias, inclusive à profissional.

Destarte, no mundo hodierno, a ordem hegemônica se desenvolve produzindo novas configurações sociais no interior das instituições que fazem parte da vida moderna. Nesta atmosfera, uma série de mudanças se instala em decorrência de novas necessidades processuais. Assim, é que se inclui o clube de futebol, assumindo uma importância na nova cultura urbana evidenciada pelo grande quantitativo de jovens que se encontra envolvido com o incerto mundo da bola. Há nesse processo a necessidade de discutir educação? De pensar sobre ela? E de promovê-la? Sem o suporte da educação para quê lugar afinal caminha a formação dos jovens atletas das categorias de base no Brasil?

4. CAPÍTULO III - DESVELANDO O VALOR DA EDUCAÇÃO

4.1 Entrando em campo

A nossa pesquisa em toda sua extensão teve como *lócus* a cidade de Recife, e de modo mais específicos dois dos principais clubes de futebol profissional desta cidade.

Na condição de pesquisador, a nossa posição com relação ao estudo, se voltou para o diálogo, a indagação, à curiosidade, à observação do fenômeno, ao desvelamento e à reflexão sobre um percurso com uma necessidade clara: a de refazer o trajeto quantas vezes necessário fosse; já que sempre há nessa volta um novo olhar sobre o objeto. Adotamos uma atitude de “quem concebe a pesquisa como atividade racional, (...) na qual se incluem técnicas, teorias e rigor metodológico” (PEREIRA, 2008, p. 111).

Nossa entrada no campo, efetivamente, teve início no dia 03 de junho e finalizou no dia 30 de setembro de 2009, autorizado pelas direções/supervisões do departamento amador dos dois clubes futebol profissional da cidade de Recife, onde nossa pesquisa se desenvolveu. A tarefa de coleta e observação se iniciou tão logo da entrega de ofício expedido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco, endereçado as respectivas direções das instituições clubísticas e entregues no departamento das categorias de base de futebol. Tal documento explicava o motivo de minha presença na condição de pesquisador. (Ver anexo A)

Lamentamos não termos sido autorizado a realizar a pesquisa no Santa Cruz Futebol Clube, um dos clubes de igual tradição ao Sport e ao Náutico; embora tivéssemos mantido um contato prévio e, como retorno, obtivemos “aguardar resposta do diretor das categorias de base do clube”. Após quatro tentativas sem sucesso, entendemos que não havia

possibilidade de efetua-la ali.³⁵ Por este motivo é que nosso estudo tem como base o Sport Club do Recife e o Clube Náutico Capibaribe, os quais nos abriram as portas sem nenhuma restrição. Os dois clubes encontram-se localizados na Região Nordeste e atualmente participam da Primeira Divisão do Campeonato Brasileiro de Futebol.

Tanto num clube como no outro, a pesquisa ocorreu no mesmo período (acima destacado), em horário de treinos distintos. A decisão de acompanharmos os dois clubes no mesmo período de tempo, embora desgastante, foi adotada por alguns motivos: havia informações por parte da supervisão, de que poderia haver uma pequena parada nas atividades em julho (descanso) ou uma viagem da categoria no referido mês para disputar uma competição fora do estado - coisa que, felizmente para nós, não aconteceu. Outro fator foi que em nosso cronograma, até então, faríamos a pesquisa no clube Santa Cruz, e isto teria que ser feito também em tempo hábil; por fim, pelo próprio tempo da pesquisa ser curto e não contarmos com o auxílio de ajudantes.

● O Sport Club do Recife

O Sport Club do Recife é um clube centenário do futebol brasileiro, fundado em 13 de maio de 1905, com sua sede localizada na Av. Sport Club do Recife, s/nº, no bairro da Madalena, cidade de Recife.

Atualmente este clube conta em sua estrutura com um Estádio de futebol (Aldemar da Costa Carvalho) com capacidade para 35.000 pessoas, um campo de treino auxiliar, um apart-hotel para concentração dos jogadores profissionais e um Centro de Treinamento (o CT José Médicis ou “CT do Leão” como é mais conhecido), localizado no bairro de

³⁵ Nesse momento (2009), o clube se encontrava numa situação de rebaixamentos sucessivos de divisão no futebol brasileiro, com repercussão (negativa) em todas as suas outras dimensões. Foi rebaixado da 1ª Divisão (2006) até a 4ª Divisão (2008), aonde permanece.

Paratibe, na cidade de Paulista (área metropolitana da grande Recife), no qual há quatro campos de futebol e uma extensa área, com um projeto de construção (até o término de nossa pesquisa não havia nada lá além dos referidos campos). O clube ainda possui, 4 quadras nas modalidades de Vôlei, Futsal, Basquete e Hóquei; 5 quadras de Tênis (02 cobertas e 03 descobertas); 3 campos de Futebol Society para alunos da escolinhas; um parque aquático com 6 piscinas (sendo 1 olímpica, 1 para saltos ornamentais); um salão de judô; sede social; academia de ginástica; departamento de Remo; alojamento de jogadores das categorias de base do futebol com 30 lugares aproximadamente; salas de musculação para o futebol profissional e para as categorias de base; 3 bares e 2 restaurantes; sala de sinuca; área disponível para a realização de eventos, loja de comercialização de produtos licenciados do clube; centro médico para os esportes amadores e área de departamento médico, fisioterapêutico e fisiológico destinado a equipe de futebol profissional.

O Sport é considerado uma das grandes equipes do futebol pernambucano e nordestino, tendo conquistado: 38 títulos do campeonato estadual, o Campeonato Brasileiro da 1ª Divisão de 1987 (ranking da CBF), o Campeonato Brasileiro da 2ª Divisão de 1990 e a Copa do Brasil de 2008, que o credenciou a participar pela 2ª vez da Copa Libertadores da América (a primeira foi em 1988).

Dentro da estrutura acima apresentada, encontra-se o seguimento alvo de nossa pesquisa - as categorias de base, as quais são organizadas por faixa etária. Com relação à de nosso interesse a categoria juvenil, nela se insere os garotos de idade entre 15 e 17 anos. Numa equipe de futebol juvenil o número de jogadores varia de clube para clube, no caso do Sport havia no ato de nosso estudo um grupo de 35 atletas.

Tanto o Sport como o Náutico são clubes de Pernambuco que constantemente disputam o título estadual, em virtude de possuírem uma estrutura razoável para a realidade local. Além desta competição, o Sport já havia no ano (2009) participado de duas

competições: uma nacional (Campeonato Brasileiro) e outra internacional (a Copa Santander Libertadores da América).

Voltando a categoria juvenil do Sport, muitos garotos procedem de diversos estados da região Nordeste, alguns da região Sudeste (havia meninos de São Paulo) e outros do próprio interior do Estado de Pernambuco; além, é claro, de Recife - procedentes de diversos bairros da Região Metropolitana e de cidades circunvizinhas como: São Lourenço da Mata, Camaragibe, Olinda, Jaboatão dos Guararapes e outros.

Segundo as palavras da própria Comissão Técnica e confirmada por alguns atletas, esta categoria no futebol guarda uma peculiaridade ao menos na experiência local: uma considerável rotatividade (fato que eles atribuem desde a questão econômica até a falta de maturidade emocional dos garotos). É bastante comum a cada dois meses haver “caras novas” no time. Isto, segundo um os entrevistados, gera uma enorme dificuldade para a equipe desenvolver harmonia e entrosamento.

No período de quatro meses que freqüentamos o ambiente do clube, as nossas atividades no Sport foram preenchidas no horário da manhã - das 7h 30min às 11h -, horário de treino estabelecido pelo clube.

No início, alguém da parte do clube nos disse que o treino estava assim organizado em virtude do outro horário estar destinado aos estudos dos garotos. Com o passar dos dias, um informante disse que este horário acontecia assim não por causa dos estudos dos garotos, sim por contenção de despesas mesmo.

● O Clube Náutico Capibaribe

O outro local por nós pesquisado foi o Clube Náutico Capibaribe, fundado em 7 de abril de 1901. Tem sua sede social e estádio localizado na Av. Conselheiro Rosa e Silva, nº. 1086. Assim como o Sport, trata-se de um clube de futebol centenário.

O Náutico conta em sua estrutura com: o Estádio Eládio de Barros de Carvalho (mais conhecido como Aflitos), com uma capacidade para 19.800 pessoas; um Centro de Treinamento (o CT Senador Wilson Campos), localizado no bairro da Guabiraba, às margens da BR 101 na cidade de Recife. O CT possui 4 campos de futebol oficial e mais 2 campos utilizados pelas escolinhas do clube. Há ainda no CT um departamento para a direção e comissões técnicas, possui também uma excelente área verde, tudo isto num terreno de 49 hectares e segundo informações da direção do próprio clube, há um projeto de ampliação com a construção de alojamentos e departamentos ligados a estrutura do futebol (médico, sala de musculação, etc.). Nas dependências do clube há ainda uma piscina olímpica; duas quadras cobertas; salas de musculação (profissional e categorias de base); uma loja de material esportivo; um restaurante e dois bares; um alojamento para os atletas das categorias de base; um salão de eventos; um refeitório; um departamento médico (com uma equipe multidisciplinar) e ainda uma sede de Remo situada na Rua da Aurora, na mesma cidade.

O Clube Náutico, no seu departamento de futebol, conta com as referidas categorias de base, composta pelas equipes Infantil, Juvenil e Júnior, além das escolinhas sendo que esta última funciona exclusivamente no CT e são cobradas mensalidades a quem delas participa (havendo exceções de gratuidade).

A categoria de futebol juvenil no Náutico, a exemplo do Sport, é formada também por garotos de 15 a 17 anos. Havia em seu grupo, no ato da pesquisa, um total de 29 jogadores, um número que reflete muito mais uma opção de cada treinador.

E, de modo semelhante ao outro clube observado, os jovens jogadores são garimpados em diversos Estados inclusive na Região Sudeste (havia na época, garotos de Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul). A maioria, porém, por nós detectada, é da

região Nordeste com maior incidência dos estados de Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. E, claro, muitos garotos de Recife e do interior do nosso Estado.

Durante a nossa passagem pelos respectivos clubes nos chamou a atenção o fato de que cada vez mais os garotos chegam às agremiações de duas formas: uma por indicação de outros técnicos, olheiros e amigos de diretores que tem algum tipo de ligação com o clube, ou pelas mãos de empresários. Isto caracteriza algo: cada vez mais cedo e com maior força os garotos dependem deste último ator social, estabelecendo com estes um tipo de ligação que em muitos casos é meramente profissional e, portanto, com o mínimo vínculo emocional - o que neste caso específico traduz com raras exceções preocupação superficial com o futuro educacional dos mesmos. É preciso talvez lembrar que para inúmeros meninos o futuro nem sempre é “redondo”.

Com relação aos horários de treinos do Náutico, estes aconteciam sem exceção no período da tarde (das 13h30min às 17h). Esta disposição do horário nos fez num primeiro momento pensar de igual modo como no Sport, sobre o espaço destinado a escola. Então da mesma forma procuramos saber por que os “trabalhos” eram realizados no respectivo período, pois, a exemplo do Sport, podia ser pela manhã, e, novamente um informante nosso, da comissão técnica, disse apenas que se tratava de uma determinação da diretoria.

Buscamos ver qual o discurso do clube Náutico com relação a esta questão e outras mais, incluindo o conhecimento em torno da própria Lei Gilmar Machado. Nossa intenção foi verificar se de fato, como havia nos revelado um membro da comissão técnica deste clube, o que estava por trás da disposição dos treinos em um horário (à tarde), era o fator econômico (a redução de despesas), ou se isto caracterizava uma postura do clube de valorizar a educação dos jovens atletas, destinando o horário da manhã para a vida escolar dos garotos formados ali.

Conforme depoimento do entrevistado 7, que se encontra colaborando com o clube há seis anos e na função há dois, a questão era a seguinte: em primeiro lugar a justificativa recaí sobre o fator econômico, pois segundo ele fica inviável face aos gastos com aluguel de ônibus, passagem dos garotos ou almoço no clube, e outras mais. Em sua opinião, o ideal seria “treinar em dois períodos: de manhã fundamentos e a tarde a parte mais tática e física; somos carentes de trabalhos de fundamentos e de treinadores estudiosos e com essa visão é preciso criar garotos com base”.

Num segundo momento, porém, falou que é preciso pensar também o lado da vida educacional dos garotos e emendou: “Esta não é uma visão geral do clube (da presidência), mas nós da base intervimos; o clube na sua instância mais alta não atua, mas nós sim”. O problema que detectamos em sua fala é que não nos disse como se dá essa intervenção de modo efetivo.

No próprio discurso da direção há certas incoerências com relação ao lugar da educação na formação dos garotos, pois quem é o clube? Um todo ou as partes? Isto em nosso entendimento aponta para quem tem se formado atletas locais, pois as diretrizes não se dão ao acaso, vem de cima. Vale destacar a dúbia posição do mesmo diretor: ora fala da necessidade de pensar sobre a vida escolar destes garotos, ora deixa escapar indiretamente que “se dependesse dele” os treinos aconteceriam em dois expedientes. Pensando assim, qual seria então a preocupação com a vida educacional neste ambiente?

Quando o assunto foi a Lei Gilmar Machado (beneficiadora dos clubes formadores que investem em seus atletas de base “comprovadamente”, incluindo aí o aspecto educacional), se caracterizou como desconhecida da direção do clube formador, pois, nas palavras do entrevistado: “Não existe nenhuma lei neste sentido”.

Percebemos no discurso do entrevistado a existência de um desejo com relação a participar da vida escolar dos garotos; mas a prática revela de fato qual o objetivo e

compromisso do clube: “Nós revelamos alguns garotos para a equipe profissional nestes dois anos”. A urgência de reposição para a profissão, não dá conta de que no interior deste e de outros tantos clubes encontram-se sujeitos em busca não apenas do reconhecimento profissional. Esta é apenas uma parte do processo. Todos nós sem nenhuma distinção buscamos algo que é próprio do homem: a humanização enquanto sujeito no mundo, coisa semelhante nos fala (SOUZA, João, 2006). A humanização no reconhecimento enquanto seres humanizados e que Freitag (2001) diz ser conseguida somente através da educação.

A análise que fazemos da visão clubística sobre a educação dos jovens atletas que neles se formam para a profissão da bola é que tal instituição ou não se deu conta da sua influência e responsabilidade sobre o futuro dos milhares de garotos que o procura todos os dias em nosso país, ou como muitas de nossas instituições optam pelo caminho do descompromisso social, fundado nas meias verdades como a pronunciada pelo diretor entrevistado de que “Em regra geral os meninos que jogam futebol não gostam de estudar”. Em nossa visão esta não é uma condição que no Brasil, envolve apenas os jovens futebolistas. Neste sentido, precisa ser analisado com mais profundidade e não disseminado com uma verdade que mascara inúmeros problemas da educação ofertada no Brasil e da vida que são submetidos sem os devidos cuidados, os inúmeros meninos pernambucanos, nordestinos e brasileiros que sonham em vencer na vida como profissionais de futebol.

Independente dos jovens jogadores terem ou não fascínio pela educação, que não é uma prerrogativa só deles, notamos em ambos os clubes alvo de nossa pesquisa, que estudar não é prioridade principalmente para quem comanda os clubes. Ainda que no caso do Náutico, a direção afirme ter uma parceria com uma escola estadual, o problema é que esta parceria acena com superficialidade, limitando-se quando muito apenas a matricular os garotos e só; ousemos por em prática isto com os nossos filhos e logo veremos os resultados desta ação destituída de acompanhamento. Não há no ambiente dos clubes fiscalização, pois

de outro modo não aconteceria o que fala o diretor do Náutico: “(...) eles faltam muito, vai (sic), mas não estudam”.

Durante esse período de convívio, vivenciamos várias atividades com os jogadores de ambos os clubes; todas elas, porém, tinham um só foco: a formação para profissão, demonstrando uma rotina exaustiva de trabalhos físicos, técnicos, táticos e jogos. O que variava era mais o modo, a forma “metodológica” e “pedagógica” dos treinadores e preparadores físicos aplicarem seu “conhecimento”.

Pelo menos no período de nossa permanência nos dois clubes, não constatamos nenhum trabalho voltado para o aspecto emocional dos garotos “com especialistas da área” ou atividades de natureza educacional. Os treinadores são quem, com as devidas limitações, mas com boa vontade, quem normalmente tenta auxiliar os garotos e suprir diversas lacunas da formação destes sem, contudo, dar conta do processo educacional que é complexo e exige outras demandas relegadas dentro do processo como diz (SOUZA, Júlio, 2001) de fabricar jogadores.

Embora tivéssemos desde o primeiro dia, feito os contatos formais com os responsáveis por nos autorizar à pesquisa e ter sido comunicado à comissão técnica o motivo da nossa presença no ambiente; na primeira semana o trabalho se resumiu a observações e anotações, sempre procurando manter o máximo de discrição.

Da segunda semana em diante, o ambiente com os jogadores e comissões técnica de ambos os clubes se tornara mais aberto e as desconfianças a nosso respeito foram diminuindo ficando cada vez mais claro que a nossa presença era com o fim de realizar uma pesquisa de caráter acadêmico.

4.2 Jogando o jogo

● O ambiente de formação dos jogadores juvenis: uma breve imersão

Com relação a este ponto, buscamos de imediato esclarecer duas questões que julgamos essenciais para a compreensão do leitor. A primeira diz respeito ao termo imersão, adotado aqui: ele assume a intenção de revelar, tornar conhecido, alguns aspectos que compõem e integra o ambiente dessa categoria do futebol dos clubes locais; ou seja, mostrar a estrutura, onde se “formam” os jogadores profissionais em Recife, “por dentro”. E esse contexto, é claro, inclui aspectos relacionados aos garotos que sonham em profissionalizar-se.

A segunda dá conta que as observações no processo de investigação não seguem uma ordem de acontecimentos dia após dia; são antes relatadas conforme a adequação do texto. Porém, todas se encontram de acordo com o ocorrido em cada clube, as quais serviram para nos ajudar na caracterização do ambiente do segmento pesquisado bem como o propósito do estudo.

O Clube Náutico Capibaribe

Neste Clube, todos os contatos formais possibilitando a pesquisa, foram estabelecidos com um dos diretores que nos encaminhou para o supervisor das categorias de base e este foi o elo com o restante dos profissionais e com o outro diretor (havia neste clube dois diretores responsáveis por todas as categorias de base). Efetuadas as formalidades deu-se o que chamamos de pontapé inicial deste estudo.

No primeiro dia nosso no Náutico, encontramos num dos portões de acesso ao clube um atleta juvenil, com quem entabulamos uma rápida conversa perguntando-o sobre o

horário do treino. O “papo” se estendeu: soubemos ter ele a idade de 17 anos e ser natural do estado de Alagoas.

Este garoto encontrava-se treinando no clube há um mês aproximadamente, estava residindo com amigos de sua família no bairro de Piedade, em Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, e tinha vindo recentemente do estado de Alagoas, onde havia treinado no Corinthians alagoano. Tratou-se de uma rápida abordagem, sem muitos desdobramentos.

Ao longo da pesquisa procuramos chegar sempre antes do horário inicial dos treinos para acompanharmos a chegada dos garotos no clube. O intuito era observar se algum deles portava consigo algum material escolar, capaz de sinalizar que vinham ou iriam para escola após saírem dali. Era, então, natural vermos chegarem um a um, ou em grupos como às vezes acontecia.

Como de costume chegávamos cedo e logo após os atletas. Numa das tardes um garoto chegou, sentou próximo e com certo cuidado conseguimos saber dele que tinha 17 anos que morava num bairro da zona norte de Recife, chamado Córrego do Jenipapo. Este garoto já treinava no Náutico há 3 anos e de imediato vimos a possibilidade de se constituir num ótimo informante, pois, além do bom tempo de clube, se mostrou de fácil trato; assim procuramos ao longo da pesquisa estreitarmos relação.

Logo em seguida chegou um “parceiro” seu, e permanecemos ainda próximo aos dois; mas, de imediato, encenamos uma ligação de celular para deixá-los à vontade. Eles começaram a conversar e demonstramos não está prestando atenção ao diálogo, deixando-os à vontade. A conversa girou em torno de uma lesão que o segundo garoto estava tratando já há um bom tempo, e que havia acontecido há cerca de três meses e sem um diagnóstico preciso acabou por se agravar. Dizia o garoto lesionado: “se eu não tivesse um plano de saúde estaria em condições difíceis”.

Tomamos conhecimento de que, por diversas vezes, o garoto fora liberado para os treinos após um período de tratamento médico no clube e, dias depois, estava ele às voltas ao departamento médico. Isto foi agravando a lesão, que era muscular. Este fato serve para ilustrar o risco iminente e bastante comum nesta profissão, podendo ser a mesma encerrada para muitos bem cedo. Marques e Samulski (2009) dizem que entre as causas mais importantes relacionadas com o término da carreira esportiva, estão as lesões sofridas pelos atletas.

Dias depois um dos integrantes da comissão técnica das categorias de base comentou sobre o garoto conosco. Disse-nos este profissional que o diagnóstico do caso demorou um pouco e por isso o atleta ficou um bom tempo sem jogar. Houve uma ruptura de fibra de aproximadamente cinco centímetros e só agora (três meses depois), estava voltando aos treinos, mas de forma progressiva. Com relação a este aspecto, a nossa opinião e posição é que os clubes locais não têm pelos jovens futebolistas os mesmos cuidados que demonstram com os atletas profissionais. Esta questão em nosso entendimento reflete a falta de visão e do valor real dos atletas formados nestas categorias. Algo bastante diferente da experiência que tivemos, em alguns clubes, os quais investem com mais seriedade neste setor. Tais observações são feitas, com base no que vivemos como atleta e membro de comissão técnica no Sul, Sudeste e Nordeste.

No Náutico, fomos informados por alguém da comissão técnica, de que os treinos aconteciam no horário da tarde, podendo haver uma ou outra alteração, porém esporádica. Procuramos, então, saber desta pessoa se esta disposição do horário se dava por uma adequação com a vida escolar dos garotos e a resposta foi que se tratava de uma norma do clube. Tanto no Náutico, como no Sport, de imediato pensávamos ser a opção por um expediente, uma posição do clube, no sentido de adequar o treino com a vida escolar dos jogadores, mas essa não foi a explicação deste profissional.

Algo bastante incomum era encontrarmos um garoto sozinho. Só se ele tivesse chegado há poucos dias e mesmo assim isso só durava os dois primeiros dias. Normalmente se encontrava em grupos ou em duplas. Assim sendo, nossas observações e conversas no cotidiano quase sempre envolvia mais de um destes jovens.

Num dos treinos, estávamos sentados no lugar habitual (em baixo das arquibancadas) e pouco depois chegou o nosso informante (o garoto de que falamos no início); ele e outro atleta. Ambos se sentaram nos cumprimentaram (é um hábito da maioria deles) e iniciamos uma conversa. Adiante, fizemos uma pergunta sobre a escola; queríamos saber como o clube tratava da vida educacional deles. Disseram que o clube obriga aos atletas estudarem, e quem não estiver “matriculado” não pode permanecer no clube. Falaram ainda que o acompanhamento é feito pelo boletim. E que, para que possam disputar o Campeonato Pernambucano, a Federação local exige um documento que comprove a matrícula dos garotos em alguma escola. Deixaram, no entanto, escapar que a cobrança, acontecia somente para efeitos de disputa da competição oficial realizada pela Federação Pernambucana de Futebol, que normalmente é realizada em apenas um semestre. (Até aquele momento, era o último dia da primeira semana no clube, eu não havia feito nenhuma entrevista que me permitisse averiguar esta informação).

Desde o primeiro dia, íamos registrando a rotina diária de chegada e saída dos garotos ao clube. Essas observações permitiram inferir não haver indício de que os atletas vinham direto da escola para o treino, ou saíam do clube direto para a escola. Fizemos uma viagem no tempo e lembramos que (quando fomos jogador dessa categoria) sempre chegávamos com os livros e cadernos, pois em nosso caso vínhamos direto da escola. Buscamos ver se com o passar dos dias teríamos algumas mudanças com alguns atletas portando algum tipo de material escolar, mas não houve, pelo menos no tempo que passamos ali. Ficávamos no clube até aproximadamente 17 h e 50 min.

Com relação a outros aspectos da vida dos garotos, também fazíamos registros de coisas como, por exemplo, o fato de no grupo todo apenas dois ou três eram deixados por alguém de carro, o restante chegavam a pé. Anotamos coisas relacionadas aos trajes deles e vimos que mudam em coisas mínimas quase imperceptíveis (às vezes um brinco a mais), tanto num mesmo clube, como se compararmos clube a clube.

Normalmente todos trajam bermudas, o que é comum no ambiente do futebol (só um dia que vi um garoto de calça); também usam bonés, camisetas de algodão, sandálias havaianas e mochilas nas costas ou “nécessaire”; muitos deles portam enormes correntes no pescoço, brincos. Um objeto raro e que somente lembramo-nos de termos visto em dois atletas, foi o uso do relógio de pulso. Talvez por recorrerem para este fim aos celulares, os quais havia em diversos modelos.

As oportunidades de conversar com os atores deste ambiente surgiam naturalmente e numa ocasião que tivemos com alguém da comissão técnica, estando mais à vontade, lhes indagamos sobre a vida educacional dos garotos para ver se batia com a informação dos dois atletas anteriormente registrada. Perguntamos se de fato havia alguma exigência do clube neste sentido. A resposta foi que realmente o clube cobra dos garotos “estudarem”; mas que tinha dúvidas se este faria tal cobrança, se não fosse uma exigência da Federação Pernambucana de Futebol. Esta pessoa fizera a ressalva, por ver uma carência de investimentos em outros setores, os quais para ele, em se tratando de um clube futebol profissional, são mais urgentes. Porém, ainda segundo o mesmo informante, nem mesmo esses aspectos estavam recebendo a devida atenção. Entre os aspectos por ele mencionados estão: uma alimentação mais adequada e um departamento médico com maiores recursos. Dito isso, uma vez mais fez menção da lesão muscular do garoto (já citada) como um exemplo das carências.

Esse profissional da comissão, falou-nos ainda sobre alguns garotos dos juvenis que têm uma espécie de contrato assinado com o clube; mas não nos disse o quanto recebiam de remuneração. Contou, porém que a grande maioria (o restante dos garotos) recebe uma ajuda de custo que não ultrapassa noventa reais mensais, coisa depois confirmada com alguns garotos.

Entre as conversas e observações íamos registrando as imagens e fatos cotidianos que envolviam o ambiente dos atletas. Por exemplo, os garotos costumavam ter seus grupos específicos de conversa os quais se reuniam antes do início de cada treino. No interior dessas observações, uma questão que nos chamou a atenção foi com relação ao do biótipo deles. Não sei se tal questão nos veio por conta de nossa experiência com o futebol e pela referência obtida quando da nossa passagem pelo futebol no Sul e Sudeste do país; mas o fato é que os garotos dos juvenis nos dois clubes são bastante franzinos (com pouca massa muscular).

Com respeito a esta questão, acreditamos que poderia ser resolvida com planejamento, bons profissionais e investimento em fatores como: alimentação, suplementação energética (uso de creatina, aminoácido e outros), e a aquisição no mínimo de um bom equipamento de trabalho de força. O que constatamos em Recife, é que o trabalho de formação de atletas, além de ter enormes lacunas, ressen-te-se de recursos e pessoas que enxerguem o trabalho de base no futebol, como um *investimento* e não como *gasto*: o investimento tem retorno, o gasto não. A visão clubística em Recife tem sido em nossa opinião estreita e, portanto, distante de colher os frutos que esta categoria tem proporcionado a clubes, por exemplo, como: o São Paulo, o Internacional de Porto Alegre e o Vitória da Bahia.

Sem investimentos inclusive educacionais, nos depararemos com cenas como as que vimos inúmeras vezes, os garotos de um modo geral, com pouco tempo de terem almoçado,

já se alimentavam de pipoca e sorvete. Isto poderia não significar nada de mais desde que não se tratasse de atletas, a questão é simples: nem os garotos recebem em suas famílias esclarecimento e suporte neste sentido, faltam-lhes bases e nem o clube dispõe de uma orientação nutricional especializada (não havia nesta categoria um profissional específico, o preparador físico é quem faz a vez), essencial para quem vive num contexto de alto desempenho.

Registramos assim em nosso “diário de campo”: A rotina diária desses “pés de obra sonhadores” repete-se como um ritual. Chegam ao clube, se reúnem para as conversas habituais, pouco a pouco se dirigem ao vestiário, colocam o material de treino, e mais um dia de muito trabalho, de treinos extenuantes que no caso de muitos como diz Damo (2005) se equivale a um curso universitário, com uma diferença crucial: o que aprenderam ali não lhe confere o diploma que legitima para vida fora dos gramados ou o que é pior nem mesmo nele é consagrado. Assim é a vida desses jovens boleiros. *[Nota do dia 28 de junho de 2009]*

Nós atentamente acompanhávamos a programação do clube com relação aos treinos e chegamos a indagar alguém da comissão técnica sobre a mesma, de modo mais específico. Ficamos sabendo que é estabelecida semanalmente em virtude de não saberem previamente o que terão à disposição e assim todos os garotos devem estar no clube às 13h 45min, para, por volta das 14h 30min, poderem estar se deslocando ao local do treino daquele dia, e o encerramento do mesmo é previsto para as 17h.

Diante disso, ficamos a pensar de modo hipotético no seguinte: neste formato de horário, o ideal era os garotos estudarem pela manhã, considerando a projeção do término do treino, deslocamento desses meninos de ônibus para casa, e da hipótese de jantarem antes da escola. Por um cálculo aproximado (alguns garotos que indagamos dizem gastar em média 2 horas para chegar à residência) estudar à noite não seria uma boa opção. Pois, contabilizando o horário que se encerra o treino, mais o tempo do banho e trocar-se (algo em torno de 30

minutos), é provável não estarem em suas casas menos das 19h e 30 min. Ainda, se não jantarem, chegarão sempre atrasados, pois normalmente o turno da noite inicia às 19hs e assim terão perdas significativas ao longo de sua formação educacional.

Se para nós o ideal seria os garotos estudarem pela manhã, a questão é que não víamos estes chegarem para os treinos com nenhum material escolar que indicassem estar vindo da escola. Existia a possibilidade de terem passado em casa antes, só que de novo entra o fator tempo e trajeto. E, se a escola encerra suas atividades digamos às 12hs, para as dúvidas da possibilidade de eles estudarem também pela manhã. Um argumento possível era de a escola ser próxima do clube; mas com exceção dos garotos que moram no clube, os demais que disseram estudar estão em escolas de seus bairros ou próximo a eles. Pelo contexto, é de se supor que a vida educacional dos jovens atletas é construída sob enormes fragilidades e faz de contas.

Constatamos com diversos atores do universo da pesquisa, que para jogar o Campeonato Pernambucano, a Federação Pernambucana de Futebol, de fato, exige que os garotos estejam “matriculados”. Mas também ficamos sabendo, pelo próprio clube, que a única exigência de prova dessa condição, pela Federação, é haver um documento que conste a matrícula dos garotos. E, vale pensar, estar matriculado não significa estar estudando (assiduidade às aulas, fazer as tarefas escolares, ter acréscimo de conhecimento, etc.). É com relação ao aspecto do acompanhamento desta parte da vida dos garotos que a Lei Gilmar Machado faz menção, em um de seus artigos, aos clubes formadores para o futebol. Em nossa ótica o interesse da Federação é, como diríamos, “só para constar”; não existe uma preocupação concreta com esse aspecto da vida dos jovens futebolistas.

Na sexta-feira da primeira semana no clube, devido o horário estar bastante adiantada e até então não havermos presenciado nenhum atraso nos treinos, resolvemos nos aproximar de um garoto que se encontrava uniformizado e indagarmos do motivo da demora. Ele falou:

“nas sextas, normalmente a equipe fica no clube e o treino é um recreativo na quadra”. Perguntamos o motivo de não ser no campo, riu um pouco, e falou: “Os juvenis não são permitidos usar o campo oficial” (no clube só há um). Aliás, durante o período que estivemos “em campo”, não vimos nenhuma equipe usar o campo oficial, exceto a equipe profissional ou quando são solicitados atletas amadores para compor um treino coletivo.

No desenvolver da pesquisa, constatamos ser comum com relação às categorias de base (destes clubes pelo menos), haver não só mudanças no planejamento de trabalho como improvisos. Como exemplo, destacamos um dos treinos que presenciamos, em que na falta de um local adequado, o trabalho foi realizado atrás do estádio, em baixo das arquibancadas e entre as colunas de sustentação, num espaço de aproximadamente 50m. Espaço este que os garotos dividiram com as barracas usadas em dia de jogos pelos vendedores ambulantes.

Desde o primeiro dia, nas várias tardes passadas no clube, observamos vários garotos chegarem mais cedo que outros e aproveitarem para dormir em baixo das arquibancadas. Não sei por que motivo, mas supomos a causa do horário de treino ser após o almoço, o que deixam as pessoas de um modo geral mais sonolenta.

Outro fato digno de registro diz respeito ao material de treino, que com exceção da chuteira e tênis de corrida (cada garoto compra-os) o restante (camisas, calções e meiões) é o clube quem providencia aos garotos e os quais se encontravam em bom estado.

Também nesta esteira destacamos o vestiário da categoria: o mesmo se localiza em um setor abaixo das arquibancadas do estádio, no mesmo lugar de 21 anos atrás, quando fomos atleta desta categoria do clube. Algumas mudanças evidentemente houve neste ambiente: nele foram instalados vários chuveiros (antes precisávamos deslocar para tomar banho em outro local); além de uma ampliação do espaço. Por outro lado, o piso anterior do lugar, composto de uma cerâmica antiga e em boas condições, deu lugar a um cimento

“queimado”, o que implica comprometimento no aspecto da higiene (mais propício a fungos) e na saúde dos atletas.

Dentro do vestiário era fato corriqueiro os atletas conversarem ao mesmo tempo, o que dificultava entender o que falavam, a não ser quando estávamos próximos. No horário de pique era impossível ter menos de quinze garotos colocando material e algumas vezes contabilizamos uns trinta no interior do vestiário. Isto por que os treinos das categorias júnior, juvenil e infantil, aconteciam no mesmo período (no caso quem tinha prioridade em pegar o material primeiro, era a equipe júnior, não indagamos por que, mas, supomos ser o que acontece em todos os clubes: uma questão hierárquica, esta é a última equipe antes do time profissional).

Quanto ao veículo utilizado para transportar os garotos aos locais de treino, tratava-se de um ônibus, o qual normalmente transportava cerca de 60 garotos, mais o massagista, o motorista, o treinador do infantil e, no caso, também este pesquisador. Os técnicos e os preparadores físicos das categorias juvenis e juniores utilizavam seus veículos. Ainda com relação ao ônibus, era um monobloco 364, de cor branca, ano 1985, com 45 lugares e em estado de conservação que diríamos preocupar, esse é alugado pela diretoria das categorias, para uso três vezes na semana pelas duas categorias (infantil e juvenil) juntas. Havia também outro ônibus alugado para a equipe Júnior, mas não era tão diferente.

Em meio às observações, nos sobreveio a idéia de questionarmos a comissão técnica sobre o tempo médio que um atleta em teste (um período de avaliação para garotos que não fazia parte do grupo) ficava no clube. A resposta foi: “no máximo duas semanas, o que resulta em aproximadamente de 4 a 6 treinos com bola”. Isso demonstra em certos aspectos falhas no processo seletivo, pois, houve semana (no período do estudo) que treino com bola (coletivo), só houvera um - o que coloca em xeque os procedimentos de avaliação para muitos garotos submetidos a este universo.

Durante os quatro meses aproximados da pesquisa, o nosso caminho de casa para o clube era feito por transporte público (ônibus urbano), e, sem intencionalidade, passamos a encontrar costumeiramente um atleta do clube no mesmo coletivo. Alguém a quem naturalmente aproximamo-nos, estabelecendo um diálogo sobre os mais variados assuntos - inclusive futebol e a vida educacional do mesmo. Num destes encontros com o “juvenil”, soubemos estar treinando no clube há seis meses e que sua vinda para o Náutico se deu por indicação do treinador da equipe júnior. Este, o viu o jogar por um time do colégio Anglo, da Cidade de Camaragibe (município da área chamada Grande Recife).

Como o garoto havia tocado no assunto da escola, estendemos a conversa nesta direção. Inicialmente, falou ser atleta inscrito pelo clube junto a Federação Pernambucana de Futebol. Aproveitamos o ensejo, embora se tratasse de uma conversa informal, para saber se o clube além das cobranças de sua responsabilidade como atleta, também lhe exigia algum compromisso com a vida escolar. A resposta foi bastante direta: “Nunca me cobraram nada, não. Estou aqui há seis ‘mês’, mas estou matriculado por minha conta, mas não tenho ido à escola, não, pois é à noite, e quando chego, estou muito cansado dos treinos”.

No processo das incursões comumente encontrávamos grupos de atletas envolvidos e empolgados em seus diálogos. Num dado dia, encontramos um grupo de cinco atletas e nos aproximamos procurando manter a descrição a fim de saber o teor da conversa. E meio a eles, vimos que falavam sobre atletas profissionais de destaque no cenário futebolístico mundial. E, além de demonstrar suas admirações, deixavam claro também se espelhar e mesmo copiar o estilo destes “ídolos”. Os assuntos mudavam rapidamente e logo já debatiam sobre a ajuda de custo que o clube destinava a eles para passagens. Valor, segundo eles, pequeno. Um dos garotos inclusive nos informou ser esta quantia em torno de 25 reais por quinzena (havendo uma divergência com a informação nos dada pela comissão técnica). O pior de tudo era que, mesmo esta quantia sendo “mínima”, às vezes atrasava (não muito

diferente da minha época); e isto não lhes dava o direito de faltar aos treinos. Ainda com relação à ajuda de custo (pelo menos em Recife), é um assunto que depende de como anda a equipe profissional: se esta estiver “mal das pernas” é melhor nem pensar em recebê-la - como se os garotos fossem os culpados pelos maus resultados obtidos pelos profissionais.

Tais registros com relação a este ambiente de formação dos garotos acabaram por revelar um processo de formação em que a visão dos meninos como cidadãos passa ao largo.

No contexto da pesquisa de campo, pouco a pouco foram surgindo elementos que nos ajudaram a tecer o trabalho. Um destes foi o encontro que tivemos neste clube com três garotos com quem havíamos trabalhado na Seleção Pernambucana de Futsal, em 2005, e já estavam no clube há aproximadamente quatro anos (desde a categoria infantil); e, recentemente, haviam sido promovidos à “categoria júnior”. Estes informantes foram sobretudo significativos para nós. Principalmente, com informações quanto ao clube participar ou não da vida educacional dos garotos. Ressaltamos, porém, que não se constituíram em informantes oficiais, pois não pertencerem à categoria alvo de nossa pesquisa.

Um desses garotos nos falou em rápida conversa o seguinte: “O clube com relação a estas coisas de estudo, exige apenas que nos matriculemos, pois para participar do Campeonato Pernambucano, a Federação exige. Mas acompanhar, investir ou pedir para gente algum boletim ou coisa parecida, isso não acontece”.

Outro deles comentou: “Não há nenhuma cobrança do clube para que agente estude, pelo menos nestes dois anos e meio que estou aqui. Até onde sei, o clube tem essa preocupação apenas com os garotos que moram na concentração”.

Entre as perguntas formuladas aos garotos, uma em especial era sobre o tempo que estava treinando no clube. Isso tinha um objetivo claro: ter uma idéia de se tal ator se constituía num bom referencial para averiguar o compromisso do clube para com eles

demonstrado. Justificamos esta “seleção” no âmbito das observações e das conversas cotidianas, porque no momento das entrevistas correríamos o risco de perder este elemento, já que elas seriam indicações das comissões técnica de ambos os clubes e, portanto, havendo a possibilidade de termos entre os entrevistados somente atletas com pouco tempo de clube.

Contudo, mesmo os garotos com menos tempo de clube, foram sobretudo importante para pesquisa. Eles trouxeram a sua visão sobre a questão por nós investigada e o tema em sua complexidade. Como foi o caso de um garoto que estava treinando no Náutico há seis meses, trazido por um empresário e com respeito de sua vida escolar encontra estudando no Colégio Estadual Maria do Carmo, na cidade do Paulista (município próximo a Recife) e por uma iniciativa única e exclusiva sua, pois neste tempo de clube ninguém nunca lhe havia exigido nada.

Em todos os treinos, que acompanhamos até o final, o desfecho era o seguinte: os garotos se dirigiram ao vestiário, tomavam seu banho, e a maioria ficava a observar o treino da equipe profissional; só saindo de lá quando já era noite. Como não víamos na saída portarem material escolar, continuava a nossa indagação sobre a questão da escola na vida destes garotos.

Por fim, falemos da comissão técnica e sua relação com esses atletas. Os garotos da categoria juvenil são acompanhados – chova ou faça sol - por seis personagens: o técnico, o preparador físico, o preparador de goleiros, o roupeiro, o massagista e o supervisor (este último vive a maior parte do tempo em sua sala). Não há uma presença continua do médico, nem de outros membros do departamento médico, se é que eles existem, pois nunca os vimos no cotidiano dos garotos. Falar de psicólogo, assistente social e nutricionista como participantes da equipe que assiste as categorias de base do futebol de Recife é coisa de outro mundo.

Com relação aos diretores, até os vimos em diversas ocasiões; mas quase não saem das suas salas. O contato com os garotos é algo raro; para isso, incubem o supervisor. Pensamos, por nossa própria experiência, talvez, ser essa uma maneira de fugirem às cobranças dos garotos.

O Sport Club do Recife

Similar ao processo desenvolvido no Náutico, a mesma abordagem de registro de campo adotamos, no que se refere ao trabalho de observação. Neste clube o contato para autorização da pesquisa foi tratado diretamente com a supervisão das categorias de base, a quem explicamos todo o processo. Com relação à direção, só tivemos oportunidade de vê-la, em duas partidas do campeonato, os quais (eram dois diretores) devido às dificuldades de contato, não foram entrevistados.

No Sport, como os treinos aconteciam pela manhã, os atletas chegavam às 07h 15m e a comissão técnica às 07h 30m. O motivo deste horário, como já observado anteriormente, ocorre muito mais em função do fator econômico (redução de despesas). Ainda com relação ao horário de treino, percebemos que o Sport o cumpre com mais rigor, mas há suas falhas também.

As observações feitas no Sport Club do Recife, em muitos pontos se assemelham às descritas com relação ao Clube Náutico Capibaribe. Não obstante trata-se do universo particular do clube em questão, justificando, portanto o registro.

Com relação, por exemplo, ao modo de se vestir dos atletas, eles se assemelham em praticamente tudo ao que vimos no outro clube; o que muda é tão sutil que nem sei se é possível falarmos em mudanças.

No Sport, o nosso primeiro contato (sem contar o supervisor) foi com um “velho” conhecido de profissão e componente da comissão técnica atual. Este profissional foi bastante receptivo, e logo nos deu algumas informações tipo: quantos jogadores havia no grupo; que no momento disputavam uma competição local; e de além dos atletas inscritos havia outros vinte que estavam em período de teste; e o clube mantinha um trabalho de peneiras (onde os garotos treinam antes de serem indicados para um teste “final” no clube). Disse-nos ainda esse informante que o time juvenil treina na segunda, quarta e sexta, no C.T (Centro de Treinamento do Clube) na cidade do Paulista e nas terças e quintas, no próprio clube (treino físico).

Posteriormente tivemos o primeiro contato com treinador do time juvenil, um ex-atleta profissional e ídolo do clube nos anos 1980. Mesmo conhecendo-o (pois já havíamos trabalhado no clube de 2001 a 2006, mas não com ele), tratamos de explicar-lhe o motivo de estarmos ali e notamos que o mesmo demonstrou um pouco de desconfiança e resistência, nos dizendo ser necessária uma autorização do departamento, o que de imediato lhes apresentamos. Daí por diante fomos estabelecendo contato com outros membros da comissão técnica e do departamento, entre os quais companheiros de trabalho de outrora, e outros desconhecidos.

Embora já tendo trabalhado nesta categoria, procuramos saber de um membro da comissão técnica por quais vias os juvenis do Sport tinham chegado ao clube. Disse-nos aquele informante que o grupo, naquele momento, era bastante diverso. Havia garotos de testes; aqueles trazidos por empresários; e também aqueles trazidos por um “olheiro”³⁶ que o clube mantinha. E acrescentou: “jogador de empresário é coisa que não falta”.

³⁶ “Olheiro”, na linguagem do mundo do futebol, refere-se, normalmente, a uma pessoa designada pelo clube no qual trabalha para prospectar jovens valores pelos mais diversos lugares: campeonatos de várzea, torneios amadores, peneiras etc. Geralmente é escolhido para essa função um ex-atleta ou alguém com experiência e nome considerados no ambiente futebolístico do lugar, ou ainda um técnico das divisões de base, que trabalha de modo permanente ou temporário na função.

Aproveitamos a conversa para cruzar informações sobre o motivo do horário de treino em um só período: o da manhã. Ele falou que os treinos acontecem em um só horário por determinação da direção e cuja finalidade era reduzir as despesas do clube, o que para este profissional reflete a falta de estrutura das equipes locais. E deu um exemplo dizendo: “se houvesse treino em dois expedientes, o clube não teria como dar almoço para todos os atletas”. E mais: essa opção não era pelo fato de uma adequação da vida escolar dos garotos. Disse também que a maioria dos atletas estudava, mas quanto à cobrança do clube por este lado da vida dos garotos, fica apenas na teoria; na prática ele não vê nada.

Constatamos ainda neste clube, a exemplo do primeiro, que no grupo dos juvenis, vários garotos vêm de outros estados: alguns do Rio Grande do Norte e da Paraíba, outros do Ceará e ainda outros de estados do Sudeste.

Com relação ao material de trabalho/treino, há algo similar ao clube Náutico, onde as chuteiras são uma aquisição dos garotos: o clube não fornece este material (é claro que existiam as exceções), mas as camisas, calções e meiões são de responsabilidade do Sport.

No Sport, diversos garotos com quem conversamos afirmavam possuírem empresários, os quais, diziam, são como um pai (por lhes darem algum dinheiro e arranjam clubes para jogar), sem, contudo, possuírem qualquer grau de parentesco com os mesmos. Esta é uma condição que pode caracterizar uma fragilidade emocional dos garotos afastados desde muito cedo da família.

Por diversas oportunidades estivemos no Centro de Treinamento do clube - “CT do Leão”-, que havia sido adquirido recentemente (há aproximadamente dois anos). Não obstante possuir bons campos para a prática do futebol, nada mais havia de construção física no local - apenas a promessa de construção de um apart-hotel em data incerta. Vale ressaltar que o CT poderia (e pode) ser o local para um “forte” trabalho com as categorias de base, mas que esbarra na visão limitada dos que estão à frente da direção do clube em investir de

fato nestas categorias como é feito em diversos clubes de futebol no Sul e Sudeste do país e no vizinho estado da Bahia (Vitória Esporte Clube).

Um exemplo claro da visão estreita ficou caracterizado por um fato inusitado e registrado por nós durante o tempo da nossa pesquisa. Havia no C.T um campo destinado exclusivamente para o time profissional e, na época, o treinador da equipe principal nem lá ia (tinha seus motivos: dizia não ver “aquilo” como um CT). Mas, diga-se de passagem, mesmo assim a direção não autorizava de forma alguma os garotos utilizarem o referido campo, “uma espécie de templo sagrado” (ouvimos alguém da comissão técnica do juvenil comentar).

Aos poucos procuramos também no referido clube nos inteirar do valor da ajuda de custo que percebida pelos atletas. Foi nos dito que variava entre 100 e 200 reais. Em nenhum momento, porém, vimos prova documental do pagamento. Há, a exemplo do Náutico, as exceções. Mas, elas não são muitas. Por exemplo, um dos atletas que entrevistamos, e que era titular da equipe, recebia, segundo ele, 450 reais.

No caso do transporte utilizado pela categoria de base do Sport, existia um ônibus próprio, o qual não se encontra nas melhores condições, vez por outra apresentando problemas. Ouvimos, na época, que o clube tinha adquirido um novo veículo para uso destas categorias. (Até terminarmos o período de investigação no clube este veículo não havia chegado.)

Como o foco das observações foi o ambiente da base, incluindo os atletas e profissionais vinculados ao mesmo, buscamos aproveitar todas as oportunidades que surgiam de diálogos com estas pessoas. Numa oportunidade, com um atleta proveniente de Natal-RN e que estava a quatro meses no clube, perguntamos se estava estudando e a resposta foi: “Tô ainda não. O clube disse que tá meio complicado para matricular, mas que no próximo ano resolve”. Esse mesmo garoto nos relatou ter saído muito cedo de Natal (com

treze anos e agora tinha dezessete), e antes de vir para Recife, estava treinando no time do Barueri, do Interior de São Paulo.

Usamos no Sport do mesmo artifício utilizado no Náutico, para ficarmos próximos dos garotos e colhermos seus depoimentos: aproximamo-nos de um garoto (informante), e, por ele, foi facilitada nossa aproximação dos demais atletas. Assim, num dos dias, ao término de mais um treino, nos aproximamos dele e de outro com quem conversava. Na oportunidade indagamo-los a respeito do lugar reservado à vida escolar deles, e o último nos disse ter deixado de estudar a quatro anos, quando cursava a 6ª série do ensino fundamental II. Disse mais: “É muito difícil quando se escolhe essa vida de jogar bola, estudar. Mas, um dia, penso em voltar”. Mais adiante falou: “Disse a minha mãe que, se um dia não fosse jogador, queria ser Professor de Educação Física”.

A fala desse garoto, de apenas 15 anos, nos fez voltar no tempo e lembrar o investimento que fizemos neste universo enquanto atleta de futebol desta categoria. E, assim, reforçamos a tese/idéia de que logo cedo esses “meninos da bola” vagam por muitos lugares desse Brasil. Ele mesmo já havia jogado em Natal, em São Paulo e agora Recife, sem certeza alguma de que iria (vai) dar certo; e pior: sem uma formação paralela que o resguarde de um possível fracasso.

Sem falarmos que

O longo processo seletivo pelo qual estes jovens passam é extremamente conflituoso e, muitas vezes, envolve uma série de obstáculos como a separação da família e do seu meio social (amigos), a dificuldade de continuação dos estudos, o alto grau de cobrança nos treinamentos e competições e a incerteza de sua carreira esportiva (MARQUES; SAMULSKI 2009, p. 103).

Ficamos a refletir acerca da alta rotatividade de atletas nestes clubes e, segundo profissionais da própria comissão técnica, a cada dois meses o grupo sofre renovação com a chegada e saída de novos garotos em muitos casos dispensados.

Esta é uma situação que, aliás, acontece também em outros clubes do Brasil, como vimos na matéria recente de 07 de setembro de 2009, do Jornal Correio Braziliense, aonde lemos que a cada duas semanas chega a um dos CTs do Flamengo do Rio de Janeiro (CT de Vargem Grande) quarenta novos garotos, trazendo em suas bagagens um sonho geral: tornarem-se jogador de futebol.

É comum no futebol alguns treinos serem de responsabilidade do preparador físico. No caso do Sport, dos muitos treinos conduzidos por este profissional, houve um que destacamos aqui, para reforçar quão pouca importância recebem estas categorias em Recife. Era uma sexta-feira e o treino seria um recreativo (trata-se de um trabalho mais descontraído e geralmente acontece em dia anterior a um jogo). Naquela ocasião, havíamos chegado às 7h 30m; mas, por não haver local disponível, o treino só foi iniciar às 9h 30m. Os garotos aguardavam a liberação de um campo de “futebol society” utilizado por escolinha de futebol particular que funcionava ali (este campo é do clube, mas encontrava-se arrendado).

No Sport (a exemplo do Náutico), as categorias de base não usavam o campo principal, nem o campo auxiliar. Ambos, naquele momento, eram de uso exclusivo do time profissional. (Esclarecendo: nesta época o time profissional era comandado pelo treinador, anteriormente mencionado, o qual não fazia uso do CT do clube.)

Aliás, com relação ao que é destinado ao time profissional e o que cabe às equipes da base do futebol, em ambos os clubes pesquisados, encontramos situações idênticas. É nítido o tratamento diferenciado destinado aos primeiros. Daí ser possível depreender como são valorizados os atletas em formação - o futuro destes clubes. Os jogadores da base só são percebidos e valorizados quando conseguem ultrapassar esse enorme abismo de separação, chegam ao profissional e se efetivam. Como pesquisador, não receamos em dizer o quanto ainda somos provincianos ao formar para o futebol. Recife é com relação aos grandes centros de formação para o futebol mais periferia do que centro. Basta compararmos a

estrutura das categorias de base local, com as referências nacionais. É provável que surja o velho discurso de que não dá para se comparar aos outros centros mais desenvolvidos economicamente.

No Sport, de modo geral, observamos vários setores ligados ao departamento amador, entre eles, o alojamento dos garotos (o local de dormir). Lá encontramos dois atletas de 16 anos cada. O ambiente, em suas dimensões, acomodaria em condições ideais quatro jogadores. Perguntamos aos garotos quantos havia ali, eles nos responderam: 13.

A arrumação daquele lugar nos deu a idéia da falta de cuidado com o principal ambiente, em nossa ótica, destes garotos que se encontram longe de suas casas. A desarrumação era gritante: malas em cima das camas, outras no chão; camas desforradas, lençóis no chão; calções, meias e camisas pelos cantos; tênis amontoados; cds espelhados; escovas de dentes largadas por cima de mesas... e outras coisas mais. Uma explicação imediata diria serem os garotos que precisavam se organizar e cuidar do lugar onde moravam. Mas, poderíamos dizer também o quanto esses garotos necessitam de coisas que parecem passar longe dos cuidados a eles destinados.

Muitos destes meninos chegam novos aos clubes entre 11 e 12 anos; verdadeiras crianças conforme Giglio (2007). E, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com necessidades e direitos educacionais, por exemplo. É coerente cobrarmos de alguém aquilo que não oportunizamos? Os clubes proporcionam aos garotos da bola instrumentos possíveis de adquirirem o capital cultural requeridos para se viver, conviver e “vencer” no mundo real, fora dos gramados?

A realidade, na verdade, parece ir noutra direção, pois o discurso destes dois garotos de pouca idade (16 anos) é que “já tinham rodado por alguns clubes”. Ambos não se encontravam estudando. É bem verdade que estavam recém chegados - há duas semanas-,

mas houve outros garotos, com quem conversamos, os quais o clube não havia tratado sobre o assunto.

Numa das manhãs, nos encontrávamos em frente do vestiário com quase todo o grupo do time juvenil que conversavam enquanto aguardavam a saída para o C.T. Ficamos a observar os atletas e percebemos um garoto falar com certo saudosismo da excelente estrutura de um clube pelo qual havia passado. Por não sermos mais um “estranho”, não hesitamos em lhe perguntar a respeito deste clube do qual falava tão bem. Indagamos como era naquela realidade tão elogiada a relação com o estudo, ao que nos respondeu: “Lá todo mundo tinha de estudar, pois, todo mês (força de expressão), ia um homem, do Ministério Público, fiscalizar. O clube paga multa se o garoto não estuda”. (Trata-se do Brasilis, clube estabelecido na cidade Águas de Lindóia, interior paulista). *[Nota do dia 15 de julho de 2009]*

Além dos dormitórios, observamos também a sala de musculação. Esta era a mesma de quando trabalhamos no clube em 2006, a qual naquele momento já estava bastante ultrapassada e velha. Ao se levar em conta quão importante é o trabalho de força para o futebol moderno e ser os aparelhos de musculação um dos principais instrumentos para tal trabalho, dava para supor o quanto se investe nestas categorias.

Ouvimos inclusive do garoto que havia jogado no Brasilis a seguinte colocação com relação às máquinas de musculação: “Este ‘maquinário’ nem se compara com a que tínhamos lá; o de lá é melhor inclusive que a do time profissional do Sport”. (Não perguntamos, mas é possível que ele conhecesse a sala de musculação do time profissional do Sport.)

Também no Sport, acompanhávamos os treinos até o fim. A maioria ocorria no C.T., o qual dista aproximadamente a 100 km do clube. Esses treinos terminavam por volta das 11hs. Como no centro de treinamento só havia mesmo os campos, os atletas regressavam ao

clube para tomarem banho. O ritual na chegada, em torno das 12hs, era o seguinte: os garotos se dirigiam ao vestiário e entregavam o material. Os que moram em Recife tomavam banho e iam para casa. Assim como no Náutico, não vimos nenhum sair com material escolar. É claro que haviam de ir para casa almoçar, e como saíam do clube por volta de 12h 30min, provavelmente devem estudar à noite. Os que moram no clube, após o banho, iam deitar-se até a hora do almoço (quando dava tempo), ou deixavam para descansar após. Não acompanhávamos os garotos no período da tarde e noite, pois íamos para o outro clube; contudo, segundo eles próprios, nenhum dos que estavam estudando freqüentava a escola no período da tarde.

Adotamos também no Sport a estratégia de chegar mais cedo que os atletas, a fim de levantarmos o máximo de informações do dia a dia.

Em uma de nossas idas ao CT, fomos surpreendidos com a presença do médico. Não era comum sua presença quando os treinos aconteciam lá, embora ele esteja nos jogos e no clube em horários estabelecidos. A sua presença naquele dia devia-se ao fato de no dia seguinte ser dia de jogo: um “clássico” da categoria, pela competição que disputavam. Mas, logo de cara, este profissional fez enormes queixas do estado do ônibus: dizia que era arriscar demais a vida dos garotos naquele transporte. Ao final deste treino, mesmo cansados, víamos no semblante e no comportamento dos garotos uma nítida confiança. E como não havia treino à tarde, a recomendação era para todos descansarem para o jogo do dia seguinte. Nenhum comentário ou recomendação do tipo: “vejam o horário da escola, à noite”. (No outro dia, os garotos do Sport ganharam o jogo, do Santa Cruz Futebol Clube, por dois a zero.) *[Nota do dia 18 de agosto de 2009]*

A diferença que observamos da comissão técnica do Sport comparada com a do Náutico, é que contava com um profissional de fisioterapia exclusivo destas categorias; pois

com relação à nutricionista, assistente social ou psicóloga, estes também não existiam no Sport Club Recife.

A diferença que observamos entre a comissão técnica do Sport e a do Náutico é que na do Sport havia um profissional de fisioterapia exclusivo destas categorias; no mais, tanto em um quanto no outro não existia nas categorias de base: nutricionista, assistente social e psicóloga.

Esclarecemos que o modo sucinto como apresentamos o universo interno dos clubes obedece a nossa intenção de não apresentar toda a estrutura desta categoria do futebol detalhe por detalhe, até por que fugiríamos do objetivo de nosso estudo. Buscou muito mais proporcionar ao leitor uma visão do ambiente onde convivem e se formam os jogadores de futebol juvenis nestes clubes de futebol profissional de Recife. Também revelar o quanto é escassa as oportunidades educacionais no universo destes clubes locais aonde os garotos tem investido tenazmente parte considerável de suas vidas.

Diariamente “aportam” nestes dois clubes inúmeros garotos em busca de um horizonte mais ameno, depositando as suas esperanças de um futuro menos doloroso do que o presente de muitos.

Os clubes de futebol, em um país como o nosso, poderiam ser (e por que não?) uma via social a colaborar com educação daqueles que dedicam parte de suas vidas a ele. Até por que, conforme atestam Marques e Samulski (2009, p. 103 apud Salamela, 1994) “Os atletas passam por processos de captação e seleção, longos períodos de formação envolvendo treinamento e competições, socializam-se no ambiente esportivo, alcançam ou não o alto nível e finalmente cessam a prática sistemática do desporto”. Por se tratar de um investimento incerto, os garotos que buscam uma oportunidade no esporte deveriam ter um mínimo de garantia, um tipo de proteção social que na sociedade atual provém da educação.

4.3 A realidade do possível

Nesta parte da pesquisa dispomos de forma esquematizada de alguns dados e características dos informantes que nos auxiliaram em ambos os clubes e que consideramos essenciais para retratar o que propomos neste trabalho. As informações contidas nas tabelas abaixo em conjunto, com a parte da categorização, sintetizam a análise desta dissertação.

Foram realizadas neste estudo entrevistas semi-estruturadas com 06 jogadores juvenis (03 em cada clube); os 02 técnicos da respectiva categoria dos clubes investigados; também os 02 supervisores de futebol da categoria alvo, sendo um de cada clube; ainda 02 pais de jogadores (um no Náutico e outro no Sport); e 01 diretor da categoria juvenil do Clube Náutico Capibaribe e com relação à direção do Sport, não conseguimos contato. Todos estes atores, de algum modo possuíam alguma ligação com o universo por nós estudado e servindo como informantes ao longo da pesquisa (ver quadro 1).

Além das entrevistas também lançamos mão de observação e anotações de campo: do grupo investigado em termos amplo (dirigente, supervisor, profissionais, pais, etc.) e do próprio ambiente em que a pesquisa se realizou.

QUADRO1 – PANORAMA DE ENTREVISTAS

UNIVERSO DA PESQUISA	QUANTIDADES DE ENTREVISTAS	MÉDIA DE PERGUNTAS FORMULADAS
Jogador juvenil	06	10
Técnico de futebol	02	10
Supervisor de clube	02	10
Pais de jogador	02	10
Diretor de futebol	01	10
TOTAL:	13	50

Os dados desta dissertação resultaram dos inúmeros discursos (formais e informais) presentes tanto nas entrevistas como nas observações. Juntas elas caracterizam a percepção dos sujeitos envolvidos no processo investigativo, além de revelar a visão que possuem com relação à temática acerca do lugar da educação no processo de formação dos jovens jogadores para o futebol profissional em Recife. Ambos os procedimentos nos proporcionaram enquanto pesquisador, uma compreensão do fenômeno sob o olhar clubístico e não-clubístico, e assim a oportunidade de analisar a questão por nós levantada com base nos dados fornecidos pelas duas esferas.

Em outras palavras, os dados dão conta do discurso do clube com relação ao valor destinado à educação no âmbito da formação para o futebol; da participação que disseram ter as instituições clubes de futebol na vida educacional dos garotos; da posição externada pelos jogadores e pais sobre esta participação; da relação observada entre os ambientes formadores e educação; e outros mais.

Para fins de tratamento dos dados obtidos, optamos pela categorização e discussão destes. Conforme Gil (2006, p.134) “a categorização consiste na organização dos dados de forma que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir deles”. Neste sentido buscamos analisar não só aquilo que explicitamente se encontrava no material coletado. Mas ainda, buscou-se desvelar os conteúdos encontrados nas entrelinhas do processo, com o rigor que é peculiar a ciência, apontando e analisando “dimensões contraditórias e mesmo aspectos silenciados”.

Todo resultado de pesquisa inclui fontes de informações em nosso caso, as tabelas por nós organizadas com base nas entrevistas, tornaram-se fontes de grande valor para categorização e interpretação. Vale mais uma vez mencionar, que como pesquisador tivemos o cuidado em preservar a identidade daqueles envolvidos, codificando suas falas

(entrevistado 1, 2, 3, etc.); pois o objetivo desta análise foi conhecer a posição dos atores sociais (a visão clubística e a não-clubística) com relação aos questionamentos realizados, tendo em vista o objeto do estudo.

No quadro nº 2, abaixo, os dados dão conta do discurso do clube com relação ao lugar destinado à educação no âmbito da formação para o futebol; da participação que disseram ter as instituições clubes de futebol na vida educacional dos garotos; da posição externada pelos jogadores e pais sobre esta participação; da relação observada entre os ambientes formadores e educação; e outros mais.

QUADRO 2 - A CAPACITAÇÃO EDUCACIONAL NO DISCURSO CLUBÍSTICO E NÃO-CLUBÍSTICO

ENTREVISTADOS QUESTÕES	OS CLUBES INCENTIVAM A ESTUDAR	OS JOGADORES ESTUDAM POR EXIGÊNCIA E INICIATIVA DOS CLUBES	QUAL O CONHECIMENTO SOBRE LEGISLAÇÃO
VISÃO CLUBÍSTICA			
DIRETORES E SUPERVISORES	SIM (100%)	SIM (100%)	DESCONHECEM
TÉCNICOS	SIM (50%) NÃO (50%)	SIM (50%) NÃO (50%)	DESCONHECEM
VISÃO NÃO- CLUBÍSTICA			
JOGADORES	NÃO (100%)	NÃO (100%)	DESCONHECEM
PAIS	NÃO (100%)	NÃO (100%)	DESCONHECEM

Quando inquiridos sobre o *tempo que se encontram vinculados aos clubes*, dos quatro profissionais ligados a categoria juvenil nos dois clubes de futebol profissional de Recife, um disse está no clube há vinte e sete anos, um falou que trabalha já há aproximadamente dez anos nesta instituição, um declarou que é funcionário do clube há dois anos e meio e um respondeu pertencer ao quadro há um ano e cinco meses.

QUADRO 3 - PROFISSIONAIS FORMADORES DOS DOIS CLUBES DE FUTEBOL DE RECIFE

ENTREVISTADOS	TEMPO QUE TRABALHA NO CLUBE	NÍVEL DE ESCOLARIDADE	IDADE
FORMADOR 1	27 ANOS	SUPERIOR	44 anos
FORMADOR 2	10ANOS	ENSINO MÉDIO COMPLETO	50 anos
FORMADOR 3	2 ANOS E MEIO	SUPERIOR	46 anos
FORMADOR 4	1 ANO E CINCO MESES	SUPERIOR	34 anos

Para esta categorização não entrou diretor e pais, pelo seguinte motivo: o primeiro é cargo rotativo no clube e muda conforme queira a presidência do mesmo. O segundo não se enquadra diretamente nesta condição e, portanto não é significativo para este aspecto.

A análise do fator tempo serve para elucidar o conhecimento do ambiente do clube; da filosofia desenvolvida por este no que remete a perspectiva do para quê formar; além de mostrar a visão dos dois lados envolvidos com o universo do futebol (visão clubística e não-clubística) sobre a importância dada pelos clubes à capacitação educacional dos seus atletas. A questão do tempo em nossa ótica serve para dar maior credibilidade às questões investigadas na medida em que se supõe que com o passar dos dias em determinado ambiente temos mais subsídios para se posicionar sobre aspectos ligados ao mesmo.

Com relação aos atletas (quadros 4 e 5), dos seis entrevistados em ambas as agremiações, dois responderam jogar no clube há dois anos, um há um ano e seis meses e os outros dois disseram está há dois meses no clube.

QUADRO 4 - OS JOGADORES DO CLUBE NÁUTICO CAPIBARIBE – CNC.

ENTREVISTADOS	TEMPO NO CLUBE	ESTUDA	ESCOLARIDADE	IDADE
JOGADOR 1	2 anos	Sim	2º ano do ens. Médio	17 anos
JOGADOR 2	1 ano e 6 meses	Sim	Supletivo (1º e 2º ano ens. Médio)	17 anos
JOGADOR 3	6 meses	Sim	3º ano ens. Médio	17 anos

QUADRO 5 - OS JOGADORES DO SPORT CLUB DO RECIFE.

ENTREVISTADOS	TEMPO NO CLUBE	ESTUDA	ESCOLARIDADE	IDADE
JOGADOR 4	2 anos	Não	8ª Série do ens. Fundamental	17 anos
JOGADOR 5	2 meses	Sim	3º ano do ens. Médio	15 anos
JOGADOR 6	2 meses	Não	2º ano ens. Médio	17 anos

Convêm destacar inicialmente determinados aspectos que consideramos pertinentes em nossa análise: primeiro que a maioria dos entrevistados estudou ou estudam. Dos dez respondentes, temos quatro formadores (técnicos e supervisores), onde três possuem nível superior e um o ensino médio. Nos seis formandos (atletas), quatro cursavam o ensino médio dentre os quais um fazia o supletivo, e dois não se encontravam estudando.

Pelos dados revelados de um modo geral, poderíamos inferir não só uma situação até certo ponto otimista, bem como desconstruir uma imagem de que o jogador de futebol é alguém que não estuda. (Um exemplo desta imagem é encontrada em Damo (2005)). No caso específico de nossos entrevistados, o que se verificou foi que tanto os ex-jogadores (os agora formadores) como os atletas apresentam uma configuração que aponta para outra direção.

Há, no entanto, de se considerar ainda outros aspectos que Gil (2006) denomina questões não explícitas os quais procuramos desvelar, afim de que houvesse uma ampla compreensão do contexto formador e da relação com a educação e assim, a análise não ocorresse sob os riscos dos reducionismos.

O primeiro destes e que precisa ser lembrado é que, no caso dos jogadores entrevistados, todos eles foram indicados pelo clube e, portanto, não tivemos nenhuma ingerência sobre a escolha. Em segundo aspecto remete ao fato de na oportunidade todos os garotos entrevistados estavam disputando a competição oficial, inclusive os que não estavam estudando, o quê neste particular nos deixou intrigado, pois consta de haver exigência da Federação para jogar a competição, dos atletas estarem estudando. Daí uma hipótese nossa é: o que a Federação exige de fato é a “matrícula”; estar estudando é outra coisa (não consultamos a Federação, esta é uma dedução pessoal, simplesmente pelos dois garotos que entrevistamos não estarem estudando e um inclusive era titular de sua equipe e outros que não foram os recomendados para entrevistas, mas com quem conversamos ao longo da pesquisa e que também não estudavam no momento).

O que supomos, e de fato é uma suposição, é dos clubes terem um “esquema” com alguma escola, ou gente ligada a ela, para efetuar a matricula dos meninos e que a exigência da Federação fica na teoria, mas não há uma fiscalização séria. Por fim, é preciso lembrar que a nossa preocupação não foi diretamente se os atletas estudam ou deixam de estudar e sim saber qual a importância dada à vida escolar dos jovens jogadores paralelo a formação para o futebol e daí investigar a participação/cooperação dos clubes de futebol profissional de Recife neste processo; algo que explicitamos melhor adiante.

Vale dizer que as séries apresentadas na tabela como ginásial e primário, referem-se à classificação do antigo sistema de ensino no Brasil, e que hoje corresponde ao ensino médio e ensino fundamental.

Buscamos também *caracterizar o perfil dos garotos envolvidos com os clubes de futebol profissional de Recife* (quadro 6). Isto serviu tão somente para confirmar aquilo dito por Souza, Júlio (2001), de que cada vez mais cedo tais “meninos” enveredam pelo mundo da bola, em busca de “vencer na vida” e com um objetivo quase exclusivo: o de profissionalizarem-se. Para isto, um número considerável de jovens acaba perdendo de vista as demais dimensões que compõe o viver humano entre as quais a educação.

QUADRO 6 – PERFIL SOCIAL DOS ATLETAS

ENTREVISTADOS	IDADE QUE INICIARAM NO FUTEBOL	POSSUÍAM ALGUM CURSO	NÍVEL ESCOLAR DO PAI/MÃE	PROFISSÃO DO PAI/MÃE
JOGADOR 1	9 ANOS	NÃO	GINASIAL/4ª SÉRIE PRIMÁRIO	MOTORISTA/DO LAR
JOGADOR 2	10 ANOS	NÃO	ENSINO MÉDIO (AMBOS)	VENDEDOR/FUNCIONÁRIA PÚBLICA
JOGADOR 3	NÃO LEMBRA	NÃO	5ª SÉRIE GINASIAL/ANALFABETA	COMERCIANTE/DO LAR
JOGADOR 4	11 ANOS	MÚSICA (BÁSICO)	ENSINO MÉDIO (AMBOS)	COMERCIANTES
JOGADOR 5	14 ANOS	NÃO	SUPERIOR (AMBOS)	FUNCIONÁRIO PÚBLICO/PROFESSORA
JOGADOR 6	10 ANOS	NÃO	ENSINO MÉDIO/SUPERIOR	ARTESÃO/TABELIÃ

A ausência deste instrumento essencial aos homens, como aponta Freitag (2001) acrescenta-lhes certa incapacidade emocional e intelectual para enxergar a complexa realidade e exigências presente no mundo contemporâneo. Em certos aspectos novamente recorremos a Sacristán (apud IMBERNÓN, 2000, p.51) para refletir com profunda seriedade do quanto: “(...) a escola deve assomar-se à vida, à sociedade, ao que a rodeia, não para substituir com os “materiais” que o meio proporciona sua própria missão, mas sim para projetá-la sobre todos esses materiais”.

Mas será que os meninos da bola, a julgar pela formação que possuem, teriam em e por si mesmos estrutura para dar conta da necessidade e da falta que a educação no futuro lhes farão? Aliás, a educação escolar é algo que necessitamos sempre. Não seria então o momento oportuno do clube contribuir como uma espécie de “tutor” daqueles a quem de certa forma lhes é entregues em uma fase decisiva da vida?

Em nosso entendimento essa é uma questão que merece ser pensada de modo profundo, principalmente diante da afirmação de Souza, Júlio (2001) de que muitos destes garotos iniciam nestes clubes com idade entre 9, 10 anos. Uma situação confirmada inclusive pelos relatos de alguns dos garotos por nós pesquisados. Os quais não só deixam suas casas paternas ainda meninos, como ficam a mercê dos clubes, dirigentes e “empresários”, o que reafirma a nossa posição de que tais instituições sociais deveriam ser em parte responsabilizadas pela vida educacional destes meninos. Embora concordemos com Damo (2005) de que não se deve por sobre os ombros dos clubes brasileiros todo o peso; o problema é que até o presente momento, no caso do futebol brasileiro, nenhuma responsabilidade deste tipo é atribuída a estas instituições formadoras de jogadores de futebol e com quem os garotos possuem algum tipo de vínculo. A única parte que lhe compete no momento (pelo menos para a maioria) é os lucros com a negociação dos jovens atletas. E, diga-se de passagem, rende lucros consideráveis.

Não seria, portanto a ocasião dos clubes brasileiros adotarem uma ação similar ao que é feito na França. Lá, a formação vai além dos gramados demonstrando uma preocupação social, pois se os garotos não derem certo como jogador tem a possibilidade de dar continuidade a sua vida, visto que ações sociais integradas (a formação clubística e a formação escolar) foram empreendidas neste sentido.

A formação futebolística que visa à profissionalização precisa ser entendida, revelada e encarada como algo adstrito a um contexto limitado, sem muita perspectiva fora deste

eixo. Indaguemos, pois em qual lugar no mundo contemporâneo se requisitam comumente tais instrumentos além das quatro linhas do gramado? Quando muito, alguns se tornarão instrutores/técnicos, mas, isto é coisa que no futebol moderno e mercantilizado tem cada vez menos espaço. No mundo globalizado a formação especializada tem se tornado prerrogativa.

Questionamos também em nossa análise, se na ausência dos pais e mesmo com eles próximos, até que ponto esses garotos encontrados nos dois clubes de Recife, teriam eles condições reais de decidir ou não, por todas as fichas no futebol. E, assim acontece com a maioria deles, como revelou o ex-jogador Raí em sua entrevista ao Jornal Hoje da TV Globo em 09 de fevereiro de 2009. Meninos destituídos de uma estrutura social e que chegam aos clubes, movidos pela condição sócio-econômica espelhada pela maioria deles e que confirmamos especificamente com a pesquisa em Recife.

Com respeito à idade atual dos juvenis levantados, ela varia entre quinze e dezessete anos, sendo que a maioria chega aos clubes, no caso desta categoria, aos quinze anos. Isto faz parte de uma cultura do futebol moderno, que cada vez mais procura se investir em garotos o quanto antes (a maioria dos atletas entrevistados disseram ter iniciado com a mesma idade ou próxima da destacada por Souza, Júlio (2001)). Isto para como diz Rodrigues (2004) poder, “moldar” os atletas as demandas do novo modelo futebolístico (o do futebol de espetáculo). Dos seis garotos que entrevistamos somente um o de quinze anos falou ter começado a jogar recentemente (há um ano), outro sequer lembra: “Há faz muito tempo, muito novo...”.

Como diz Damo (2005) os garotos brasileiros são desterritorializados (seja em nosso país ou para fora dele) ainda muito cedo; são na essência da palavra “verdadeiros meninos” e deveriam ter seus direitos constitucionais de cidadania respeitados e assegurados. E, como atesta Sifuentes (2009) um dos principais é o direito fundamental à educação.

Quando da investigação condição sócio-econômica dos atletas em um dos dois clubes, averiguamos algo bastante difundido no meio futebolístico, que a maior parte dos garotos que buscam uma oportunidade de se tornar jogadores profissionais, é proveniente do meio menos favorecido de nossa população.

Os dados dessa averiguação foram obtidos através de um dos integrantes da comissão técnica. O qual, após consultar uma ficha cadastral dos garotos nos forneceu duas informações

Com respeito à idade atual dos juvenis levantados, ela varia entre quinze e dezessete anos, sendo que a maioria chega aos clubes, nesta categoria, aos quinze anos. Uma cultura do futebol moderno, que tem procurado investir em garotos o quanto antes (a maioria dos atletas entrevistados disseram ter iniciado com a mesma idade ou próxima da destacada por Souza, Júlio (2001). Segundo Rodrigues (2004) quanto mais novos chegam aos clubes, facilita “moldarem-se” às demandas do novo modelo futebolístico (o do futebol de espetáculo). Dos seis garotos que entrevistamos somente um, o de quinze anos, falou ter começado a jogar recentemente (há um ano), outro sequer lembra: “Há faz muito tempo, muito novo...”.

Como diz Damo (2005) os garotos brasileiros são desterritorializados ainda muito cedo; são “verdadeiros meninos” e deveriam ter seus direitos constitucionais de cidadania respeitados e assegurados. E entre outros tantos Sifuentes (2009) afirma ser um dos principais: o direito fundamental a educação.

Quando da investigação sócio-econômica destes atletas num dos clubes, ratificamos algo difundido no meio futebolístico, de que a maior parte dos garotos que buscam uma oportunidade para se tornar jogadores profissionais, são provenientes do meio social menos favorecido de nossa população.

Os dados dessa averiguação foram obtidos através de um integrante da comissão técnica. O qual, após consultar uma ficha cadastral dos garotos nos forneceu duas informações básicas. A primeira mostrava que dos 29 garotos existentes naquele grupo, 3 pertenciam a classe sócio-econômica alta, 6 eram de classe sócio-econômica média e o restante do grupo da classe sócio-econômica baixa. Logo, 20 dos garotos da equipe juvenil eram oriundos do meio social desfavorecido de nossa população e provavelmente, estes meninos como outros de mesma condição, vêem no futebol uma saída para sua situação de adversidade que atravessam.

A segunda: o clube classificava os garotos por uma base salarial própria, justificada, segundo ele, pelo perfil registrado dos garotos que procuram este clube. Deste modo, os de *classe baixa* eram considerados “aqueles cujas famílias recebiam até três salários mínimos”; os de *classe média* “os que tinham renda de quatro a oito salários mínimos”; os de *classe alta* “os que as famílias possuíam renda a partir de nove salários mínimos”.

Essas informações nos foram fornecidas por àquele membro da comissão técnica no respectivo período da pesquisa, podendo neste momento apresentar outra configuração.

O perfil específico dos garotos deste clube pode ser um indicador para explicar um dos motivos porque entre a maioria dos jovens futebolistas locais, o saber letrado é acompanhado de um discurso frágil como o do entrevistado 8: “Já parei para pensar que se parar de jogar é muito difícil sem estudo, (para por um tempo pensativo e continua), às vezes agente perde a noção do tempo, só sei que dia é hoje, por que você me falou. Sem estudo é difícil. O clube levou meu histórico para Federação e todo dia eu peço e eles não traz”. Esta fala pertence a um atleta que não estava estudando e se encontrava no clube há dois anos e meio. Falta a este garoto e outros mais vinculados ao futebol, aquilo que Bourdieu (1989) diz fazer diferença no mundo contemporâneo: o capital cultural.

Para reforçar a tese do autor acima, recorremos à entrevista anteriormente mencionada concedida pelo ex-jogador de futebol profissional Raí, ao “Jornal Hoje” (Rede Globo de Televisão), em 09/02/09. Na ocasião a repórter lhe indagou assim: “Qual seria sua mensagem aos pais de crianças e jovens que preferem incentivar os filhos a jogar futebol e não ao estudo?” Ao que respondeu:

Hoje em dia, em qualquer profissão, o jovem que tem uma formação melhor é valorizado. No futebol não é diferente. Eu e meu irmão, o Sócrates, tivemos a oportunidade de ter uma boa formação. Isso valoriza o atleta. Em segundo lugar, são muito poucos os garotos que chegam a ser profissionais. Eu passei um tempo no São Paulo e sei que durante um ano milhares fazem testes, mas só três ou quatro conseguem passar. O caminho é longo! Se o jovem aposta tudo no futebol, está condenando não só sua carreira, mas toda a sua vida. A família tem que pensar no futuro por todos os lados, até porque, há outros riscos. Tive amigos que com 17 ou 18 anos se contundiram e não conseguiram continuar a carreira. (Destaque nosso)

Aqueles vinte atletas apontados acima pertenciam um extrato social comumente desprovido e destituído de uma série de bens culturais importantes e é provável que o fator educação, seja visto por estes jovens como um elemento estranho. Um fato que se justifica em virtude de não enxergarem a escola um prolongamento natural de suas vidas cotidianas. Esta, ao contrário, em muitos casos intencionalmente descaracterizada pelas classes elitizadas, impedindo tais indivíduos de enxergarem a educação como uma via de ascensão. O inverso do que acontece com os mancebos das classes privilegiadas.

Analisando em conjunto os fatores, idade com que iniciaram e iniciam esses meninos no futebol e a estrutura social da qual se originam, nos indagamos: diante do número excessivo de jogadores que saem de casa todo dia em nosso país em busca do sonho de ser um profissional dos gramados; o que do ponto de vista social podemos esperar no futuro? Precisamos urgentemente nos perguntar sobre o que serão e farão os garotos ao não

atingirem o objetivo e pior: sem formação para prosseguir em mundo no qual como nos disse Brandão (2005) para viver e saber conviver necessitamos da educação.

Talvez, não seja necessário esperar tanto para termos uma projeção do caos social. Pois na atualidade, os horizontes tem se mostrado deveras estreitos para quem não possui os instrumentos que somente a educação pode oferecer, conforme nos diz Sifuentes (2009).

Quando nos reportamos à questão *do vínculo escolar dos atletas clube a clube*, este é um aspecto de nossa pesquisa que carece de melhor explicação por dois motivos simples. O primeiro é que tal aspecto visto de modo “in passant”, mostraria uma situação com relação à vida educacional dos atletas, bem mais acomodada no Clube Náutico Capibaribe; Pois, os três atletas entrevistados neste clube, encontravam-se estudando e no caso do Sport Club do Recife, dos três entrevistados apenas um estudava no momento.

Valemo-nos nesta, principalmente das informações obtidas através das conversas informais e que revelam o discurso implícito. Estas nos permitiram tecer uma realidade social muito mais complexa da vida clubística, do próprio ambiente formador e da vida educacional dos garotos.

Fato encontrado com a pesquisa foi que tanto no Náutico como no Sport, os atletas juvenis afirmaram ser deles a iniciativa de estarem estudando. Muitos disseram que o clube até cobrava deles estudarem, mais logo deixaram escapar ser uma cobrança superficial e sem compromisso. De fato o que o clube cobra é a matrícula daí por diante, com relação a estudar, é como fala o entrevistado 3: “(...) foi coisa minha mesmo”.

Ou conforme o entrevistado 1: “O clube não demonstra preocupação com o estudo da gente não. Não há nenhuma pegada, nenhuma preocupação, (...). O clube cobra muito é com relação aos treinos, cobrança de horário e a cobrança é tão grande que às vezes a gente relaxa no estudo. Por exemplo, este ano de 2009 eu dei uma relaxada, pois às vezes chego tão cansado que não vou à escola. A cobrança da diretoria é só resultado e empenho”.

O que vimos nestas instituições reflete a visão dos dirigentes de futebol no Brasil, aliás, a visão de educacional de um país. Educação que nunca foi levada a sério por quem de fato. Para constataremos basta consultar manuais como Romanelli (1984) ou quem sabe comparar o salário de nossos “mestres”, ou as propagandas enganosas. Tudo isso externa um modelo que reflete em última instância as relações sociopolíticas de que nos fala Caldas (1994) onde se perpetuam o descaso e o faz de conta. Principalmente para com aqueles mais necessitados de suporte emocional, econômico e educacional, estendendo-se para o futebol as mazelas sociais de uma sociedade assentada na ideologia de dominação dos mais esclarecidos sobre os que vivem “nas cavernas” da ignorância produzida.

Percebemos entre os dois clubes que nenhum nem outro se sobrepõem com relação à vida educacional dos atletas. Ambos portam o discurso da preocupação sem, contudo, desenvolverem ações concretas na prática que nos permitisse apontar dentro do modelo formador destes clubes de Recife, uma peculiaridade ou diferença no trato com os garotos, projetando neles futuros cidadãos. Destarte, se levarmos em conta o que diz Damo (2005) a respeito da quantidade de meninos que não viram jogador e investem tudo nesse campo, dá para pensar no clube de futebol neste modelo formador, enquanto instituição a desserviço da nação.

No cotidiano, há ênfase acentuada e exclusiva (há algumas exceções) em preparar o talento para atingir o melhor de sua *performance* atlética. Isto sim parece definir o alvo da formação nos dois clubes de Recife. Não achamos ser meta de o futebol cuidar de educação, isso é dever do Estado conforme declara a Constituição. Também entendemos que formar para profissão é o motivo de ser dos clubes. Apenas vemos no foro clubístico uma oportunidade de cooperar com a educação de “seus garotos”, sem dizer que se constitui uma responsabilidade social (expressa na Lei Gilmar Machado no Art. 29) com o futuro das gerações que não só acorrem a eles, mas investem parte importante de suas vidas ali. Desta

responsabilidade também dá conta o que está escrito no Art. 205 da Constituição Federal do Brasil.

Sendo assim, neste trabalho, a discussão se voltou para saber se, *os clubes de futebol profissional de Recife incentivam (valorizam) à capacitação educacional dos atletas juvenis que com eles tem um compromisso firmado*. Verificou-se de um lado a visão clubística (diretor, supervisor e técnico), e de outro a posição não-clubística (atletas e pais).

No primeiro caso, constatou-se uma não unidade dos discursos. Enquanto uns afirmaram que o clube promovia e incentivava, paralelo a formação profissional dos atletas, desenvolverem o lado educacional; outros deixaram transparecer ser esta uma área na qual o clube deixa a desejar. Uma parte, aliás, de extrema importância para o futuro dos atletas, pois garante a proteção destes “meninos”. Um meio conforme Sifuentes (2009) de salvaguardar um direito constitucional e social e também em nosso entendimento a alternativa mais segura para àqueles não exitosos no futebol e que não são poucos; os quais teriam o recurso da educação para dar continuidade às suas vidas.

Das entrevistas com cinco atores ligados aos dois clubes (profissionais e diretor), três disseram que os clubes demonstravam preocupação e incentivava os seus atletas juvenis com relação à vida educacional. Um destes três em seu discurso disse que o clube participava efetivamente desta parte da vida dos garotos. Outro dos três entrevistados reforçou esta posição com referência ao incentivo para aos garotos estudarem: “É só o menino querer. Às vezes não joga futebol e nem quer estudar, o clube oferece condições para ele, hoje é uma maravilha”. O entrevistado, porém não explicou, nem deixou claro, que condições eram estas oferecidas pelo clube aos garotos que buscam uma oportunidade em suas fileiras.

O quarto entrevistado, no entanto, revelou, porém certa ambigüidade com relação a esta questão, hora falou haver a preocupação do clube, mas ao mesmo tempo deixou escapar

que muitos garotos não estudavam por não ter quem os acompanhasse/fiscalizasse. Isto ficou evidente em suas palavras: “No campo eles (eles é no caso, o clube de futebol) se preocupam muito, pra épocas passadas, o garoto não tinha o acompanhamento e a oportunidade que têm hoje. Agora em termos de colocar o garoto na escola, para eles, eles se preocupam, mas eles também... (uma longa pausa, pensa e continua) aqui, as pessoas se preocupam em colocar os garotos na escola, mas os garotos mesmo é quem não tem interesse. Os que moram na região (Recife, Olinda, Jaboatão), estudam. Mas, os que vêm de fora (*esses são os meninos que moram no clube os quais em tese o clube deveria ter uma maior responsabilidade*); esses como não têm quem fiscalize ou exija, ficam sem estudar” (Grifo nosso).

O quinto profissional entrevistado mais contundente com relação ao fato do clube se interessar ou não pela vida educacional dos atletas. Disse ser possível conciliar o futebol com a escola, pelo menos até a categoria juvenil, onde os treinos só ocorrem em um período. “Quando chegam à última categoria de base do futebol (Júnior), os treinos aumentam e seria preciso ter a compreensão das escolas. Quanto à participação do clube formador, na vida educacional dos juvenis, acho que o clube trata muito superficialmente, por cima. Ele tem interesse que o garoto estude, mas não faz o acompanhamento disso”.

Conforme apontamos anteriormente, houve dissonâncias no discurso clubístico com relação à vida educacional dos atletas juvenis neles formados. Nem todos que “representavam” a parte institucional, revelaram em suas falas a visão de ser a educação um elemento importante no ambiente clubístico. Naquilo por nós constatado, até existia um discurso por parte do clube quanto a incentivar a vida educacional de seus atletas da categoria juvenil do futebol; porém recorrendo novamente ao entrevistado 5, “(...) é algo muito superficial”. Ou conforme Souza, Júlio (2001); Rodrigues (2003) e Damo (2005) neste contexto de fato interessa é preparar “pés de obra” com uma única preocupação:

atender o mercado consumidor do espetáculo. Aqui, como disse um técnico a um programa da Sportv de novembro de 2009, “não há meninos e sim atletas”. Se não há meninos, nem gente, não há também cidadania, nem como diz Sifuentes (2009) direito fundamental à educação.

Com relação à posição não-clubística, os atletas e pais foram unânimes em dizer que a educação dos jovens futebolistas não se constituía numa preocupação dos clubes de futebol profissional de Recife.

Um exemplo disso encontra-se nas palavras do entrevistado 3: “Neste clube foi coisa minha mesmo. Não é desmerecendo o Nordeste, mas, no Nordeste, todo clube não se interessa pela formação educacional dos atletas, é coisa que nós temos que tomar iniciativa”. Esse garoto já havia jogado em clubes de São Paulo.

De modo similar o entrevistado 9: “Eu não vejo exigência do clube; alguns garotos até pedem para estudar, mas...”.

Na mesma linha o entrevistado 4, reforçou: “o meu filho estudou porque um treinador do futebol de salão arrumou uma bolsa de estudos e depois, porque a mãe dele pagou por um tempo. O futebol de campo não fez nada”.

Procuramos contrapor os discursos no sentido de o fenômeno ter sido apresentado sob as duas perspectivas e assim a análise se efetivasse na mais ampla dimensão, assegurando o posicionamento a ambas as partes.

Destarte, constatamos que o ambiente dos clubes de futebol profissional de Recife envolve inúmeros garotos e a esse respeito o treinador de uma das equipes disse: “nesse ano houve um dia que numa única peneira reunimos duzentos meninos em idade de juvenis. Garotos que em sua maioria encontram-se destituídos e despossuídos de uma formação para a vida. Indivíduos que enveredam por este universo formador (o do mundo da bola) o qual ao invés de alargar termina por estreitar os horizontes destes meninos. A maioria deles

despreparados culturalmente (pela falta dos recursos provenientes do saber escolar), não terão como estender a formação recebida no interior dos clubes para outros setores da vida contemporânea por ser bastante limitada. Disto fala Damo (2005) em sua tese de doutorado.

Com este estudo verificou-se nos discursos dos atletas e em parte das pessoas ligadas aos clubes, existir uma lacuna proveniente da instituição clube de futebol, em participar efetivamente para o desenvolvimento da vida dos “pretensos” jogadores.

Embora a parte principal do futebol seja formar futebolistas e como já dissemos não questionamos isso. Nada impediria, basta haver vontade, que estas instituições ligadas à vida social, conforme Elias (1995) interdependentes, participarem para o desenvolvimento educacional de seus atletas. À exemplo do que fazem os clubes franceses em seu papel mais amplo na sociedade, conforme Damo (2005). Uma visão para além dos particularismos e individualidades típicas da abordagem utilitarista a qual em nosso entendimento não dá conta da complexidade que abarca a vida humana.

No Brasil, o ambiente do futebol profissional como fala Manhaes (2002) se caracterizou historicamente por uma não intervenção efetiva do Estado, a não ser quando tinha seus interesses. Talvez por isso seja que neste contexto ainda predomine um obscurantismo típico de algumas instituições medievais, com ênfase sobre as categorias de base.

É preciso fugir do discurso simplista e ideológico de que somos diferentes da Europa e por isso as iniciativas como a dos clubes franceses em contribuir para educação dos jovens jogadores, é coisa fora de nossa realidade social e aqui não daria certo. Se no momento não tem dado, é muito mais pela nossa “cultura” colonialista das casas grandes e senzalas que atravessou os tempos e ainda hoje se mantém para benefícios de uma única classe social àquela que como diz Chauí (2006) vive não só da inculcação ideológica das massas, mas principalmente de manter os mitos da alienação e da opressão.

Um exemplo concreto de que é possível os clubes brasileiros contribuir nessa direção é apontado por Cardoso (2007). Mesmo sendo poucos, há clubes com esta preocupação no Brasil servindo de exemplos a serem seguidos, entre eles estão o Cruzeiro de Belo Horizonte e o Clube Atlético Paranaense (Curitiba). Nestes os garotos ocupam um de seus turnos com a vida escolar e por iniciativa do clube de investir nos seus atletas.

Quanto a isto, destacamos um evento ocorrido em julho 2007, no qual o Clube Atlético Paranaense reuniu 30 pais de atletas no seu centro de treinamento e naquela ocasião, o depoimento especial foi o de dona Ceridalva de Araújo, mãe de um atleta, que fez questão de registrar a sua felicidade pelo novo horizonte que o clube abriu para seu filho: “Quero agradecer porque, se meu filho não der certo no futebol, sei que o clube o formou como cidadão”.

Essa iniciativa do Atlético deveria ser vista não com admiração, mas, como algo a ser praticado pelos clubes brasileiros de futebol; principalmente por haver no País, uma lei federal, a Lei 10.672/03 (Lei Gilmar Machado), a qual em seu Art.29 diz ter os clubes de futebol brasileiros entre obrigações a de “(...) ajustar o tempo destinado à formação aos horários do currículo escolar ou curso profissionalizante, exigindo o satisfatório aproveitamento escolar” dos seus atletas.

No contexto das entrevistas uma questão que também inserimos foi a de saber *qual o conhecimento que os entrevistados tinham acerca da Lei Gilmar Machado*. O que se verificou com o estudo foi um total desconhecimento da mesma, seja da parte do clube, seja pelo universo não-clubístico. O que nos impressionou não foi tanto os atletas e pais não terem familiaridade com a legislação; mas, sim o clube, de quem se esperava ao menos ter ouvido falar de uma lei que é além de recente (março de 2003), possui determinações explícitas para as instituições formadoras para o futebol profissional.

As respostas obtidas configuraram além da “ignorância”, um “estranhamento”; para sermos mais direto, do diretor de futebol, aos supervisores e técnicos, até chegar aos atletas e pais; a resposta mais sincera e unânime foi: “não conheço”.

Sem obedecer à seqüência exata eis alguns discursos quando indagamos sobre o conhecimento da lei:

*Entrevistado 2 falou: “Não! Não!”.

*Entrevistado 1 colocou: “ Não nunca ouvi falar e nenhum clube falou...”.

*Entrevistado 8 arrematou: “Nunca ouvi falar da Lei Gilmar machado”.

*Entrevistado 9 pontuou: “Só ouvi falar, mas não sei ao certo o que é não”.

*Entrevistado 11 especulou: “Não. Não sei se foi uma lei que abrange a condição de vida dos atletas; de dá direito da estabilidade dos atletas, acho que não é isso. Não tenho conhecimento, tenho dúvidas”. Esta, porém foi a primeira e única pessoa que nos pediu para falar sobre a lei.

Essa legislação apontada foi a mesma da qual falou o atual Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, quando da sua promulgação em março de 2003, definindo-a como àquela que haveria de moralizar o nosso futebol. Ao menos no caso específico das categorias de base dos dois clubes de futebol profissional de Recife, ela pareceu bastante distante do mundo da formação dos jovens atletas e da administração clubística e, portanto sem o reconhecimento do “status” apontado pelo Chefe da Nação.

A impressão que temos é a mesma apresentada por Manhaes (2002) no futebol o Estado brasileiro somente intervém quando é de seu interesse, ficando a regulação do desporto a revelia da esfera privada, no caso a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) e as Federações locais, que se digam de passagem caracterizam verdadeiros regimes monárquicos.

Como tudo em nosso país tende a favorecer as classes detentoras do poder ficamos a indagar: para que lado se inclina a lei tida como moralizadora de nosso futebol? Para os garotos ou para os clubes?

Por enquanto ficam apenas as indagações e os discursos dos atores que nem sequer sabiam que existe uma lei que veio para uniformizar uma questão de caráter pedagógico que até então não tinha sido discutida no âmbito do futebol profissional; muito menos pelos que fazem educação neste país. Em nossa visão, ainda que timidamente, a lei Gilmar machado significa, apesar do desconhecimento, uma possibilidade de avanço social.

Por fim, também buscamos neste estudo, verificar *a relação do ambiente formador dos jovens futebolistas dos clubes profissionais de Recife com a educação*. Aqui fomos pouco a pouco, tecendo essa relação a partir das observações transformadas em notas de campo frutos da incursão feita nos departamentos das categorias juvenis de ambos os clubes.

Embora tenhamos coletados diversos materiais - uma espécie de etnografia dos clubes - limitamo-nos àqueles aspectos que a nosso ver serviu para dar conta de nosso objetivo, tentando assim, fugir da chamada “ganga impura”; uma metáfora usada por Freud, Marx e outros autores, para falar que num grande volume de dados, somente uma pequena parte é que importa.

Quanto às *atividades promovidas pelos clubes para contribuir na educação dos seus jovens atletas*, observamos a seguinte situação. Durante a nossa passagem pelos tais, buscamos identificar as mais diversas ações desenvolvidas por estas instituições formadoras capaz de revelar preocupação educacional com os atletas. Algo que demonstrasse está à formação para o futebol sintonizada com as exigências deste, mas também com o mundo contemporâneo e suas complexidades; preocupações humanizantes e humanizadoras.

Rodrigues (2003) fala de uma formação globalista, oposta a formação tradicional, a primeira é desenvolvida no Sport Club Internacional de Porto Alegre e segundo o mesmo

autor, visa o sujeito integral. Nos clubes de Recife, o que vimos em termos de formação está aquém da “teoria globalista”. Embora façamos ressalvas à chamada formação integral apresentada por Rodrigues (idem). Pois, a nosso ver é mais uma maneira “sofisticada” de formar para o novo futebol: o de espetáculo. Falta nesta e noutras formações o peso decisivo sobre o ideal de cidadania que vem pela educação. O instrumento como diz Nelson Mandela com o poder de transformar o mundo.

Com relação ao modelo formador dos atletas juvenis dos clubes de Recife, o mesmo era composto apenas do treinamento com vistas à formação do jogador e nada mais. Não vimos na realidade local, nenhuma palestra realizada com os garotos ou qualquer atividade cultural e educativa (tipo: cuidados de higiene, de cuidado com o corpo (conscientização corporal), de alimentação, de orientação escolar e mesmo profissional e ainda de comportamentos sociais capaz de assomar-se a vida esportiva, agregando valores possíveis de alargar os horizontes dos atletas formados no interior destes clubes.

Com respeito às *instalações (estrutura física) dos clubes*, observamos que paralelo à falta de oportunidades de atividades complementares, também não havia nas dependências destas categorias, condições estruturais que remetam ao plano da educação (mesmo para os profissionais os recursos neste sentido são escassos). Não vislumbramos nenhuma iniciativa clara como a que aponta Cardoso (2007) existir em clubes como o Cruzeiro, Vasco e Atlético Paranaense; como bibliotecas, “lan-house” e outros equipamentos de acesso a educação.

Para sermos sinceros o ambiente físico dos jovens futebolistas de Recife, além de “pobre” do ponto de vista cultural, não anunciava horizontes dos melhores. Os garotos só passavam a serem olhados com atenção quando ascendia ao time profissional, fora disso não passavam de um departamento sem o cuidado que conhecemos na prática haver em outros centros do futebol brasileiro (São Paulo e Paraná, nos quais jogamos e trabalhamos).

Também *constatamos ausência nos departamento das categorias juvenis de alguns profissionais importantes neste processo formador*. Como diria Brandão (1994) a educação se dá de diversas formas, e uma das quais se efetiva é nas interações e nos contatos com pessoas especializadas que nos transmitem outros conhecimentos, capaz de nos fazer ao menos repensar comportamentos nossos. Perdura em nossa opinião, além de uma visão estreita dos clubes de futebol locais; também certo “amadorismo” na maneira de “fazer futebol” dentro da nova configuração imposta pelo mundo globalizado.

Falta aos clubes locais, e outros tantos do Nordeste, uma estrutura similar a que tivemos a oportunidade de ver e conviver no Atlético Paranaense e na Sociedade Esportiva Palmeiras. Para se ter noção, pelo menos três profissionais tornaram-se imprescindível no ambiente de formação para o futebol e não os encontramos nestas categorias dos dois clubes de Recife: uma psicóloga (para auxiliar o lado emocional desses meninos, a maioria inclusive portando problemas dessa natureza e que é normal); uma nutricionista (vimos nestes clubes, e sabemos pela nossa experiência, dos hábitos alimentares inapropriados para atletas); por fim uma assistente social (para auxiliar não só de aspectos ligados a vida familiar dos garotos, mas na ausência de uma pedagoga, da parte educacional). Foi o que nos disse o entrevistado 5: “Tá faltando é uma assistente social”.

O quadro encontrado nos dois clubes acaba se constituindo num alerta no sentido de pensar o que pode ser no futuro tais garotos. Pois, embora dos seis entrevistados apenas dois não estivessem estudando; outros que tivemos contato ao longo da observação de campo não estavam na escola e mais, haviam deixado a mesma há tanto tempo que a perspectiva de retorno é de preocupar. Pois a cada dia a relação com a escola vai ficando distante e sem sentido e neste contexto não detectamos nenhuma ação efetiva dos clubes (profissionais acompanhando, um tipo de educador social) para motivá-los a retomarem e se manterem estudando.

Mesmo Damo (2005) dizendo não ser esta uma dificuldade exclusiva da realidade do futebol brasileiro, pois segundo ele na França e Itália, também ocorrem estas dificuldades dos garotos não se sentirem motivados para frequentarem a escola. Acontece que além de muitos destes garotos morarem nos clubes e, portanto longe de seus pais; também não se encontram suficientes amadurecidos para decidir por não estudar, principalmente por que isto diz respeito ao que eles poderão vir a ser no futuro. E se não bastar, lembramos que a condição de vida dos jovens jogadores franceses, não se assemelha a vida dos jovens atletas brasileiros. É preciso recordar para quem possa ter esquecido: vivemos mais do que nunca num país de enormes desigualdades sociais e os despossuídos das benesses “naturais” pagarão caro (muito já sabem o preço) por não terem uma formação; se bem que alguns ignorem ou menosprezem tal fato.

Percebemos nestes clubes *a falta de fiscalização/acompanhamento mesmo para os que estudam*. No ambiente dos dois clubes, mesmo os que estudam se vêem sozinhos num duelo de titãs. Todo o ambiente em sua volta é-lhes adverso, pois mesmo o clube apenas os matricula, ficando daí pra frente os garotos sós e órfãos de alguém para incentivá-los e orientá-los como fazemos com os nossos filhos na construção de suas vidas educacionais os quais possivelmente se extraviariam sem esse suporte necessário.

Sabemos pela nossa própria experiência o quanto os atrativos e engodos do mundo da bola tende a desviar os garotos da vida escolar, não são poucos os exemplos de atletas que vislumbrados pelo glamour, largaram a escola, coisa que poderia ser evitada se neste universo houvesse alguém com a função de acompanhar esta parte da vida dos garotos. Ressalte-se algo essencial não só para àqueles que conforme Damo (2005) e Souza, Júlio (2001) ficarão pelo caminho. Mas também para àqueles de quem falou o jornalista Armando Nogueira, que por não terem educação não sabem o que fazer com o dinheiro que ganho com o futebol.

A ausência da parte clubística resultará pouco a pouco no que diz o entrevistado 1: “Os meus colegas de concentração, vai (sic) para escola quando quer”.

Encontramos nestes clubes *jovens desinibidos, mas que ressentem de uma base intelectual*. Não restaram em nós dúvidas do potencial, da inteligência e da criatividade meninos encontrados nos dois clubes de futebol de Recife e possivelmente em outros pelo Brasil afora. Mas se por um lado havia esse potencial, por outro é nítido a pobreza intelectual destes acabando por torná-los presas fáceis e vítimas de um sistema social produtor e reproduzidor de suas próprias mazelas sociais. Faltam a estes garotos destituídos das benesses da vida um instrumento sem precedentes, o qual Bourdieu (1989) dirá ser na vida o elemento que os distingue e os definem.

Sem a educação, nos diz Freitag (2001) perdemos a nossa essência humana, encontramos-nos mutilados e daí inferimos a impossibilidade de inclusão a determinados grupos sociais, faltando-nos para isso os elementos essenciais para participar da vida no amplo sentido.

Sem obedecer à seqüência exata eis alguns discursos quando indagamos sobre o conhecimento da lei:

*Entrevistado dois falou: “Não! Não!”.

*Entrevistado um colocou: “ Não, nunca ouvi falar, e nenhum clube falou...”.

*Entrevistado 8 arrematou: “Nunca ouvi falar da Lei Gilmar machado”.

*Entrevistado 9 pontuou: “Só ouvi falar, mas não sei ao certo o que é não”.

*Entrevistado 11 especulou: “Não. Não sei se foi uma lei que abrange a condição de vida dos atletas; de dá direito da estabilidade dos atletas, acho que não é isso. Não tenho conhecimento, tenho dúvidas”. Esta, porém foi a primeira e única pessoa que nos pediu para falar sobre a lei.

Essa legislação apontada foi a mesma da qual falou o atual Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, quando da sua promulgação em março de 2003, definindo-a como àquela que haveria de moralizar o nosso futebol. Ao menos no caso específico das categorias de base dos dois clubes de futebol profissional de Recife, ela pareceu bastante distante do mundo da formação dos jovens atletas e da administração clubística e, portanto sem o reconhecimento do “status” apontado pelo Chefe da Nação.

A impressão que temos é a mesma apresentada por Manhaes (2002) no futebol o Estado brasileiro somente intervém quando é de seu interesse, ficando a regulação do desporto a revelia da esfera privada, no caso a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) e as Federações locais, que se digam de passagem caracterizam verdadeiros regimes monárquicos.

Como tudo em nosso país tende a favorecer as classes detentoras do poder ficamos a indagar: para que lado se inclina a lei tida como moralizadora de nosso futebol? Para os garotos ou para os clubes?

Por enquanto ficam apenas as indagações e os discursos dos atores que nem sequer sabiam que existe uma lei que veio para uniformizar uma questão de caráter pedagógico que até então não tinha sido discutida no âmbito do futebol profissional; muito menos pelos que fazem educação neste país. Em nossa visão, ainda que timidamente, a lei Gilmar machado significa, apesar do desconhecimento, uma possibilidade de avanço social.

Por fim, também buscamos neste estudo, verificar *a relação do ambiente formador dos jovens futebolistas dos clubes profissionais de Recife com a educação*. Aqui fomos pouco a pouco, tecendo essa relação a partir das observações transformadas em notas de campo frutos da incursão feita nos departamentos das categorias juvenis de ambos os clubes.

Embora tenhamos coletados diversos materiais, uma espécie de etnografia dos clubes, limitamo-nos àqueles aspectos que a nosso ver serviu para dar conta de nosso

objetivo, tentando assim, fugir da chamada “ganga impura”; uma metáfora usada por Freud, Marx e outros autores, para falar que num grande volume de dados, somente uma pequena parte é que importa.

Quanto às *atividades promovidas pelos clubes para contribuir na educação dos seus jovens atletas*, observamos a seguinte situação. Durante a nossa passagem pelos tais, buscamos identificar as mais diversas ações desenvolvidas por estas instituições formadoras capaz de revelar preocupação educacional com os atletas. Algo que demonstrasse está à formação para o futebol sintonizada com as exigências deste, mas também com o mundo contemporâneo e suas complexidades; preocupações humanizantes e humanizadoras.

Rodrigues (2003) fala de uma formação globalista, oposta a formação tradicional, a primeira é desenvolvida no Sport Club Internacional de Porto Alegre e segundo o mesmo autor, visa o sujeito integral. Nos clubes de Recife, o que vimos em termos de formação está aquém da “teoria” globalista. Embora façamos ressalvas à chamada formação integral apresentada por Rodrigues (idem). Pois, a nosso ver é mais uma maneira “sofisticada” de formar para o novo futebol: o de espetáculo. Falta nesta e noutras formações o peso decisivo sobre o ideal de cidadania que vem pela educação.

Com relação ao modelo formador dos atletas juvenis dos clubes de Recife, o mesmo era composto apenas do treinamento com vistas à formação do jogador e nada mais. Não vimos na realidade local, nenhuma palestra realizada com os garotos ou qualquer atividade cultural e educativa (tipo: cuidados de higiene, de cuidado com o corpo (conscientização corporal), de alimentação, de orientação escolar e mesmo profissional e ainda de comportamentos sociais capaz de assomar-se a vida esportiva, agregando valores possíveis de alargar os horizontes dos atletas formados no interior destes clubes.

Com respeito às *instalações (estrutura física) dos clubes*, observamos que paralelo à falta de oportunidades de atividades complementares, também não havia nas dependências

destas categorias, condições estruturais que remetam ao plano da educação (mesmo para os profissionais os recursos neste sentido são escassos). Não vislumbramos nenhuma iniciativa clara como a que aponta Cardoso (2007) existir em clubes como o Cruzeiro, Vasco e Atlético Paranaense; como bibliotecas, “lan-house” e outros equipamentos de acesso a educação.

Para sermos sinceros o ambiente físico dos jovens futebolistas de Recife, além de “pobre” do ponto de vista cultural, não anunciava horizontes dos melhores. Os garotos só passavam a serem olhados com atenção quando ascendia ao time profissional, fora disso não passavam de um departamento sem o cuidado que conhecemos na prática haver em outros centros do futebol brasileiro (São Paulo e Paraná, nos quais jogamos e trabalhamos).

Também *constatamos, ausência nos departamento das categorias juvenis de alguns profissionais importantes neste processo formador*. Como diria Brandão (1994) a educação se dá de diversas formas, e uma das quais se efetiva é nas interações e nos contatos com pessoas especializadas que nos transmitem outros conhecimento, capaz de nos fazer ao menos repensar comportamentos nossos. Perdura em nossa opinião, além de uma visão estreita dos clubes de futebol locais; também certo “amadorismo” na maneira de “fazer futebol” dentro da nova configuração imposta pelo mundo globalizado.

Falta aos clubes locais, e outros tantos do Nordeste, uma estrutura similar a que tivemos a oportunidade de ver e conviver no Atlético Paranaense e na Sociedade Esportiva Palmeiras. Para se ter noção, pelo menos três profissionais tornaram-se imprescindível no ambiente de formação para o futebol e não os encontramos nestas categorias dos dois clubes de Recife: uma psicóloga (para auxiliar o lado emocional desses meninos, a maioria inclusive portando problemas dessa natureza e que é normal); uma nutricionista (vimos nestes clubes, e sabemos pela nossa experiência, dos hábitos alimentares inapropriados para atletas); por fim uma assistente social (para auxiliar não só de aspectos ligados a vida

familiar dos garotos, mas na ausência de uma pedagoga, da parte educacional). Foi o que nos disse o entrevistado 5: “Tá faltando é uma assistente social”.

A pesquisa também serviu para detectar neste ambiente *vários meninos sem estudar*. Sem dúvida alguma foi preocupante o número de garotos encontrados neste universo que não se encontravam estudando ou apenas “finge que eu finjo”. Embora dos seis entrevistados apenas dois não estivessem estudando; outros que tivemos contato ao longo da observação de campo não estavam na escola e mais, haviam deixado a mesma há tanto tempo que a perspectiva de retorno é de preocupar. Pois a cada dia a relação com a escola vai ficando distante e sem sentido e neste contexto não detectamos nenhuma ação efetiva dos clubes (profissionais acompanhando, um tipo de educador social) para motivá-los a retomarem e se manterem estudando.

Mesmo Damo (2005) dizendo não ser esta uma dificuldade exclusiva da realidade do futebol brasileiro, pois segundo ele na França e Itália, também ocorrem estas dificuldades dos garotos não se sentirem motivados para frequentarem a escola. Acontece que além de muitos destes garotos morarem nos clubes e, portanto longe de seus pais; também não se encontram suficientes amadurecidos para decidir por não estudar, principalmente por que isto diz respeito ao que eles poderão vir a ser no futuro. E se não bastar, lembramos que a condição de vida dos jovens jogadores franceses, não se assemelha a vida dos jovens atletas brasileiros. É preciso recordar para quem possa ter esquecido: vivemos mais do que nunca num país de enormes desigualdades sociais e os despossuídos das benesses “naturais” pagarão caro (muito já sabem o preço) por não terem uma formação; se bem que alguns ignorem ou menosprezem tal fato.

Percebemos nestes clubes *a falta de fiscalização/acompanhamento mesmo para os que estudam*. No ambiente dos dois clubes, mesmo os que estudam se vêem sozinhos num duelo de titãs. Todo o ambiente em sua volta é-lhes adverso, pois o clube apenas os

matriculam, ficando daí pra frente os garotos sós e órfãos de alguém para incentivá-los e orientá-los como fazemos com os nossos filhos na construção de suas vidas educacionais os quais possivelmente se extraviariam sem esse suporte necessário.

Coisa que no futebol vimos acontecer em diversos clubes por onde passamos, na condição de atleta ou como membro de comissão e técnica e que pode ter outro encaminhamento desde que haja interesse.

5 CONCLUSÕES

Todos os dias saem de casa no Brasil, milhares de garotos ainda meninos embalados pelo sonho e glamour do mundo do futebol, que acena entre outras coisas com a possibilidade de fama, riqueza, ascensão social. Os que não sabem esses meninos ou pelo menos não demonstram saber, é quão poucos serão agraciados por este universo que mais arregimentador e de poucos afortunados.

Se a paixão por este esporte e o sonho de ter a vida mudada por ele, não é uma condição exclusiva dos garotos de nosso país. Entretanto o que vimos com o nosso estudo, é preocupante. Diariamente um jovem se habilita ao mundo da bola e encontram nos dois clubes de futebol profissional local, uma porta de acesso para o mundo “mágico” e encantado da pelota. O caso é que muitos serão expelidos ao longo do processo e não são poucos. E esses atores não desaparecerão da vida com um passe de mágica, antes buscarão sua inserção num novo habitat, para o qual não se prepararam uma realidade nada acolhedora, ao contrário excludente. À margem e sem recursos, muitos ver-se-ão violentados e em muitos casos nasce aí uma das formas da violência urbana da qual temos provado.

Não obstante a pesquisa ter tido como base a realidade geográfica da cidade de Recife, é de se lembrar, como qualquer outra instância, o fenômeno da formação para o futebol sofre diretamente e indiretamente os reflexos de uma configuração maior da realidade social onde esta formação ocorre.

O mundo nos últimos trinta anos passou e tem passado por uma série de transformações as quais marcaram e continua marcando a sociedade de tal forma, trazendo consequências importantes nas mais diversas áreas da vida humana. Ao mesmo tempo, por consequência este se tornou muito mais competitivo e com prerrogativas típicas da nova ordem social vigente. Em resultado, o esporte transformou-se em um dos principais

fenômenos sociais da contemporaneidade e de modo particular o futebol, apontando para um novo cenário: o da espetacularização.

A questão é que nesta configuração social tecida na contemporaneidade, a vida ganhou complexidade e dimensão tal ao ponto de a educação ter assumido uma importância capital. Se num primeiro plano, para ser um jogador de futebol não há necessidade do saber escolar; noutras circunstâncias como diz Brandão (2005) para ser, saber e conviver, constantemente agregamos a vida com a educação. Na pior das hipóteses o diploma, sem sombra de dúvida somar-se-ia ao processo de formação esportiva. Principalmente, quando a vida esportiva findar. Até porque, a profissão de jogador de futebol é além de rápida, incerta. O assunto da vida escolar é pouco refletido por quase todos envolvidos com o universo dos clubes de futebol de Recife e principalmente dos jogadores alvos de nossa pesquisa, talvez por não enxergarem a falta que lhes fará e já faz a educação.

Não desconhecemos ser o Brasil um “celeiro” de craques; mas o problema como já afirmamos, é que do enorme contingente, pouquíssimos são os que de fato alcançarão o ápice do “status” de jogadores conhecidos e reconhecidos no mundo do futebol. Pois, conforme Souza, Júlio (2001) e Damo (2005) não basta somente possuírem o talento. O processo formador é longo, árduo e sem contar o imponderável (lesões, preferências de um treinador, os atravessadores, etc.).

Embora o requisito imediato exigido dos “pés de obra” é o de possuírem as habilidades inerentes para o desempenho da *performance* futebolística. No contexto do futebol moderno têm surgido novas adequações, as quais, afirma Damo (2005) serem necessárias aos jovens futebolistas possuírem para além da inserção, e conseguirem se manter sem dificuldades de adaptação no mundo do futebol globalizado cujo mercado têm dado o tom. Neste sentido adequando a lógica do futebol, àquela do capital investido neste setor como atesta Toledo (2002).

Em nossa realidade de um modo geral, parecem comum os clubes não valorizarem o aspecto da educação de seus jovens jogadores, coisa que não se altera no âmbito dos clubes recifenses. Essa situação talvez ocorra, por não enxergarem o que têm visto clubes como: Cruzeiro, Atlético Paranaense, Vasco e alguns outros; um mercado da bola que busca hoje não só o jogador mais principalmente o atleta diferenciado, capaz de se ajustar mais fácil a uma cultura diferente da sua e, portanto um investimento de menor risco é o que fala Giulianotti (2002). Uma das exigências que vem se estabelecendo no maior de todos os mercados: o europeu. Além deste aspecto econômico, nos diz Cardoso (2007) que os respectivos clubes parecem ter enxergado também, uma oportunidade de contribuir/cooperar enquanto instituição social, com a formação de seus jogadores no sentido mais amplo, proporcionando a estes um direito social, o qual em última instância além de fundamental promove entre os homens o ideal de cidadania.

Em linhas gerais, o ambiente de formação para o futebol encontrado nos clubes de Recife pareceu desconsiderar ou ignorar que a “produção” para o futebol não acontece à parte da vida social. Algo dessa relação interdependente da qual fala Elias (1995) e também observada por Domingues (2001). Este último, nos chama à atenção do quanto à ausência de uma formação para além do futebol, tenderá a enormes impactos e mazelas não só aos garotos, mas principalmente no coletivo da sociedade.

Em nossa análise, a educação é algo extensivo à vida, fornecendo aos homens instrumentos que não se esgotam nem se encerram em tempo algum. Caso diferente do vivido no futebol, este se resume a uma parte bastante curta da vida, mesmo daqueles capazes de prolongá-lo um pouco mais.

Por um lado temos a afirmação de Damo (2005) de que a formação dos “pés de obra” é desenvolvida nos centros clubísticos. Noutro temos de que o saber formal é típico do ambiente escolar. A questão pensada desta forma remete ao pensamento dicotomizado que

separa o ator e a estrutura e que só favorece a visão simplista e acrítica do pensamento educacional. É preciso pensar também é que a integridade da vida das pessoas está além da vida escolar e além da vida esportiva. Porém, ambas, à sua maneira, compõe um processo de vida. Há aqui, implicitamente revelado, um processo de fragmentação das funções sociais, quando na verdade possui suas interdependências.

Ao longo deste trabalho e no decorrer da análise constatamos o modelo de formação encontrado nos dois clubes alvos de nossa investigação, apresentava em seu processo formador, as idéias de uma pedagogia voltada para o esporte, eixo este encontrado nos diversos estudos acadêmicos com os quais estabelecemos diálogo e que estudaram a formação pela perspectiva da profissão. Esse tipo de pedagogia tem como meta dotar os seus jovens jogadores do conhecimento técnico, tático e físico para o exercício de jogar futebol. De um modo geral, no mundo da bola: “Os futebolistas são fabricados e os são conforme as demandas do espetáculo” Damo (2005). Ou conforme Souza, Júlio (2001) a intenção dos clubes é formar precocemente para um mercado: o da bola. O problema é que esses suportes oportunizados pelo ambiente do futebol são, além de limitados aos domínios dos gramados, de difícil reconversão.

Talvez alguns indaguem do mal existente em dar a alguém uma formação profissional, num mundo essencialmente caracterizado pelo trabalho. Mais ainda, de que essa seria em último caso a função dos clubes de futebol. Não somos opositores apenas achamos oportuno lembrar que essa formação profissional como vem ocorrendo no caso do futebol em nosso país, para garotos cuja idade coincide com o período de formação escolar, infringe não só as normas legais do Estado Democrático, como tende a se caracterizar como um tipo de trabalho infantil, o que é ilegal. Sem contar que no nosso modelo de formação para o futebol, a falta de fiscalização sobre os clubes contribui para o descaso e desconsideração com a parte da vida educacional dos jovens que eles formam.

Neste sentido, de imediato observamos o quanto o universo do futebol vai de encontro às próprias leis que tratam do direito social a educação. Um exemplo simples pode ser encontrado no desconhecimento da Lei Gilmar Machado, e explicamos por que. A lei que é federal, em seu Art. 29, § 7º V -, diz que é dever do clube, ajustar o tempo destinado à formação dos atletas aos horários do currículo escolar ou de curso profissionalizante, exigindo o satisfatório aproveitamento escolar. Mas como dissemos isto não acontece. No caso pesquisado, a instituição clubística deixava de participar para os garotos obterem “o tipo de aquisição que somente na escola é encontrado”. Assim salvaguardando e oportunizando um direito também previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei de Diretrizes de Bases e na própria Constituição do Brasil.

Quando realizamos o contrário estamos negando aos meninos, que tem compromisso firmado com os clubes de futebol, um direito do qual Sifuentes (2009) diz ser além fundamental, uma forma de proteger socialmente o futuro dos jovens e isto inclui os jogadores juvenis destes clubes de Recife e do próprio futebol brasileiro que vive num ambiente que chamamos: “terra de ninguém”, onde não impera lei e tampouco fiscalização deste setor.

Sendo mais incisivos, quanto ao fato de terem ou não os clubes de futebol no Brasil alguma obrigação com relação à vida educacional de seus atletas, apelamos inicialmente para própria Constituição que fala ser responsabilidade do Estado promover, mas em colaboração com a família e as instituições sociais, nisto se enquadra o clube de futebol. E em seguida para própria Lei Gilmar Machado.

No caso do ambiente encontrado nos dois clubes recifenses, em linhas gerais eles não apresentavam uma preocupação com o futuro de seus atletas que não estivesse voltada para os gramados. Em se tratando especificamente do futebol brasileiro – pois há no mundo outras realidades formadoras – encontraremos neste universo, desde estruturas que

valorizam estas categorias básicas, investindo pesado tanto na equipe de profissionais responsáveis pela formação dos jovens, sendo por isso, consideradas no meio esportivo com referências; como àqueles cujo retrato remonta o descaso, abandono e condições de extrema precariedade, um reflexo no Brasil da nossa maior realidade de “educação” e formação no desporto competitivo.

Na condição de pesquisador da área de educação e diante dos resultados obtidos neste estudo, constatamos ser o tema envolvendo a relação educação e futebol no campo da pesquisa acadêmica no Brasil, carente de profundas reflexões e debates; principalmente quando se trata de estudar a formação para o futebol no Brasil: a educação é questão que tem passado ao longe e sem causar nenhum espanto. Para constatar tal afirmação, basta fazer uma pesquisa exploratória em torno do assunto e veremos a importância que tem sido dada ao mesmo, pelos pesquisadores brasileiros em educação.

Constatamos também que o universo das categorias de base do futebol em nosso país é um “negócio” bom somente para clubes e os “pseudos empresários”. Pois no caso dos garotos além de ser “mercadoria” barata (comparado as somas ganhas pelos clubes com comercialização e os investimentos, foi o caso do jogador Breno de 17 anos, ex-atleta do São Paulo, que segundo o diretor do clube só com a sua negociação o clube tirou o investimento feito em 10 anos em toda a categoria), estes meninos não têm certeza de que se profissionalizarão, e correm o risco de sair desse universo sem nenhuma garantia de futuro. Nesse ambiente, a fiscalização é falha e nem mesmo as leis existentes são efetivamente cumpridas, o que temos é um descompasso entre o compromisso dos clubes para com os garotos (de somente fazê-los jogadores), e os dividendos que tais instituições acumulam ao produzir os atores do espetáculo mercantilista.

Em nossa concepção dentro da nova configuração do futebol mundial, os clubes ganhariam muito mais se investisse na educação de seus atletas, pois teria não só o jogador de talento mais um profissional com mais qualidade e capacidade para se adequar as demandas do futebol globalizado. Além é claro do que é em nossa visão o mais importante: de que estariam contribuindo para um futuro menos “duro” como a vida é para esses meninos.

No caso específico de Recife, o que vimos revelado, no entanto, foi quadro social de extrema preocupação, a formação dá conta da visão míope de nossos clubes ou talvez a visão de nossa herança patrimonialista. Para onde aponta a visão clubística? Para tudo menos para o cidadão. E os meninos? A mercê da sorte como verdadeiros ciganos.

Se os clubes formadores pouco se questionam quanto ao ponto em que se encontram neste processo. Que dizer então dos principais atores desta viagem de destino incerto? Para onde caminham os garotos da bola formados nos clubes de futebol profissional de Recife? Em princípio conduzido unicamente pelo mais dos incertos caminhos: o da força ilusória do futebol.

Mas, se pensarmos como Damo (2005) de que seriam pôr peso demais sobre nossos já tão “injustiçados” clubes de futebol; restar-nos-ia aqui indagar: de quem é a responsabilidade com os aspirantes a jogadores de Recife, de Pernambuco, do Nordeste, do Brasil?

Recentemente foi aprovada uma lei na Assembléia Legislativa de São Paulo (A Lei Raul Marcelo). Esta, em sua primeira versão, dizia ser esta uma obrigação dos clubes formadores. A lei inclusive visava punir os clubes de São Paulo, omissos de prover a educação dos jovens boleiros. Isto gerou enormes polêmicas e “lobbies” a favor dos clubes;

ao final ela foi aprovada com sanções em questões essenciais, comprovando mais uma vez, o descaso de que são vítimas àqueles a quem o direito lhes assegura ter direito a educação.

Finalmente, no caso mais particular, o do contexto de nossa pesquisa. No processo de formação para o futebol, vimos de tudo um pouco. Mas, uma dúvida nos acompanhou desde o início e ainda nos cerca é a de saber: Qual é mesmo o valor da educação? No contexto que investigamos a educação ainda está por ser valorizada e, conseqüentemente, implementada de maneira a cumprir a sua finalidade na vida dos jovens atletas quando adultos, isto é, em suas vidas além do mundo futebolístico.

A educação no caso da maioria dos jovens jogadores recifenses é palavra distante não somente de seus dicionários; mas no sentido amplo: de suas próprias realidades desumanas.

APÊNDICES

APÊNDICE A - MODELOS DAS ENTREVISTAS***A 1 - MODELO DE ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS JOGADORES***

Nome:

Data:

Lugar da entrevista:

Idade:

Nível de escolaridade:

Endereço:

Local de nascimento:

Ocupação:

Posição:

1. Há quanto tempo você se encontra treinando neste clube?
2. Onde e com que idade você começou a jogar futebol?
3. O que você espera da carreira de jogador de futebol?
4. Que previsão você faz dos outros garotos que jogam futebol, se não der certo vida da bola?
5. Do período que chegou aqui até hoje, como você vê o cuidado do clube com o outro lado da formação dos jovens que é a educação escolar?
6. O clube exige claramente que vocês estudem?
7. Você estuda?
8. No dia-a-dia, o clube acompanha, pede boletim, quer ver nota de vocês?
9. Você tem conhecimento de alguma lei que regula o futebol no Brasil?
10. Você conhece ou já ouviu falar da Lei Gilmar Machado?

A 2 - MODELO DE ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS RESPONSÁVEIS PELAS CATEGORIAS DE BASE DOS CLUBES

Nome:

Data:

Lugar da entrevista:

Idade:

Nível de escolaridade:

Endereço:

Local de nascimento:

Função que ocupava no clube:

1. Há quanto tempo você ocupa esta função no clube?
2. O Sr. acha que os clubes de futebol local investem nos garotos quanto deveriam?
3. Quantos garotos em média passam pelo clube por ano nesta categoria do futebol?
4. De fato são muitos os garotos que buscam o futebol, e em sua opinião dá pra eles conciliarem o futebol com o estudo?
5. Na sua função como você pode ajudar na formação desses garotos?
6. Como é a visão do clube com relação à vida educacional dos jovens jogadores?
7. O clube entende que tem responsabilidade com isso?
8. No dia-a-dia, há alguém da parte do clube que acompanha aspectos da vida escolar dos atletas?
9. Pelo que sabe existe no Brasil, alguma lei que exija digamos uma cooperação ou mesmo exija dos clubes participarem da formação escolar dos atletas neles formados?
10. O Sr. conhece ou já ouviu falar a respeito da Lei Gilmar Machado?

A 3 - MODELO DE ENTREVISTAS REALIZADAS COM OS PAIS DOS ATLETAS

Nome:

Data:

Lugar:

Idade:

Nível de escolaridade:

Endereço:

Local de nascimento:

Ocupação Profissional:

1. Há quanto tempo seu filho joga futebol em clubes?
2. Por quantos ele já passou?
3. O Sr. acha que os clubes de futebol local investem nos garotos quanto deveriam?
4. O Sr. Notou com relação ao seu filho, um interesse por parte dos clubes em que jogou para ele estudar?
5. Aqui especificamente o Sr. tem conhecimento de cobrança para que os garotos estudem ?
6. O que o Sr. nos diz, sobre a exigência da Federação, de estar matriculado para poder jogar?
7. O Sr. Como pai por que acha importante que o seu filho estude mesmo estando ele se formando para uma profissão
8. Muitos garotos apostam tudo no futebol e deixa de lado à formação escolar, isso lhe traz algum temor?
9. Em sua opinião a responsabilidade de seu filho estudar é sua, do clube, ou de ambos? Por quê?
10. O Sr. já ouviu falar da Lei Gilmar Machado?

APÊNDICE B - FOTOGRAFIAS DOS ATLETAS E LOCAIS DE TREINOS**B 1 - FOTOS DO CLUBE NÁUTICO CAPIBARIBE**







B 2 - FOTOS DO SPORT CLUB DO RECIFE









APÊNDICE-C - Trechos do “Diário de Campo”

Nesta parte da pesquisa, encontra-se registrado alguns trechos do diário de campo, um dos instrumentos utilizados na coleta de dados. Seleccionamos algumas partes contidas neste instrumento que julgamos suficiente para esclarecer o teor do material nele encontrado. A forma como o dispusemos não obedece a uma seqüência exata dos registros, visto que, em nosso entendimento, proporcionaria uma idéia mais clara dos relatos.

Optamos por destacar trechos do diário, pelo simples fato de que o principal já consta na dissertação e, portanto, não compromete a essência do trabalho. Assim, o que abaixo segue, são trechos diversos selecionados por ter ele se constituído num instrumento importante de nossa pesquisa; identificados como uma maneira de apresentar por: R1 (registro 1); R2 (registro 2); e assim sucessivamente.

R1. [anotação do dia 22 de julho de 2009]

(Com relação a visitas de parentes ou ida dos garotos, que moram no clube, para casa):

A maioria dos garotos nesta situação falou que ir para casa às vezes demorava meses em média duas vezes ao ano. E quanto aos pais vir também era algo difícil, pois as famílias em sua maioria não tinham como bancar as despesas. Isto foi o que se observou tanto num clube como no outro.

Um dos garotos comentava: “Às vezes sinto muita saudade, mas tenho que continuar, esta é a minha vida; mas sinto falta de casa”.

R2. [anotação do dia 10 de agosto de 2009]

(Como eles se manifestavam em relação à vida que estavam vivendo):

Os garotos quase que sem exceção apontavam ser o caminho muito duro e que são pouco valorizados, sendo o sonho de se tornar jogador profissional, aquilo que os fazem perseverar. O ambiente é repleto de sonhos individuais, mas que retrata no geral um pensamento de um garoto que pudemos registrar: “Saí de casa para vencer na vida e quando voltar quero já ser um profissional de time grande”.

R3. [anotação do dia 27 de agosto de 2009]

(O que a fé representa neste universo dos jovens atletas):

Durante as nossas observações, este foi sem dúvida um aspecto que chamou a atenção. A maioria dos garotos apresenta algum tipo de relação com o sagrado; eles se reportam a Deus em muitas ocasiões: nos seus quartos (a maioria possui uma Bíblia); nos vestiários (há sempre um momento de oração ou reza); e muitos inclusive se reúnem para falar desse Deus (há algumas reuniões que alguém lidera). É claro que em muitos momentos, Deus parece se constituir mais num amuleto de sorte, uma espécie de garantia de que eles vão vencer na profissão. Esta ao menos foi a impressão deixada por um garoto ao dizer: “Sei que Deus vai me ajudar a vencer”.

R4. [anotação do dia 05 de setembro de 2009]

(O que se viu com relação à disciplina para o ambiente do futebol):

O ambiente é o de uma profissão, os garotos cumprem horários pré-estabelecidos e regras tais impondo sobre eles responsabilidades sem as quais não é possível permanecer no futebol.

“tem que chegar cedo, não faltar, treinar forte todo dia se vocês querem vencer na vida, no futebol quem quer ser alguma coisa têm que ser disciplinado” palavras de um treinador de um dos clubes, numa de suas preleções.

R5. [anotação do dia 17 de setembro de 2009]

(O dia-a-dia dos jovens atletas de futebol nos dois clubes):

Ficou depreendido para nós, que a vida destes garotos é de uma rotina extrema e que a longo prazo pode ter implicações diversas.

Vejamos as falas de alguns:

“Todo dia é a mesma: levantar cedo, tomar café, vestir o material e esperar o treino”;

“Às vezes desgasta ter que fazer a mesma coisa; gostamos quando vamos treinar na praia”;

“Amanhã já sabemos o que vai acontecer”.

R6. [anotação do dia 28 de setembro de 2009]

(Onde ficam os estudos nas vidas destes garotos):

Eles comentam em diversas ocasiões dessa necessidade, mas este é um elemento de pouca força, pois o ambiente não estimulador. A atmosfera que impera é a de respirar o futebol, o tempo todo e não há um profissional, ao menos nestes dois clubes pesquisados, que se ocupe de incentivar, cobrar e, sobretudo orientar os garotos da importância deste elemento para se viver numa sociedade como a nossa.

Estas observações se constituem em algumas de nossas anotações feitas no diário de campo e revelam que o foco das anotações esteve voltado para o universo formador e para a vida dos atletas dentro deste ambiente.

ANEXOS

ANEXO A1 - OFÍCIOS DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO

Ofício 198/09

Diretoria Geral do

Sport Clube do Recife

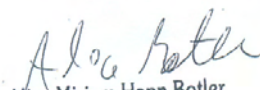
Prezado Diretor:

Solicitamos autorização de V.Sa para que nosso aluno do Programa de Pós-graduação em Educação FRANCISCO XAVIER DOS SANTOS possa realizar atividades de investigação nesse Clube de Futebol Profissional.

Esclarecemos que as atividades fazem parte da pesquisa de mestrado a respeito do tema "Educação formal, futebol e identidade: um estudo das categorias de base do futebol na Cidade do Recife", orientada pelo Professor Doutor José Luis Simões, e ele deverá realizar entrevistas com os diretores, supervisores e atletas do Departamento de Futebol Amador, bem como serão realizadas observações.

Agradecemos a colaboração e colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Recife, 03 de junho de 2009


Alice Miriam Hap Botler
Vice Coordenadora do Programa de
Pós Graduação em Educação da UFPE
SIAPE 2227713


Carlos José de Araújo
Supervisor de Futebol Amador

ANEXO A2 - OFÍCIOS DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO

Ofício 197/09

Diretoria Geral do

Clube Náutico Capibaribe

Prezado Diretor:

Solicitamos autorização de V.Sa para que nosso aluno do Programa de Pós-graduação em Educação FRANCISCO XAVIER DOS SANTOS possa realizar atividades de investigação nesse Clube de Futebol Profissional.

Esclarecemos que as atividades fazem parte da pesquisa de mestrado a respeito do tema "Educação formal, futebol e identidade: um estudo das categorias de base do futebol na Cidade do Recife", orientada pelo Professor Doutor José Luis Simões, e ele deverá realizar entrevistas com os diretores, supervisores e atletas do Departamento de Futebol Amador, bem como serão realizadas observações.

Agradecemos a colaboração e colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Recife, 03 de junho de 2009

Alice Miriam

Alice Miriam Happ Botte
Vice Coordenadora do Programa de
Pós Graduação em Educação da UFPE
UFPE SIAPE 2227711

*Confirmamos a presença
do Aluno de Pós-graduação Sr.
Francisco Xavier dos Santos em nosso
Clube / 2009.*

Prof. Dr. José Luis Simões
Sup. Dept.
Clube Náutico

ANEXO A3 - OFÍCIOS DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO

Ofício 199/09

Diretoria Geral do
Santa Cruz Futebol Clube

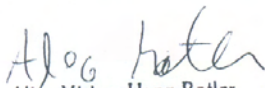
Prezado Diretor:

Solicitamos autorização de V.Sa para que nosso aluno do Programa de Pós-graduação em Educação FRANCISCO XAVIER DOS SANTOS possa realizar atividades de investigação nesse Clube de Futebol Profissional.

Esclarecemos que as atividades fazem parte da pesquisa de mestrado a respeito do tema "Educação formal, futebol e identidade: um estudo das categorias de base do futebol na Cidade do Recife", orientada pelo Professor Doutor José Luis Simões, e ele deverá realizar entrevistas com os diretores, supervisores e atletas do Departamento de Futebol Amador, bem como serão realizadas observações.

Agradecemos a colaboração e colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos.

Recife, 03 de junho de 2009


Alice Miriam Happ Botler
Vice Coordenadora do Programa de
Pós Graduação em Educação da UFPE
UFPE SIAPE 2227713

ANEXO B – CÓPIA LEI GILMAR MACHADO

**Presidência da República****Casa Civil****Subchefia para Assuntos Jurídicos****LEI Nº 10.672, DE 15 DE MAIO DE 2003.**Mensagem de veto

Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências.

Conversão da MPv nº 79, de 2002

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

Parágrafo único. A exploração e a gestão do desporto profissional constituem exercício de atividade econômica sujeitando-se, especificamente, à observância dos princípios:

- I - da transparência financeira e administrativa;
- II - da moralidade na gestão desportiva;
- III - da responsabilidade social de seus dirigentes;
- IV - do tratamento diferenciado em relação ao desporto não profissional; e
- V - da participação na organização desportiva do País." (NR)

"Art. 4º

- I - o Ministério do Esporte;
- II - (Revogado).
- III - o Conselho Nacional do Esporte - CNE;

.....

§ 2º A organização desportiva do País, fundada na liberdade de associação, integra o patrimônio cultural brasileiro e é considerada de elevado interesse social, inclusive para os fins do disposto nos incisos I e III do art. 5º da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993." (NR)

"Art. 5º (VETADO)"

"Art. 6º Constituem recursos do Ministério do Esporte:

....." (NR)

"Art. 7º Os recursos do Ministério do Esporte terão a seguinte destinação:

....." (NR)

"Art. 8º

.....

IV - quinze por cento para o Ministério do Esporte.

....." (NR)

"Art. 11. O CNE é órgão colegiado de normatização, deliberação e assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro de Estado do Esporte, cabendo-lhe:

.....

IV - propor prioridades para o plano de aplicação de recursos do Ministério do Esporte;

.....

Parágrafo único. O Ministério do Esporte dará apoio técnico e administrativo ao CNE." (NR)

"Art. 12-A. O CNE será composto por vinte e dois membros indicados pelo Ministro do Esporte, que o presidirá.

....." (NR)

"Art. 20

.....

§ 6º As ligas formadas por entidades de prática desportiva envolvidas em competições de atletas profissionais equiparam-se, para fins do cumprimento do disposto nesta Lei, às entidades de administração do desporto.

§ 7º As entidades nacionais de administração de desporto serão responsáveis pela organização dos calendários anuais de eventos oficiais das respectivas modalidades." (NR)

"Art. 23.

Parágrafo único. Independentemente de previsão estatutária é obrigatório o afastamento preventivo e imediato dos dirigentes, eleitos ou nomeados, caso incorram em qualquer das hipóteses do inciso II, assegurado o processo regular e a ampla defesa para a destituição." (NR)

"Art. 26.

Parágrafo único. Considera-se competição profissional para os efeitos desta Lei aquela promovida para obter renda e disputada por atletas profissionais cuja remuneração decorra de contrato de trabalho desportivo."

"Art. 27. As entidades de prática desportiva participantes de competições profissionais e as entidades de administração de desporto ou ligas em que se organizarem, independentemente da forma jurídica adotada, sujeitam os bens particulares de seus dirigentes ao disposto no art. 50 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, além das sanções e responsabilidades previstas no **caput** do art. 1.017 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, na hipótese de aplicarem créditos ou bens sociais da entidade desportiva em proveito próprio ou de terceiros.

.....

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).

§ 5º O disposto no art. 23 aplica-se, no que couber, às entidades a que se refere o **caput** deste artigo.

§ 6º Sem prejuízo de outros requisitos previstos em lei, as entidades de administração do desporto, as ligas e as entidades de prática desportiva, para obter financiamento com recursos públicos deverão:

I - realizar todos os atos necessários para permitir a identificação exata de sua situação financeira;

II - apresentar plano de resgate e plano de investimento;

III - garantir a independência de seus conselhos de fiscalização e administração, quando houver;

IV - adotar modelo profissional e transparente; e

V - elaborar e publicar suas demonstrações financeiras na forma definida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, após terem sido auditadas por auditores independentes.

§ 7º Os recursos do financiamento voltados à implementação do plano de resgate serão utilizados:

I - prioritariamente, para quitação de débitos fiscais, previdenciários e trabalhistas;
e

II - subsidiariamente, para construção ou melhoria de estádio próprio ou de que se utilizam para mando de seus jogos, com a finalidade de atender a critérios de segurança, saúde e bem estar do torcedor.

§ 8º Na hipótese do inciso II do § 7º, a entidade de prática desportiva deverá apresentar à instituição financiadora o orçamento das obras pretendidas.

§ 9º É facultado às entidades desportivas profissionais constituírem-se regularmente em sociedade empresária, segundo um dos tipos regulados nos arts. 1.039 a 1.092 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

§ 10. Considera-se entidade desportiva profissional, para fins desta Lei, as entidades de prática desportiva envolvidas em competições de atletas profissionais, as ligas em que se organizarem e as entidades de administração de desporto profissional.

§ 11. Apenas as entidades desportivas profissionais que se constituírem regularmente em sociedade empresária na forma do § 9º não ficam sujeitas ao regime da sociedade em comum e, em especial, ao disposto no art. 990 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

§ 12. (VETADO)

§ 13. Para os fins de fiscalização e controle do disposto nesta Lei, as atividades profissionais das entidades de prática desportiva, das entidades de administração de desporto e das ligas desportivas, independentemente da forma jurídica como estas estejam constituídas, equiparam-se às das sociedades empresárias, notadamente para efeitos tributários, fiscais, previdenciários, financeiros, contábeis e administrativos." (NR)

"Art. 27-A

.....

§ 4º A infringência a este artigo implicará a inabilitação da entidade de prática desportiva para percepção dos benefícios de que trata o art. 18 desta Lei.

§ 5º As empresas detentoras de concessão, permissão ou autorização para exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, bem como de televisão por assinatura, ficam impedidas de patrocinar ou veicular sua própria

marca, bem como a de seus canais e dos títulos de seus programas, nos uniformes de competições das entidades desportivas.

§ 6º A violação do disposto no § 5º implicará a eliminação da entidade de prática desportiva que lhe deu causa da competição ou do torneio em que aquela se verificou, sem prejuízo das penalidades que venham a ser aplicadas pela Justiça Desportiva." (NR)

"Art. 28.

.....

§ 2º O vínculo desportivo do atleta com a entidade desportiva contratante tem natureza acessória ao respectivo vínculo trabalhista, dissolvendo-se, para todos os efeitos legais:

I - com o término da vigência do contrato de trabalho desportivo; ou

II - com o pagamento da cláusula penal nos termos do **caput** deste artigo; ou ainda

III - com a rescisão decorrente do inadimplemento salarial de responsabilidade da entidade desportiva empregadora prevista nesta Lei.

.....

§ 4º Far-se-á redução automática do valor da cláusula penal prevista no **caput** deste artigo, aplicando-se, para cada ano integralizado do vigente contrato de trabalho desportivo, os seguintes percentuais progressivos e não-cumulativos:

I - dez por cento após o primeiro ano;

II - vinte por cento após o segundo ano;

III - quarenta por cento após o terceiro ano;

IV - oitenta por cento após o quarto ano.

.....

§ 6º (Revogado).

§ 7º É vedada a outorga de poderes mediante instrumento procuratório público ou particular relacionados a vínculo desportivo e uso de imagem de atletas profissionais em prazo superior a um ano." (NR)

"Art. 29. A entidade de prática desportiva formadora do atleta terá o direito de assinar com esse, a partir de dezesseis anos de idade, o primeiro contrato de trabalho profissional, cujo prazo não poderá ser superior a cinco anos.

.....

§ 3º A entidade de prática desportiva formadora detentora do primeiro contrato de trabalho com o atleta por ela profissionalizado terá o direito de preferência para a primeira renovação deste contrato, cujo prazo não poderá ser superior a dois anos.

§ 4º O atleta não profissional em formação, maior de quatorze e menor de vinte anos de idade, poderá receber auxílio financeiro da entidade de prática desportiva formadora, sob a forma de bolsa de aprendizagem livremente pactuada mediante contrato formal, sem que seja gerado vínculo empregatício entre as partes.

§ 5º É assegurado o direito ao ressarcimento dos custos de formação de atleta não profissional menor de vinte anos de idade à entidade de prática de desporto formadora sempre que, sem a expressa anuência dessa, aquele participar de competição desportiva representando outra entidade de prática desportiva.

§ 6º Os custos de formação serão ressarcidos pela entidade de prática desportiva usufruidora de atleta por ela não formado pelos seguintes valores:

I - quinze vezes o valor anual da bolsa de aprendizagem comprovadamente paga na hipótese de o atleta não profissional ser maior de dezesseis e menor de dezessete anos de idade;

II - vinte vezes o valor anual da bolsa de aprendizagem comprovadamente paga na hipótese de o atleta não profissional ser maior de dezessete e menor de dezoito anos de idade;

III - vinte e cinco vezes o valor anual da bolsa de aprendizagem comprovadamente paga na hipótese de o atleta não profissional ser maior de dezoito e menor de dezenove anos de idade;

IV - trinta vezes o valor anual da bolsa de aprendizagem comprovadamente paga na hipótese de o atleta não profissional ser maior de dezenove e menor de vinte anos de idade.

§ 7º A entidade de prática desportiva formadora para fazer jus ao ressarcimento previsto neste artigo deverá preencher os seguintes requisitos:

I - cumprir a exigência constante do § 2º deste artigo;

II - comprovar que efetivamente utilizou o atleta em formação em competições oficiais não profissionais;

III - propiciar assistência médica, odontológica e psicológica, bem como contratação de seguro de vida e ajuda de custo para transporte;

IV - manter instalações desportivas adequadas, sobretudo em matéria de alimentação, higiene, segurança e salubridade, além de corpo de profissionais especializados em formação técnico-desportiva;

V - ajustar o tempo destinado à formação dos atletas aos horários do currículo escolar ou de curso profissionalizante, exigindo o satisfatório aproveitamento escolar." (NR)

"Art. 31.

.....

§ 3º Sempre que a rescisão se operar pela aplicação do disposto no **caput** deste artigo, a multa rescisória a favor do atleta será conhecida pela aplicação do disposto no art. 479 da CLT.

§ 4º (VETADO)" (NR)

"Art. 90-A. (VETADO)"

"Art. 90-B. (VETADO)"

Art. 2º Os arts. 40 e 46-A da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passam a vigorar com as seguintes alterações, renumerando-se para § 1º os atuais parágrafos únicos:

"Art. 40. (VETADO)

§ 2º Se a entidade de prática desportiva cedente de atleta profissional para entidade de prática desportiva estrangeira tiver sido cessionária do atleta, no prazo inferior a doze meses, em transferência definitiva ou empréstimo, oneroso ou gratuito, para qualquer outra entidade de prática desportiva, será caracterizada como entidade repassadora, fazendo jus a vinte e cinco por cento do valor pactuado para a cessão ou transferência internacional, ficando a entidade formadora com direito de receber setenta e cinco por cento do valor pago pela entidade estrangeira, desde que a entidade formadora do atleta não tenha sido previamente indenizada." (NR)

"Art. 46-A. As ligas desportivas, as entidades de administração de desporto e as de prática desportiva envolvidas em qualquer competição de atletas profissionais, independentemente da forma jurídica adotada, ficam obrigadas a:

I - elaborar e publicar, até o último dia útil do mês de abril, suas demonstrações financeiras na forma definida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, após terem sido auditadas por auditores independentes;

II - apresentar suas contas juntamente com os relatórios da auditoria de que trata o inciso I ao Conselho Nacional do Esporte - CNE, sempre que forem beneficiárias de recursos públicos, na forma do regulamento.

§ 1º Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas na legislação tributária, trabalhista, previdenciária, cambial, e das conseqüentes responsabilidades civil e penal, a infringência a este artigo implicará:

I - para as entidades de administração do desporto e ligas desportivas, a inelegibilidade, por dez anos, de seus dirigentes para o desempenho de cargos ou funções eletivas ou de livre nomeação, em quaisquer das entidades ou órgãos referidos no parágrafo único do art. 13 desta Lei;

II - para as entidades de prática desportiva, a inelegibilidade, por cinco anos, de seus dirigentes para cargos ou funções eletivas ou de livre nomeação em qualquer entidade ou empresa direta ou indiretamente vinculada às competições profissionais da respectiva modalidade desportiva.

§ 2º As entidades que violarem o disposto neste artigo ficam ainda sujeitas:

I - ao afastamento de seus dirigentes; e

II - à nulidade de todos os atos praticados por seus dirigentes em nome da entidade após a prática da infração.

§ 3º Os dirigentes de que trata o § 2º serão sempre:

I - o presidente da entidade, ou aquele que lhe faça as vezes; e

II - o dirigente que praticou a infração ainda que por omissão.

§ 4º (VETADO)" (NR)

Art. 3º O art. 50 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 50. A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva, limitadas ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas, serão definidas em códigos desportivos, facultando-se às ligas constituir seus próprios órgãos judicantes desportivos, com atuação restrita às suas competições.

....." (NR)

Art. 4º O art. 8º da Lei nº 10.359, de 27 de dezembro de 2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º Esta Lei entra em vigor em 30 de junho de 2004." (NR)

Art. 5º Revogam-se o inciso II do art. 4º, os §§ 1º e 2º do art. 5º, os §§ 3º e 4º do art. 27 e o § 6º do art. 28 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e a Medida Provisória nº 2.193-6, de 23 de agosto de 2001.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de maio de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Marcio Fortes de Almeida

Agnelo Santos Queiroz Filho

Álvaro Augusto Ribeiro Costa

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 16.5.2003

ANEXO C – CÓPIA LEI RAUL MARCELO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria Geral Parlamentar
Departamento de Documentação e Informação

LEI Nº 13.748, DE 8 DE OUTUBRO DE 2009

Determina aos clubes de futebol que assegurem matrícula em instituição de ensino aos jogadores menores de 18(dezoito) anos a eles vinculados

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Os clubes de futebol oficiais do Estado devem assegurar que estejam matriculados em instituição de ensino, pública ou particular, todos os jogadores menores de 18 (dezoito) anos com os quais possuam qualquer forma de vínculo, zelando pela sua frequência e aproveitamento escolar.

Parágrafo único - Consideram-se clubes oficiais as associações devidamente registradas e reconhecidas pela Federação Paulista de Futebol

Artigo 2º - O descumprimento da obrigação do artigo anterior acarretará a aplicação das penalidades de multa e de impedimento de participação em torneios e competições oficiais.

§ 1º - Incorrerão em pena de multa, no valor de 250 UFESPs (duzentas e cinquenta Unidades Fiscais do Estado de São Paulo) por jogador, os clubes que, após 30 (trinta) dias do início da vigência desta lei, não comprovarem a matrícula dos jogadores menores de 18 anos com os quais possuam qualquer vínculo.

§ 2º - Os clubes de futebol que, uma vez penalizados com multa, não regularizarem a situação de matrícula escolar dos jogadores de futebol menores de 18 (dezoito) anos a eles vinculados ficarão impedidos de participar de jogos e campeonatos oficiais no Estado.

§ 3º - Consideram-se oficiais, para os fins desta lei, as competições promovidas, administradas, organizadas e dirigidas pela Federação Paulista de Futebol.

§ 4º - Os valores decorrentes da aplicação da multa acima referida serão revertidos no aprimoramento do ensino no Estado, sob responsabilidade da Secretaria da Educação.

Artigo 3º - vetado.

Artigo 4º - A responsabilidade pelo recebimento da relação dos comprovantes de matrícula e frequência escolar dos jogadores menores de 18 (dezoito) anos, encaminhados pelos clubes oficiais, incumbe à Federação Paulista de Futebol.

§ 1º - Recebidos os documentos, a Federação Paulista de Futebol deverá encaminhá-los, junto com a lista dos jogadores inscritos nas competições oficiais, à Secretaria de Estado da Educação e à Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado, para as devidas providências.

§ 2º - A não entrega dos comprovantes de matrícula e frequência escolar dos jogadores menores de 18 (dezoito) anos, pelos clubes oficiais, à Federação Paulista de Futebol presumirá o descumprimento desta lei, acarretando a aplicação das penalidades.

Artigo 5º - vetado.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de outubro de 2009.

JOSÉ SERRA

Paulo Renato Souza

Secretário da Educação

Mauro Ricardo Machado Costa

Secretário da Fazenda

Aloysio Nunes Ferreira Filho

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 8 de outubro de 2009.

Republicação

LEI Nº 13.748, DE 8 DE OUTUBRO DE 2009

Determina aos clubes de futebol que assegurem matrícula em instituição de ensino aos jogadores menores de 18(dezoito) anos a eles vinculados

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Os clubes de futebol oficiais do Estado devem assegurar que estejam matriculados em instituição de ensino, pública ou particular, todos os jogadores menores de 18 (dezoito) anos com os quais possuam qualquer forma de vínculo, zelando pela sua frequência e aproveitamento escolar.

Parágrafo único - Consideram-se clubes oficiais as associações devidamente registradas e reconhecidas pela Federação Paulista de Futebol.

Artigo 2º - O descumprimento da obrigação do artigo anterior acarretará a aplicação das penalidades de multa e de impedimento de participação em torneios e competições oficiais.

§ 1º - Incorrerão em pena de multa, no valor de 250 UFESPs (duzentas e cinquenta Unidades Fiscais do Estado de São Paulo) por jogador, os clubes que, após 30 (trinta) dias do início da vigência desta lei, não comprovarem a matrícula dos jogadores menores de 18 anos com os quais possuam qualquer vínculo.

§ 2º - Os clubes de futebol que, uma vez penalizados com multa, não regularizarem a situação de matrícula escolar dos jogadores de futebol menores de 18 (dezoito) anos a eles vinculados ficarão impedidos de participar de jogos e campeonatos oficiais no Estado.

§ 3º - Consideram-se oficiais, para os fins desta lei, as competições promovidas, administradas, organizadas e dirigidas pela Federação Paulista de Futebol.

§ 4º - Os valores decorrentes da aplicação da multa acima referida serão revertidos no aprimoramento do ensino no Estado, sob responsabilidade da Secretaria da Educação.

Artigo 3º - vetado.

Artigo 4º - A responsabilidade pelo recebimento da relação dos comprovantes de matrícula e frequência escolar dos jogadores menores de 18 (dezoito) anos, encaminhados pelos clubes oficiais, incumbe à Federação Paulista de Futebol.

§ 1º - Recebidos os documentos, a Federação Paulista de Futebol deverá encaminhá-los, junto com a lista dos jogadores inscritos nas competições oficiais, à Secretaria de Estado da Educação e à Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado, para as devidas providências.

§ 2º - A não entrega dos comprovantes de matrícula e frequência escolar dos jogadores menores de 18 (dezoito) anos, pelos clubes oficiais, à Federação Paulista de Futebol presumirá o descumprimento desta lei, acarretando a aplicação das penalidades.

Artigo 5º - vetado.

Artigo 6º - Esta lei entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 8 de outubro de 2009

JOSÉ SERRA

Paulo Renato Souza

Secretário da Educação

Mauro Ricardo Machado Costa

Secretário da Fazenda

Aloysio Nunes Ferreira Filho

Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 8 de outubro de 2009.

(Republicada por ter saído com incorreções.)

Retificação do D.O. de 9-10-2009

Leia-se como segue e não como constou:

LEI Nº 13.748, DE 8 DE OUTUBRO DE 2009

(Projeto de lei nº 238, de 2009, do Deputado Raul Marcelo - PSOL)

Determina aos clubes de futebol que assegurem matrícula em instituição de ensino aos jogadores menores de 18(dezoito) anos a eles vinculados

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 17 de novembro de 2009.

REFERÊNCIAS

- ANDREATA, Priscila. **A ‘mercadoria força de trabalho jogador de futebol’ no contexto da acumulação flexível**. XIV CISO - Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste, Recife – PE, 2009.
- ANGROSINO, Michael. V. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- AQUINO, R. S. L. **Futebol: uma paixão nacional**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- ARROYO, Miguel G.et. al. **Educação e cidadania**. São Paulo: Editora Cortez, 1980.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da Linguagem**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BARROS, Fernando L. Carreira de sonhos e ilusões. **Revista Família Crista**, São Paulo 1990; 56: 64-5.
- BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- BENAKOUCHE, R. A autonomia universitária no contexto da reforma do aparelho do Estado. **Universidade e Sociedade**, v.9, n.19, maio/ago. 1999.
- BETTI, M. **Educação física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.
- BOURDIEU, P. Programa para uma sociologia do esporte. In: **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 1982.
- _____. **O poder simbólico**. São Paulo: Bertrand do Brasil, 1989.
- BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- _____. **A educação como cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. **Educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BRANDÃO, M. R. F. Transição de carreira esportiva em jogadores de futebol profissional. São Paulo, SP: *I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PSICOLOGIA DO ESPORTE*, 2001.
- CALDAS, W. Aspectos sociopolíticos do futebol brasileiro. **Revista USP**, São Paulo, n. 22, jun./ago. 1994. (Dossiê futebol).
- CAMPOS, Maria C. S. de S. **Educação: agentes formais e informais**. São Paulo: EPU, 1985.

CANDAU, V. M. et al. **Tecendo a cidadania: oficinas pedagógicas de direitos humanos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

CANIVEZ, Patrice. **Educar o cidadão**. São Paulo: Papirus, 1998.

CARRAVETA, É. **O Jogador de futebol: técnicas, treinamento e rendimento**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

CASTELANI FILHO, Lino. **Política educacional e educação física**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2002.

CASTRO, Celso A. Pinheiro de. **Sociologia do direito**. São Paulo: Atlas, 2009.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CATANI, Afrânio; NOGUEIRA, Maria Alice. (orgs.). **Pierre Bourdieu: escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. 6. reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2005.

DAMO, A. S. **Futebol e identidade social: uma leitura antropológica das rivalidades entre torcedores e clubes**. Porto Alegre, Editora Universidade/UFRGS, 2002.

_____. **Do dom à profissão: uma etnografia do futebol de espetáculo a partir da formação de jogadores no Brasil e na França**. 2005. 435f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

DEMARTINI, Zélia B.F & LANG, Alice B.S.G. **Educando para o trabalho: família e escola como agências educadoras**. Edições Loyola, 1985.

DOMINGUES, José Maurício. **Teorias sociológicas no século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 10. ed., São Paulo: Melhoramentos, 1975.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **As regras do método sociológico**. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ELIAS, N. **Em busca da excitação**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1995.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **O processo civilizador – uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. vol. I

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota. São Paulo: Perspectiva, 2008.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

_____. **A sociologia no Brasil**. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERNANDES, R. S. (Org.). **Educação não-formal**: cenários da criação. Campinas: Centro de Memória da Unicamp/Arte Escrita, 2001.

FONSECA, Rubem. **Feliz ano novo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A dança dos deuses**: futebol, sociedade, cultura. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FRANZINI, Fábio. **Corações na ponta da chuteira**: capítulos iniciais da história do futebol brasileiro (1919-1938). Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FREIRE, J. B. **De corpo e alma**. O discurso da motricidade humana. São Paulo: Summus, 1991.

_____. **Pedagogia do futebol**. São Paulo: Autores Associados, 2006.

FREITAG, Bárbara. **O Indivíduo em formação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

FREYRE, Gilberto. Futebol brasileiro e dança. In: _____. **Seleção para jovens**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

_____. **Sociologia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

FREUD, Sigmund. **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. São Paulo: Imago, 1969.

GAILLE, Marie. **Le citoyen**. Paris: Flammarion, 1998.

GEBARA, Ademir. **Educação física e esportes na universidade**. In: PASSOS, Solange. C. E. (org.). Brasília: MEC, SEFD, 1988.

GEBARA, Ademir; PILATTI, Luiz A. (Orgs.) **Ensaio sobre história e sociologia nos esportes**. Jundiaí: Fontoura, 2006.

GIGLIO, Sérgio Settani. **Futebol**: mitos, ídolos e heróis. 2007. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, 2007.

GIULIANOTTI, R. **Sociologia do futebol**: dimensões históricas e socioculturais do esporte das multidões. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

GUEDES, S. L. **O Futebol brasileiro**: Instituição Zero. 1997. 175f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade do rio de Janeiro, 1977.

GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil**: uma história da maior expressão popular do país. São Paulo: Contexto, 2009.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

HELAL, R. **Passes e impasses**: futebol e cultura de massa no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

HOBBSBAWN, E. J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IMBERNÓN, Francisco (Org.). **A Educação no século XXI**: os desafios do futuro imediato. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

LEVER, J. **A loucura do futebol**. Rio de Janeiro: Record, 1983.

LIBÂNEO, José C. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LOPES, J. S. L. Futebol Mestiço. **Ciência Hoje**, Revista da SBPC, v.24, n. 139, jun. 1998.

_____. A Vitória do Futebol que Incorporou a Pelada. In: **Revista USP**, n. 22 (Dossiê Futebol), jun./ago. São Paulo: USP, 1994.

LUCENA, Ricardo. **O esporte na cidade**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

MANHAES, Eduardo D. **A política de esportes no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

MARSHALL, T. H. **Class, citizenships and social development**. Connecticut: Greenwood Press, 1979.

MARQUES, Maurício Pimenta; SAMULSKI, Dietmar Martin. Análise da carreira esportiva de jovens atletas de futebol: escolaridade, iniciação, contexto sócio-familiar e planejamento da carreira. **Revista brasileira de Educação Física e Esporte**, São Paulo v. 23, n. 2, abr./jun. 2009.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**: (I-Feuerbach). 5. ed. -. São Paulo: Hucitec, 1986.

MAZZONI, T. **História do futebol brasileiro**. São Paulo: Edições Leia, 1950.

MEDINA, J. P. Reflexões Sobre a Fragmentação do Saber Esportivo. In: MELANI, R. "Futebol e Razão Utilitária". In: **Futebol**: Espetáculo do Século. São Paulo: Musa, 1999.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTAGNER, Paulo César. **Esporte de competição x educação?** O caso do basquetebol. Universidade Metodista de Piracicaba (Dissertação de Mestrado em filosofia da Educação, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação na UNIMEP).

MORAES, O. Futebol: uma profissão sem futuro, ou um futuro sem profissão? **Revista Brasileira de Educação Física e Desporto**. Brasília 1981; 48: 22-24.

MURRAY, B. **Uma história do futebol**. São Paulo: Hedra, 2000.

NEGRÃO, R. F. O trabalho do jogador de futebol profissional. São Paulo. **Revista Discorpo** 1994; 2: 59-68.

NORMANDO, Tarcisio Serpa. O Futebol Como Objeto de Investigação Acadêmica. **Revista Digital**, Buenos Aires – Ano 08 – n. 58 – Marzo de 2003.

PAES, R. R. **Aprendizagem e competição precoce**. O caso do basquetebol. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.

PARO, V. H. Cidadania, democracia e educação. In: PARO, V. H. **Escritos sobre a educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

PARLEBÁS, P. **Perspectivas para uma educação física moderna**. Malaga: Unisport Andalucia, 1987.

PELIANO, José Carlos P. Reestruturação produtiva e qualificação para o trabalho. **Educação & Tecnologia**, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 16-37, ago. 1998.

PEREIRA, Adriana Bernardes. **A construção social do tipo “jogador de futebol profissional”**: um estudo sobre os repertórios usados por jogadores de distintas categorias etárias e por integrantes de suas matrizes. 2008. 200f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade de São Paulo, 2008.

PEREIRA, L. A. M. **Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PIRES, J. G. **O Viver de ontem e de hoje do jogador de futebol profissional: o caso da cidade de Bauru**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Metodista de Piracicaba: Piracicaba, 1994.

PRONI, M. W. **A metamorfose do futebol**. Campinas: Ed. Unicamp, 2000.

REZER, Ricardo. **A Prática Pedagógica em escolinhas de futebol/futsal** – possíveis perspectivas de superação. 2003. 160f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.

REZER, Ricardo; SAAD, Michel Angillo. **Futebol e futsal: possibilidades e limitações da prática pedagógica em escolinhas**. Chapecó: Argos, 2005.

RODRIGUES FILHO, M. **O Negro no futebol brasileiro**. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1964.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. **A formação do jogador de futebol no Sport Clube Internacional (1997-2000)**. 2003. 200f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

_____. Modernidade, disciplina e futebol: uma análise sociológica da produção social do jogador de futebol no Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan./jun. 2004, p. 260-299.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

SACRISTÁN, José Gimeno. A educação que temos; a educação que queremos. In: IMBERNÓN, Francisco (Org.). **A Educação no século XXI: os desafios do futuro imediato**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 43 – 44.

SANTOS, Francisco X. dos. **Futebol: da emoção para a agressão**. 13º Encontro de Ciências Sociais Norte e Nordeste, Maceió – AL, 2007.

SANTOS, Joel Rufino. **História política do futebol brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1981

SANTOS, Tânia Steren dos. Do artesanato intelectual ao contexto virtual: ferramentas metodológicas para a pesquisa social. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 120-156

SANTOS NETO, José Moraes dos. **Visão do jogo: primórdios do futebol no Brasil**. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

SCAGLIA, Alcides. J. **Escolas de esportes: uma questão pedagógica**. Campinas. Monografia (conclusão do curso de graduação) - Faculdade de Educação Física, UNICAMP, 1995.

_____. Escolinha de Futebol: uma questão pedagógica. **Motriz** – vol. 2, n 1, Jun. 1996.

_____. **O futebol que se aprende e o futebol que se ensina**. 1999. 242f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

SCHULTZ, T. **O capital humano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SERRÃO, M.; BALEEIRO, M. C. **Aprendendo a ser e a conviver**. São Paulo: FTD, 1999.

SEVERINO, A. J. **Educação, ideologia e contra-ideologia**. São Paulo: EPU, 1986.

SIFUENTES, Mônica. **Direito fundamental à educação**: a aplicabilidade dos dispositivos constitucionais. 2. ed. Porto Alegre: Núria Fabris, 2009.

SILVA, Deonísio da. **De onde vêm as palavras**. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

SOARES, Antônio J.; LOVISOLO, Hugo. O Futebol de Palha: a “profecia” de Graciliano Ramos. (p. 123-133). In: HELAL, Ronaldo. **A invenção do país do futebol**: mídia, raça e idolatria. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.

SOUZA, João Francisco de. **E a Filosofia da Educação**: ¿¿Quê?? Recife: NUPEP/UFPE; Bagaço, 2006.

_____. **A educação de jovens e adultos no Brasil e no mundo**. Recife: Bagaço, 2000.

SOUZA, Júlio César C. **A transformação do futebol brasileiro**: avanços e recuos na sua modernização e repercussões nas categorias de base. 2001; 176f. Dissertação de Mestrado. (Mestrado em Educação Física). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

TEIXEIRA, Evilázio F. Borges. **A educação do homem segundo Platão**. São Paulo: Paulus, 1999.

TOLEDO, L. H. **Lógicas no futebol**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.

TUBINO, M. J. G. Uma visão paradigmática das perspectivas do esporte para o início do século XXI. In: MOREIRA, W. W. (Org) **Educação física & esportes**: perspectivas para o século XXI. Campinas: Papirus, 1992.

VERONEZ, Luis F. Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado**: as políticas de esporte após a constituição de 1998. 2005. 386f. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, 2005.

WILPERT, Raul Antônio. **O Futebol como agente de inclusão e interação**: um estudo de caso sobre as escolinhas de futebol de Florianópolis – SC. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

FONTES DIVERSAS

BALESTRERI, R. B. Cidadania e direitos humanos: um sentido para a educação. Capítulo IV. Educar para a cidadania. 2000. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/educar/balestreri/sentido/index.html>> Acesso em: 15 ago. 2006.

BRASIL. **Lei n.º 8.672**, de 6 de julho de 1993 (Lei Zico). Brasília, 1993. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

_____. **Lei n.º 9.615**, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé). Institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências. Brasília, 1998. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

_____. **Lei n.º 10.672**, de 15 de maio de 2003 (Lei Gilmar Machado). Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/>>. Acesso em: 10 mar. 2008.

_____. Presidência da República. **Constituição Federal 1988**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>>. Acesso em: 25 jul 2008.

_____. **Subchefia para assuntos jurídicos. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei 8069/90 de 13 de julho de 1990**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 25 jul 2008.

BROMBERGER, C. Caderno de Esportes. **Jornal Zero Hora**. Porto Alegre, Edição de 14 de abril de 2002.

CARDOSO, Rodrigo. Ensino Futebol Clube – times montam escolas para dar formação para dar formação acadêmica para seus atletas. **Revista Isto É**, São Paulo, ed. 1975, ago. 2007.

CARVALHEIRA, Rafael. Base que Racha Tende a Desabar. **Jornal do Comércio**, Recife, 04 mar. 2007. Mais Esportes, p. 4.

_____. O Fim da Linha. **Jornal do Comércio**, Recife, 05 mar. 2007. Mais Esportes, p. 6.

CLUBE NÁUTICO CAPIBARIBE. **CNC também tem seu papel social**. Disponível em: <<http://www.nautico.info>>. Acesso em 25 de jun. 2007.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. LEI 13.748, de 8 de outubro de 2009. Disponível em: <<http://www.dobuscadireta.imprensaoficial.com.br/default.aspx?DataPublicacao=20091009&Caderno=DOE-I&NumeroPagina=1>>

INTELECTUAIS REAVALIAM O PAPEL DO FUTEBOL NA SOCIEDADE. **Correio Popular**, 17 fev. 1991. Caderno de Esportes, p.26.

MACHADO, Gilmar. “Lei da Moralização do Futebol.” Uberlândia, 2003. Disponível em: <<http://www.triangulomineiro.com/noticia.aspx?catNot=53&id=930&nomeCatNot=Pol%3%ADtica>>. Acesso em: 05 dez. 2008.

MENDELSON, D., El retiro del futbolista. **Revista Digital: Educación Física y Deportes**. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>>. Acesso em: 10 set. 2004.

RANGEL, S. **Maioria dos jogadores de futebol ganha até R\$ 360,00 no Brasil**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/arquivo.htm>>. Acesso em 15 nov. 2003.

RIBEIRO, Marlene. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 28, n. 2, July 2002. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151797022002000200009&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Dec. 2009. doi: 10.1590/S1517-97022002000200009.

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. A Busca de um Novo Paradigma para Organização Técnica e Funcional do Desporto de Elevado Rendimento. In. Lecturas: Educacion Física y Deportes, **Revista Digital**, Buenos Aires, año 5, n. 25, set. 2000. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>>. Acesso em: 14 out 2001.

ROFFE, M. Retiro del futbolista. El drama del día después. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com>>. Acesso em: 10 set. 2004.

ROSA, Maria Elisa Soares. Aspirante a craque de futebol hoje ou marginal do amanhã? Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12681>>. Acesso em: 24 abr. 2009.

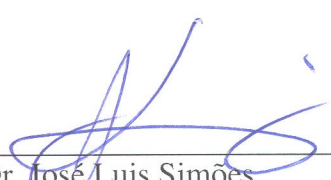
SPAGGIARI, Enrico. Nas peneiras, escolinhas, várzeas... da vida – o processo de formação e o processo de seleção de jovens jogadores. Disponível em: <<http://www.cidadedofutebol.com.br/capacitacao/artigos/default.aspx?p=2>> acesso em: 19 ago 2009.

SOUZA, Herbert de (Betinho). **Poder do cidadão**. Disponível em: <<http://www.acaodacidadania.com.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2006.

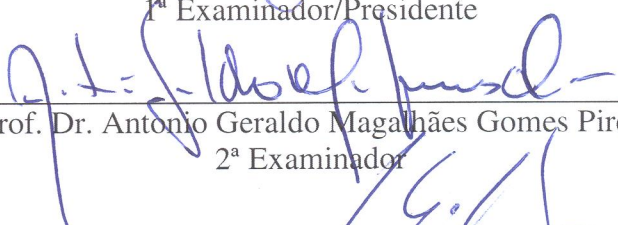
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**O VALOR DA EDUCAÇÃO NA FORMAÇÃO DO JOVEM ATLETA PARA O
FUTEBOL PROFISSIONAL EM RECIFE**

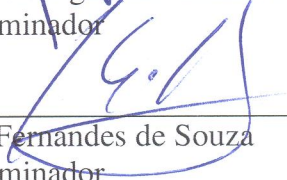
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof. Dr. José Luis Simões
1ª Examinador/Presidente



Prof. Dr. Antonio Geraldo Magalhães Gomes Pires
2ª Examinador



Prof. Dr. Edilson Fernandes de Souza
3ª Examinador

RECIFE, 16 de abril de 2010.